

Junho 2021

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, Luanda e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Professores com salários pobres e militares ricos	6
1.2 Cambundi Catembo Programa Kwenda já entregou 9,3 milhões Kz a 367 famílias vulneráveis	6
1.3 Crise obriga empresas a escolher entre pagar salários ou outras obrigações	7
1.4 O PIB, números do INE e a incoerência com a realidade	8
1.5 Quando o desemprego dos pais «empurra» crianças para trabalhos perigosos	9
1.6 Raio-X ao emprego em Angola	11
1.7 Cerca de 16,5 mil crianças abandonam escola devido à pobreza	12
1.8 “Defendemos um salário mínimo de 150 mil kwanzas”	12
1.9 INE atrai desempregados para população inactiva e taxa de desemprego cai 0,1 pp para 30,5%	14
1.10 Jovem, mulher e residente em Luanda, este é o perfil do desempregado angolano	15
1.11 O desemprego em Angola e a ficção das estatísticas do INE	16
1.12 Programa “Kwenda” não vai tirar as famílias da pobreza	17
1.13 Taxa de desemprego cai para 30,5 por cento	17
1.14 Governo enuncia fim da recessão económica dos últimos sete anos	18
1.15 Kwenda estreia pagamentos na Luanda-Norte com entrega de 690,9 milhões Kz no Cuango	19
1.16 O desemprego em Angola e a ficção das estatísticas do INE	20
2. MICROFINANÇAS	22
2.1 Crédito malparado atingiu 5%	22
2.2 A pandemia, as empresas e o crédito malparado	23
2.3 Crédito bancário é discriminatório	23
2.4 INAPEM propõe crédito adaptado ao mercado	25
2.5 34 Cooperativas recebem crédito	25
2.6 PRODESI aprova projetos	26
2.7 Repensar os bancos no novo paradigma	27
3. MERCADO INFORMAL	29
3.1 Obras em Ondjiva estão paralisadas	29
3.2 Pesca ilegal preocupa autoridades municipais do Lobito	29
3.3 Preços elevados retraem clientes	30
3.4 Taxistas começam a ser inseridos na Segurança Social	31
3.5 Produção pesqueira regista queda de 19,2 %	34
3.6 Quando o desemprego dos pais «empurra» crianças para trabalhos perigosos	35
3.7 Maior mercado de peças e acessórios de viaturas	36
3.8 Estimular a reconversão da economia informal	38
3.9 63% das empresas com dificuldades financeiras	39
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	40
4.1 Moratórias salvam Angola de incumprimento	40
4.2 Mais de seis mil milhões gastos por ano no OGE	40
4.3 Valor dos Impostos	41
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	43

5.1	"Há uma correlação muito estreita entre o poder de decisão e a qualidade de vida de quem o detém	43
5.2	O combate a corrupção não perdeu o sentido, mas corre o risco de perder folego e cair no descredito	44
5.3	Por onde anda a febre das autarquias?	47
5.4	Eleger (autarquicamente) é só uma pequena parte...	48

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 50

6.1	"A falta gritante de equipamentos sociais públicos tem muito a ver com políticas urbanísticas erradas"	50
6.2	Cariango ganha quadra desportiva	56
6.3	Grupo Veleiro inaugura o Condomínio de Fútila	56
6.4	Moradores sobrevivem à base da produção artesanal de carvão	57
6.5	Sobreviventes da tragédia de 2015 no Lobito vivem na penúria	57
6.6	Centralidades no epicentro de vendas ilícitas e burlas	58
6.7	Descartado perdão do Imposto Predial	59
6.8	"Condomínio Aida Cristina" abre as portas em breve	60
6.9	Governo constrói mais 19 mil habitações	60
6.10	19 Mil casas estão em construção	61
6.11	Isenções do IVA no Imposto Predial levantam dúvidas sobre a sua aplicação nas rendas	62
6.12	Sorteio para a aquisição de residências acontece hoje	62
6.13	Panguila Desalojados da Chicala partilham' há 12 anos residências com famílias «estranhas»	63
6.14	Programa visa criar apere as famílias mais pobres do País	64

7. TERRA 65

7.1	Conflitos de terras	65
7.2	Há burocracia na entrega de títulos de concessão de terras	66
7.3	Derrube de mangais no Soyo está a atingir níveis alarmantes	66
7.4	Cazenga realoja 47 Famílias	67
7.5	Unificação do livrete ao título de propriedade leva mais tempo	68
7.6	Governo cria janela única para os direitos fundiários	68

8. GÉNERO E VIOLENCIA 70

8.1	Meliantes assaltam residências e lavras na comuna de Chivaulo	70
8.2	Bairros periféricos do Soyo assolados pela criminalidade	70
8.3	Desmantelados grupos de supostos marginais	71
8.4	CISP ajuda a combater criminalidade no Huambo	71

9. AMBIENTE 73

9.1	Bem-vindos à cidade com o melhor clima do mundo	73
9.2	Pesca ilegal preocupa autoridades municipais do Lobito	73
9.3	UE junta -se à ECOAngola na luta por um País sem plástico.	74
9.4	Derrube de mangais no Soyo está a atingir níveis alarmantes	75
9.5	Exploração ilegal de madeira periga espécies	76
9.6	Lei de multas sobre crimes ambientais deve ser alterada	77
9.7	Efeitos da seca afectam mais de 34 mil famílias	78
9.8	Governo vai apoiar famílias vítimas da seca no Huambo	78

10. MIGRAÇÃO 80

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA	80
12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	80
12.1 China continua a facturar	80
12.2 China continua a mostrar quem... manda	80
12.3 Angola quer flexibilização do Fundo de Cooperação	81

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Professores com salários pobres e militares ricos

Jornal Folha 8

8 De Junho de 2021

O Professor parece não ter dúvidas de ser propositado o descaso governamental, quanto a fraca qualidade do sistema de Educação e Ensino e a péssima remuneração aos professores. Se em 1975, o MPLA implantasse um verdadeiro sistema, hoje haveria mais literacia na juventude, teríamos um executivo e classe política melhor, quiçá se roubaria menos nas Forças Armadas. Ademais o tempo tem vindo a mostrar a justeza da luta e reivindicações dos professores face aos salários miseráveis, impostos pelo MPLA, a uma classe que deveria ser respeitada, dada a importância na formação académica, do futuro do país, mas que é permanentemente espezinhada, pelo regime, em contraste com a promoção de um major da banda de música, que a cada toque de acordeão faz soltar milhões dos cofres dos bancos, para a conta dos chefes, os famosos generais e, de atalaia, não fosse o diabo tecê-las, para a sua conta, também, caem milhões e milhões, para o regabofe. O MPLA deveria ter vergonha de aceitar como normais os salários praticados no ensino público e privado, onde, por Exemplo, um professor universitário, em pleno século XXI, pode ganhar por mês, o equivalente a USO 30,00 (trinta dólares) ou 20,00 Euros (vinte Euros), que são uma absoluta vergonha e a demonstração da bestialidade governativa.

I.2 Cambundi Catembo Programa Kwenda já entregou 9,3 milhões Kz a 367 famílias vulneráveis

Novo Jornal

11 De Junho de 2021

Texto: Maurício Vieira Dias,

Desde o último sábado, 05, até quarta-feira, 09, um total de 367 agregados familiares vulneráveis das comunas de Tala Mungongo, aldeias do Cungue, Cacunga, Sati, Quisque e da sede do municipal de Cambundi Catembo, em Malanje, recebeu mais de 9,3 milhões de kwanzas do Programa de Fortalecimento da Protecção Social Kwenda, referente à primeira

prestação trimestral naquela localidade, calculou o Novo Jornal.

Cada responsável de famílias vulneráveis do município de cambundi Catembo recebeu do programa do Fundo de Apoio Social (FAS) os previstos 25.500 Kz, a razão de 8.500 Kz/mês, totalizando, deste modo, em pouco mais de 9,3 milhões Kz.

Na verdade, prevê-se que, na primeira fase, um conjunto de 5.219 agregados familiares de Cambundi Catembo receba 133 milhões Kz como primeira prestação trimestral de 25.500, sendo que os mais de 9,3 milhões Kz cedidos até quarta-feira última representaram apenas 7% do montante indicado. Em contrapartida, o FAS garante que, durante duas semanas, fará chegar a totalidade da primeira tranche aos destinados 5.219 favorecidos.

Ao contrário do que aconteceu nas comunidades desfavorecidas de outras províncias, onde os laureados tiveram acesso aos dinheiros por via de transferências monetárias previstas no programa, em Cambundi Catembo os pagamentos foram realizados em dinheiro fresco, isto é, cada uma das 367 famílias recebeu os 25.500 Kz trimestrais em cash, certificou o Novo Jornal.

A respeito do assunto, o director provincial do Fundo de Apoio Social de Malanje, Gomes Golambole, garantiu que os pagamentos subsequentes serão processados via bancária, já que cada um dos beneficiários recebeu dos agentes do FAS o seu cartão multicaixa, acompanhado do respectivo PIN. "Temos acordo de transferências monetárias com vários bancos e, no caso de Cambundi Catembo, os próximos recebimentos serão realizados via correspondente bancário do [Banco de Fomento Angola]. Quero com isso dizer que, das próximas vezes, as populações vão receber o dinheiro por via de um intermediário bancário indicado pelo banco".

O Programa de Fortalecimento da Protecção Social Kwenda é um projecto do Executivo que, segundo esse, visa criar políticas de apoio às famílias mais pobres e em situação de vulnerabilidade, no País. O plano está avaliado em 420 milhões de dólares, sendo financiado em 320 milhões de dólares pelo Banco Mundial, enquanto os outros 100 milhões são provenientes do Tesouro Nacional.

A abrangência do programa prevê alcançar 1.608.000 de famílias até 2022, em cerca de 40 municípios seleccionados.

O Kwenda custa menos de 2% dos 14,7 biliões Kz previstos de despesas no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2021, calculou o Novo Jornal, o que, para quem o operacionaliza, é vantajoso, pois, pelo FAZ, o combate à fome não tem preço.

Kwenda pode ser «usado» no programa eleitoral do MPLA

O chefe do Departamento do Curso de Ciências Políticas na Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto, Fernando Faria, entende que tanto o Programa de Fortalecimento da protecção Social Kwenda como o plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), que contemplam abranger, até 2022, 1.608.000 pessoas e 1.700 projectos, respectivamente, e avaliados em 420 milhões de dólares e 2 mil milhões de dólares, na devida ordem, poderão servir de programas "porta-bandeira" do MPLA para a campanha eleitoral do próximo ano.

O académico sustenta a sua tese com o argumento de que ambos os projectos, de acordo com a sua planificação, devem contemplar todos os seus beneficiários até 2022, período previsto para a realização das eleições gerais em Angola.

jose.mauricionovojornal.co.ao

1.3 Crise obriga empresas a escolher entre pagar salários ou outras obrigações

Jornal Expansão
11 De Junho de 2021

Texto: Alexandre Lourenço

Entre Janeiro e Março deste ano, foram registadas 6.784 infracções pela Inspeção Geral do Trabalho, mais 74% que as 3.896 verificadas no mesmo período de 2020, ainda antes da chegada da pandemia da Covid-19 ao País.

A crise financeira, reforçada com o surgimento da pandemia da Covid-19, está a impedir muitas empresas de honrar os seus compromissos obrigando-as muitas vezes a ter que escolher entre pagar salários aos trabalhadores ou cumprir com outras das suas obrigações, o que fez disparar as infracções detectadas pela Inspeção Geral do Trabalho no I trimestre de 2021, admite o inspector-geral adjunto da IGT Mário Tavira.

O incumprimento das empresas no pagamento da Segurança Social dos trabalhadores continua a liderar a lista das irregularidades, com 727 infracções

cometidas. Uma irregularidade sancionada com multa num montante de três vezes superior ao volume salarial médio mensal da empresa.

Os casos mais detectados pelo IGT foram: a falta de qualificador ocupacional (documento que descreve a função de cada posto de trabalho) com 52,2 infracções; as regras de saúde, higiene, segurança no trabalho (SHST) com 434; a ausência de mapa de férias e exames médicos com 389 infracções; o não pagamento de subsídios de férias (com 361 infracções) e do subsídio de natal (com 305). Para o empresário Rui

Silva, é normal que as empresas que não consigam fazer poupança não tenham capacidade financeira para fazer face à carga de impostos ou regras laborais.

"As empresas estão há um ano e meio a trabalhar mal e houve uma altura que nem trabalhámos e tivemos prejuízos avultados. Então só restava a muitas empresas cumprirem com o pagamento salarial dos seus funcionários", lamenta. o empresário acrescentando que o sector de restauração e hotelaria sentem-se mais prejudicados no meio de toda situação pandémica, porque não conseguiram nenhum apoio do Governo.

O inspector-geral adjunto da IGT adianta que o crescimento das infracções também está relacionado com o aumento do número de inspecções do IGT, que passaram de 1.069 para 2.044.

Comércio e serviços dominam infracções

Quanto ao incumprimento no pagamento da Segurança Social dos trabalhadores, o inspector-geral adjunto acrescentou que este é um grande desafio das inspecções, porque não acontece só nas empresas privadas ou públicas, acontecendo também nas administrações provinciais como a de Luanda, por exemplo

O sector do comércio é recorrentemente a área de negócio que regista mais infracções. Só no I trimestre foram 3.281, seguindo-se a prestação de serviços (1.507 infracções), saúde (760), indústria (710), hotelaria e turismo (114), construção (127), agricultura (81), educação (64), transportes (36), finanças (31), energia e águas (25), telecomunicações (15), pescas (2) agro-pecuária uma infracção.

A Inspeção Geral de Trabalho acusou a recepção de 1.293 pedidos de mediação de conflitos de trabalho, em que resolveu 487, sendo 414 a favor dos trabalhadores, que resultaram em indemnizações no valor 2,2 milhões Kz, e 74 a favor dos empregadores. 540 pedidos estão em fase de resolução e foram

emitidas 266 declarações de impossibilidade de obtenção de acordo.

I.4 O PIB, números do INE e a incoerência com a realidade

Jornal Expansão

11 De Junho de 2021

O PIB é um instrumento de medida dos rendimentos, da despesa e da produção gerados numa dada economia, num dado período. O PIB nominal é o valor destas variáveis em moeda corrente; o PIB real é a medida destas variáveis em quantidade de bens.

Portanto, aparentemente, a melhor forma de medir o PIB real seria somar as quantidades, o que pode ser feito por vários métodos, dos quais destacamos o das medidas encadeadas de volume, que é o aplicado pelo INE.

Contudo, qualquer que seja o método usado, a sua validade está condicionada a serem medidos apenas produtos finais produzidos internamente: os produtos finais externos e as matérias-primas têm de ser convertidos em produtos finais internos equiparáveis, sem o que deixa, imediatamente, de haver equivalência entre os rendimentos das pessoas (1) e despesa(2), de um lado, e a produção, de outro.

Em termos práticos, uma vez que o cálculo é feito com base nos dados da produção interna, a produção de matérias-primas vendidas ao exterior tem de ser convertida em produtos finais internos.

Se produzirmos bananas e as exportarmos, o preço no mercado mundial é pouco relevante; se o preço cair exportamos menos, mas podemos, em alternativa, consumi-las internamente.

Quando exportamos petróleo bruto não é assim, porque não temos alternativa de consumo interno; se não houver exportação tem de se deixar de produzir.

A conversão deveria ser feita calculando a produção interna de produtos finais em medidas encadeadas de volume, determinando o deflator implícito dessa produção, que deveria ser muito semelhante ao valor da inflação, e aplicando-o sobre o valor das exportações em Kwanzas correntes.

Devido a vários problemas, que detalharemos mais tarde, este cálculo não é aconselhável, nas actuais circunstâncias, sendo preferível usar, como aproximação, a quantidade de produtos passíveis de serem importados, usando as exportações de matérias-primas.

Para fazer esse cálculo basta deflacionar o valor exportado da inflação mundial. Exemplifiquemos: se em 2017 exportávamos 100 barris de petróleo a 5.400 USD, e um litro de leite custava 1 USD, podíamos, com as nossas exportações, comprar 5.400 I de leite; em 2020, vendendo os mesmos 100 barris a 4.100 USD, e com o leite a 1,05 USD, (l) só conseguimos comprar 3.900 I de leite: no que diz respeito às exportações, o produto deteriorou-se em cerca de 28%. Contudo, o cálculo do PIE em medidas encadeadas de volume sem a correcção das exportações de matérias-primas, tal como nos é apresentado pelo INE, dir-nos-ia que a produção exportada se manteve mais ou menos igual.

Pode contra-argumentar-se que os preços sobem e descem, mas as quantidades produzidas nos dão uma visão mais clara da tendência de médio prazo. Replicaremos que esse é o papel das previsões de produção e não do PIE. O PIE é uma medida de conjuntura que procura determinar os rendimentos ou, o que é aproximadamente o mesmo, o consumo e o investimento, ou seja, a riqueza efectivamente criada num dado período.

Portanto, o nosso PIB varia fortemente em função do preço do petróleo bruto!

Para além desta questão, o INE apresentou, na nossa opinião, os seguintes problemas nos seus cálculos em 2020:

Durante a pandemia (2. o a 4. o trimestres de 2020), o sector do comércio, fortemente condicionado pelas medidas de confinamento, com um crescimento dos produtos internos de 2% (INE), sem produtos importados (-29%, BNA), sem logística (-46%, INE), apresenta um crescimento de 7,5%!

Os Serviços Públicos foram contabilizados pela totalidade das remunerações quando uma percentagem muito significativa de funcionários esteve impedida de trabalhar. As remunerações correspondentes ao confinamento deveriam ter sido subtraídas ao VAB do sector!

A agricultura cresceu 4,5% durante a Covid-19, mas os produtos agrícolas estiveram cada vez mais caros nos mercados! Como se esfumou esta produção entre a lavra e a praça, gerando escassez e aumentando a inflação?

Relativamente à inflação, o INE publicou uma correcção dos preços da sua amostra em Janeiro de 2021: os preços, referentes a Dezembro de 2020, foram alterados em cerca de 50%! Desde 2017, o INE usou preços 2 a 3 vezes superiores aos efectivos, o que deturpou significativamente a inflação e, após a

correção, não recalculou a inflação dos anos anteriores. Elogiámos a correção dos dados que se mantiveram credíveis até Março; na publicação de Abril de 2021, a amostra desapareceu! A evidência da inconsistência dos números é demonstrada quando se compara o PIB sem exportações com a produção sem indústria exportadora em medidas encadeadas de volume, apurando o seu deflator implícito. Para que houvesse coerência, a inflação deveria ter sido de cerca de 9%, em 2018 e 2019, disparando para 42%, em 2020, com cerca de 55% nos 2 primeiros trimestres!

Os números da inflação e do PIE em medidas encadeadas de volume apresentam, portanto, uma grande incoerência interna e com a realidade observada!

De que nos vale dizer que o produto caiu 5,1%, em 2020, se todos sabemos que o rendimento em quantidades, se reduziu substancialmente mais: salários que se mantiveram estagnados, mas compram 25% menos produtos devido à inflação; lucros dos empresários, não exportadores que venderam menos; lucros dos exportadores que venderam menos quantidades a preços menores; menos impostos arrecadados pelo Estado e cujo poder de aquisição foi reduzido adicionalmente pela inflação; etc. O produto, em valor nominal deflacionado, usando a inflação do INE, decresceu, em 2020, 14%; medido através da inflação calculada pelo CINVESTEC, reduziu-se 31%; o PIE em USD, deflacionado da inflação mundial, decresceu 32%! Os números do PIE, referentes ao 1. o trimestre de 2021, pré-anunciados pelo ministro da Economia, referem uma queda do PIE de 4%, devido à queda de 18% no sector petrolífero e ao crescimento de 1 % do sector não-petrolífero.

Provavelmente, os números de 2021 padecerão da mesma incoerência interna e desfasamento com a realidade, antes de mais porque as exportações não foram corrigidas, e, depois, porque não vemos como, continuando as medidas de confinamento e com a seca extrema em alguns locais e chuvas excessivas noutras, a produção não-petrolífera possa ter crescido para valores anteriores à crise, mesmo que residualmente (1%). Esperemos que os números anunciados possam ainda ser corrigidos para que correspondam à realidade vivida nos mercados (comércio e agricultura) e nos serviços públicos e não apareçam novas incongruências. O PIB em 2021 irá naturalmente crescer devido ao aumento substancial dos preços do petróleo, embora a queda nas quantidades esteja a comprometê-lo.

Pre vemos, para o conjunto do ano, uma recuperação gradual da produção de bens finais para valores

próximos do 1. o trimestre da 2020, o que, seguramente, não aconteceu no 1. o trimestre, e um crescimento substancial das exportações, mesmo com o declínio das quantidades, do que resultará, numa estimativa preliminar, um aumento de cerca de 10% relativamente a 2020!

Precisamos de um INE forte e independente. A estatística deve ajudar à tomada de decisões racionais por todos os operadores: cidadãos, empresas e Governo. Estatísticas incoerentes ou desfasadas da realidade só nos levam a tomar decisões erradas, perpetuando o subdesenvolvimento!

1 Salários e lucros para simplificar

2 Consumo e investimento para Simplificar

4 Os preços do petróleo são os nossos preços médios de exportação desses anos: o preço do leite é totalmente fictício.

5 Considerámos a produção da indústria exportadora, soma dos sectores petrolífero e da Indústria extractiva subtraído dos subsídios à produção - maioritariamente referentes ao sector petrolífero.

1.5 Quando o desemprego dos pais «empurra) crianças para trabalhos perigosos

Novo Jornal

11 De Junho de 2021

Texto: Dulcineia Lafua

Embora a Lei Geral do Trabalho estabeleça a proibição da labuta antes dos 14 anos, prevenindo apenas raríssimos casos excepcionais, todos eles dependentes de um complexo sistema de autorização envolvendo o Estado, pais ou tutores, o País continua a registar vários atropelos à norma, pois é cada vez mais crescente o número de menores de 14 anos a trabalhar.

Logo às primeiras horas do dia 9 de Junho, Catarina José, de 12 anos, caminha em direcção ao Mercado do Asa-Branca, carregando uma bacia cor-de-rosa à cabeça, na qual estão colocadas mais de uma dezena de embalagens cheias de água fresca.

Com um olhar tímido e um corpo franzino, aliás, características de uma criança da sua idade, Cátia, como também é conhecida, além da bacia à cabeça, carregava um saco de água fresca na mão, que servia como amostra para anunciar o seu produto em vários corredores do conhecido mercado, localizado no município do Cazenga. "Tá aqui água fresca! Tá aqui

água bem estaladinha", anunciava a pequena de uma voz fina e trémula.

De blusa cor branca, com uma máscara a cobrir-lhe parte do rosto, ao Novo Jornal, Catarina José admitiu que sente prazer em vender água fresca, em dias alternados, para ajudar a família a suprir algumas necessidades de casa.

"Entrei para a zunga porque, em casa, já não tínhamos o que comer. É nas vendas que conseguimos dinheiro para ajudar a mamã a comprar o jantar", disse, acrescentando que, nos dias de aulas, dá uma pausa às vendas.

Estudante da 4ª classe, a adolescente é a terceira de quatro irmãos e diz girar boa parte do Mercado do Asa-Branca, por mais de três horas, dependendo do dia, com a bacia à cabeça, até terminar a água comercializada a 10 kwanzas cada saquinho.

"Não tenho um sítio fixo. Chego à praça às 8 horas, zungo e só saio quando a água terminar", disse, antes de sublinhar que interrompe a jornada por alguns minutos para comer.

Joana Carlos, de 13 anos, também é outra adolescente que já não tem tempo para brincar e descansar. Enquanto umas podem acordar até bem mais tarde por estarem de férias, outras, como Joana, não têm esse "privilegio", pois as eventualidades da vida são diferentes. A menina acorda às 06h00 para ir levantar o negócio em casa da sua patroa e, de seguida, vendê-lo logo à entrada do Mercado do Asa-Branca.

"Os meus pais sabem que vendo bolas de berlim aqui no Asa-Branca", é desta forma que a pequena, visivelmente acanhada, começou por responder ao Novo Jornal.

Pelo trabalho, Joana recebe um 'salário' semanal de três mil kwanzas, valores que utiliza, por exemplo, na compra de postigo, chinelas e roupas para ela, deixando o resto para outros fins: "Ajudo a minha irmã que teve o bebé recentemente", disse a pequena, reconhecendo que a actividade que exerce é para adultos, mas é abrigada a fazê-la por necessidade.

A «engavetar» sonhos de prosseguir com os estudos

Com a promessa de estudar, José Agostinho foi retirado do seio familiar, na província de Benguela, para Luanda. Na capital do País, instalou-se na casa de uma das tias no município de Viana. Volvidos mais de um ano, José, de 13 anos, até chegou a ser matriculado num colégio, mas, por conta da Covid-19, doença responsável pelo agravamento dos já altos índices de desemprego, o sonho teve de ser adiado e substituído pela zunga.

"Ajudo a amiga da minha tia e, em troca, recebo uma gratificação de três mil kwanzas", narrou o rapaz, que se divide entre o sonho de ser médico ou polícia.

À semelhança de José, estão várias outras crianças retiradas do seio familiar com promessa de uma vida estável na capital e que, hoje, são maltratadas pelos próprios familiares que juraram perante os progenitores proteger os pequenos.

«Criança não pode trabalhar, porque o trabalho é para o adulto»

Entre Junho e Dezembro de 2020, o Instituto Nacional da Criança (INAC) recebeu mais de 14 mil denúncias da existência de crianças envolvidas em trabalho de exploração infantil. O responsável da instituição, Paulo Kalesse, numa entrevista à Angop, avançou que, além de Luanda, as Lundas Norte e Sul, o Bié, o Bengo e o Kwanza-Norte são as províncias que mais casos de exploração infantil registam.

Disse ainda que, entre os trabalhos realizados pelos menores, se destacam a venda ambulante, a exploração de inertes, o garimpo de diamantes, o fabrico de blocos, a lavagem de carros, o transporte de mercadorias e a agricultura.

"Temos de sensibilizar os pais e as famílias sobre as consequências do envolvimento de crianças no trabalho infantil. Muitas vezes, são os pais que pedem emprego para os filhos. Isso vicia-os, e estes não rendem na escola", observou.

Embora no País a lei permita que, a partir dos 14 anos, as crianças possam exercer certos trabalhos, desde que autorizadas pelos pais, o responsável do INAC defende que "a criança não pode trabalhar, porque o trabalho é para o adulto" e mostra-se crente em como a situação irá mudar.

Em 2019, de acordo com o Relatório Global da Infância, intitulado Mudando Vidas em Nossa Vida, da organização internacional não-governamental Save The Children, Angola constava da lista dos piores países para se ser criança.

O documento enquadrou Angola entre os 15 países onde a infância está mais ameaçada. No estudo, do qual participam 176 estados, são analisados indicadores como a mortalidade infantil até aos cinco anos, a má nutrição, o trabalho infantil é o acesso à educação e aos cuidados de saúde.

1.6 Raio-X ao emprego em Angola

Jornal Expansão
18 De Junho de 2021

Os jovens continuam a ser os que mais sofrem com a falta de trabalho no país e só entre Janeiro e Março eram quase três milhões, equivalente a 62% do total de 4.744.020 de desempregados em Angola. Número que não conta com um número incerto de pessoas que ficaram sem emprego devido à pandemia porque o INE as atirou para população inactiva.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DESEMPREGO EM ANGOLA
População empregada e desempregada, em %

Indicador	2010	2018	2020	I Trim. 2021
TAXA DE EMPREGO	70,2	62,1	62,8	62,6
Taxa de emprego, Homens	72,8	64,8	64,9	64,4
Taxa de emprego, Mulheres	67,8	58,7	60,9	61,0
Taxa de emprego, Área Urbana	59,2	53,5	51,4	50,6
Taxa de emprego, Área Rural	84,7	75,7	79,4	80,4
TAXA DE DESEMPREGO	9,8	28,8	30,6	30,5
Taxa de desemprego, Homens	8,2	26,6	29,1	29,4
Taxa de desemprego, Mulheres	11,2	30,9	32,1	31,5
Taxa de desemprego, Área Urbana	16,9	36,5	41,7	42,1
Taxa de desemprego, Área Rural	2,1	16,2	15,6	14,5



GLOSSÁRIO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA
Empregados e desempregados com 15-64 anos de idade.

POPULAÇÃO EMPREGADA
Pessoa com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontra numa das seguintes situações:

- Tinha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- Tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço;
- Tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

TAXA DE EMPREGO
Pessoa com idade dos 15 ou mais anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações:

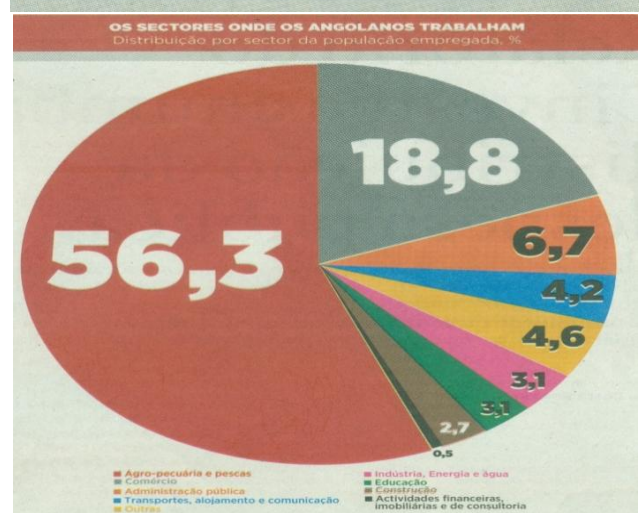
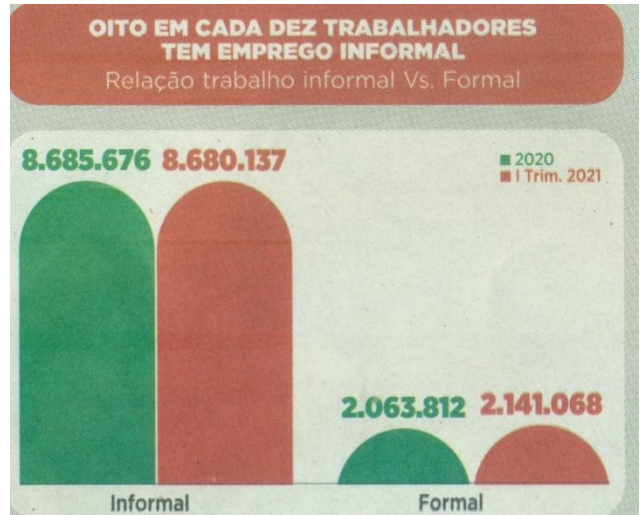
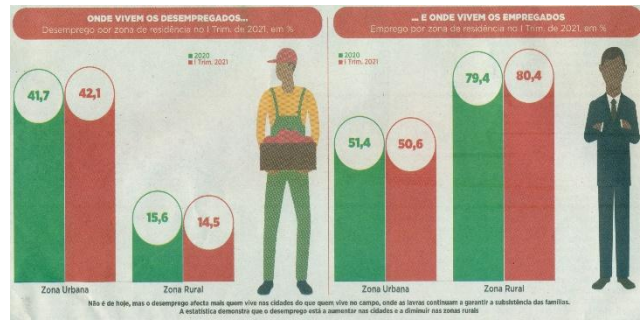
- Não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado activamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores);
- Estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

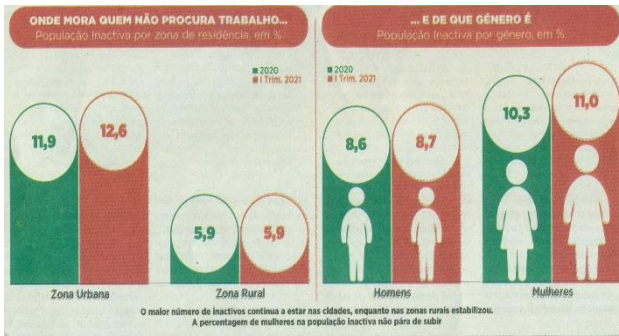
TRABALHO
Actividade económica que uma pessoa tenha exercido durante pelo menos 1 hora, podendo este ter sido trabalho remunerado, trabalho não remunerado ou trabalho na produção para consumo próprio.

NÃO TRABALHOU
Pessoa que não desenvolveu nenhuma actividade económica, remunerada ou não, na semana de referência. É importante realçar que aqui não devem ser incluídas as pessoas que não trabalharam por motivos de doença, férias, licença ou outros motivos.

TRABALHO REMUNERADO
Actividade exercida durante pelo menos 1 hora, durante a semana de referência, remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (mora-dias, alimentação, roupas, formação, etc.).

TAXA DE DESEMPREGO
Taxa que permite definir a relação entre a população desempregada e a população economicamente activa.





1.7 Cerca de 16,5 mil crianças abandonam escola devido à pobreza

Novo Jornal

18 De Junho de 2021

Perto de 16.500 alunos da iniciação à 9ª classe no município do Cuito, província do Bié, desistiram da escola por falta de rigor dos pais e encarregados de educação e devido à pobreza.

A administradora adjunta do Cuito para a área Política Social e das Comunidades, Angela Ucuanhanga, à Angop, explicou que a administração local e seus parceiros trabalham com as comissões de moradores para despertar a responsabilidade dos progenitores em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos filhos.

A ideia, explica Angela Ucuanhanga, é esclarecer os pais e encarregados de educação sobre a importância na aquisição de material didáctico para o aluno, assegurar a alimentação e os cuidados higiénicos antes da criança ir à escola e ajudar a resolver as tarefas escolares.

Além da desistência devido aos factores acima citados, no município do Cuito, cerca de 35 mil crianças encontram-se fora do sistema de ensino por falta de escolas.

No entanto, a administração garante que, pelo menos, 14 mil crianças poderão regressar aos estudos, no próximo ano lectivo, com a conclusão de 159 novas salas de aula, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

A província do Bié poderá contar, ainda neste ano, com 450 novas salas de aula resultante da construção de mais 50 escolas, na sua maioria em fase de conclusão. No presente ano lectivo, foram matriculados mais de 161 mil alunos, distribuídos em mais de 168 escolas.

1.8 “Defendemos um salário mínimo de 150 mil kwanzas”

Jornal Continente

18 De Junho de 2021

Depois de 25 anos, o Sneba está sólido no cumprimento da sua função?

São 25 anos de turbulências e vitórias. Fazemos parte de um sector que, pelas suas características, interage com a sociedade. Todas as alterações no campo económico e social repercutem-se sempre no sector bancário e vice-versa.

Que resultados palpáveis aponta?

Tivemos ganhos na defesa dos interesses económicos dos associados. Podemos lembrar-nos da batalha que, em 2000, travámos com o Governo, quando estava em marcha o processo de liquidação da Caixa Agropecuária e Pescas (CAP). Naquele momento, notámos que a CAP tinha 'pernas' para continuar como banco, mas, por razões políticas, o Governo entendeu descontinuar-lo,

Provocou desempregos?

Felizmente, boa parte dos funcionários da CAP transitou do Banco Nacional de Angola. Foi uma luta que empreendemos no sentido de forçar o reenquadramento de uns no banco central e a indemnização de outros. Assim, conseguimos o retorno. Ou seja, todos os trabalhadores que tinham mais de 15 anos que não quiseram voltar ao banco de origem foram para a reforma antecipada e os que tinham menos de 10 anos, indemnizados. Portanto, ganhámos a contenda.

Mas, de lá para cá, o Estado encerrou mais bancos...

O -sector também conheceu uma expansão frenética de instalação de bancos com condições e novas exigências impostas pelo regulador. Muitos destes bancos, com o andar do tempo, mostraram-se incapazes de honrar as regras prudenciais do banco central e, como resultado, houve a cassação das suas licenças, mandando os trabalhadores para o desemprego.

E o que o sindicato fez para proteger os interesses destes trabalhadores?

Fizemos a nossa parte. Como são processos que desembocaram nas barras dos tribunais, continuamos a aguardar. O BNA continua a assegurar os proventos até à liquidação total destes bancos.

Têm sido recorrentes as reclamações por causa da falta de ética e deontologia profissional dos bancários.

O que se passa?

É uma condição intrínseca do ser humano. Em casa, na escola, na lavra, a ética conduz o nosso dia-a-dia. Quando estamos a falar de ética e deontologia profissional, no sector bancário, estamos a falar de pessoas que integram a classe e pertencem a um núcleo familiar e de convivência quotidiana. Temos de destrinçar pessoas que procuram emprego e oportunidades. O sindicato pode fazer essa destrinça. De facto, quem procura emprego tem a preocupação de cumprir com regras e normas.

E quanto à levada insatisfação de clientes com bancos de topo, como o BPC?

Esta é uma outra preocupação do sindicato de tal sorte que temos também promovido acções ligadas à sensibilização e à moralização dos trabalhadores, para cumprirem com as suas responsabilidades, incluindo a do sigilo bancário.

Fala-se de fuga de responsabilidades no sector. Por exemplo, há trabalhadores despedidos por irregularidades num determinado banco, não são punidos e, de seguida, surgem noutras unidades bancárias...

Geralmente, os bancos trocam informações. Se, de facto, existirem situações desta natureza, talvez signifique um atropelo às regras. Pode ser que escape um caso ou outro.

Mas também se diz que isso acontece, porque, em muitos casos, os trabalhadores têm obrigações, como créditos, a que tentam escapar...

Tomar a decisão de um crédito desta natureza requer procedimentos e normas. Não é um trabalhador pequeno que, 'per si: contrai um crédito habitacional, por exemplo. Mas, quando há fuga, regra geral, o banco que recebe um trabalhador nessa condição é forçado a comprar a dívida.

Os bancários também têm sido acusados de abastecer o mercado informal de divisas...

O serviço bancário é feito com base em rigorosos procedimentos. Se existe este fenómeno, temos de condenar. Não podemos compactuar com isso. Mas a existir não pode ser de trabalhadores juniores. Tem de ser com a cobertura da super-estrutura. Não estou a ver um técnico bancário com capacidade de retirar do banco 20 mil dólares e injectá-los na rua e, no dia seguinte, receber balões de kwanzas.

A política remuneratória dos bancos satisfaz?

É uma situação que está na nossa agenda. Um dos primados do sindicato tem que ver com a melhoria da condição económica e social do trabalhador.

O sector bancário tem maus salários?

No sector bancário não há maus salários. Mas não se pode dizer que somos bem pagos. O homem é insaciável. Pode ganhar agora 100 mil kwanzas, vai achar que é muito pouco, quando passar para 200 dirá a mesma coisa. O mais importante para o trabalhador é ter a preocupação de se aprimorar profissionalmente e a entidade empregadora deve reconhecer esse esforço. É preciso aperfeiçoar os seus conhecimentos para que exerça, com eficácia, o seu trabalho. O soldo dos bancários não está abaixo dos males pagos no país. Aliás, se o trabalhador bancário é mal pago, então, o que se pode dizer no geral, onde o salário mínimo é de 30 mil kwanzas?

Os bancos repassam parte dos lucros aos trabalhadores?

Há bancos com maior arrecadação de receitas em relação a outros, daí também a tabela salarial diferenciada. Mas há outros subsídios que podem engordar o salário. Temos de reclamar, sim, porque o salário não é uniforme e o volume de negócios dos bancos também não é uniforme. Reconhecemos essa diferenciação. Naquilo que sobra, no princípio do mês passado, fizemos a entrega do acordo colectivo de trabalho ao BNA, um instrumento jurídico que, entre outros pontos, além de subsídios, propõe um caminho de 150 mil kwanzas.

Como a pandemia tem impactado no sector?

O sector bancário não beneficiou de moratória como outras empresas. A banca não fechou. Hoje, porém, reduziu a capacidade de importação e exportação, portanto as transacções financeiras baixaram. Mas o banco vive das operações que os clientes realizam, quando não há uma economia funcional os bancos vêm também o volume de negócio diminuir.

Realizaram recentemente uma palestra sobre as transformações no sector bancário...

Hoje fala-se muito da banca digital. Significa automatizar as operações bancárias. Quer dizer que aqueles que não acompanharem a evolução tecnológica estão sujeitos a perder o barco, tanto as empresas, como os trabalhadores que podem perder o emprego. Também queremos com isso alertar para que isso não deve representar a dispensa do trabalhador, mas uma oportunidade para as empresas darem mais formação aos seus trabalhadores.

Além dos bancos, há outras entidades que entram na parceria do sindicato?

Temos como parceiro central o BNA. Tendo em conta as especificidades de um banco central, negocia o salário min parte. A Abane, que congrega os bancos comerciais também já recebeu o “Draft” para discussão interna. Mas devíamos ter outras entidades financeiras na parceria porque há bancos que têm seguradoras, casas de câmbios e gestão de fundos que não estão connosco. É um trabalho a curto prazo que queremos concretizar tanto, por enquanto, só temos os bancos.

Mas porque diz que a Sneba é uma entidade versátil?

O nosso sindicato deve avançar para outras estratégias para desanuviar o bolso do trabalhador. Por isso há cerca de quatro anos, resultado de experiência colhidas em outras geografias, temos estabelecido protocolos com empresas fornecedoras de bens e serviços: Estou a falar de comércio, farmácias, escolas de condução, colégios e unidades com os quais estabelecemos acordos de parcerias' para beneficiar com descontos os nossos associados.

Quantos associados?

Representamos universo de 23 mil bancários, mas de forma efectiva só 75 por cento destes estão filiados e pagam quotas.

O que descontam?

Cada trabalhador desembolsa apenas um por cento do salário base.

Qual é a importância do plano 'vantagens internacionais'?

Além de sermos um sindicato nacional, somos uma entidade aberta. Isso leva-nos a estabelecer uma cooperação com sindicatos do espaço lusófono com excepção da Guiné-Bissau. Dos brasileiros, recebemos apoio técnico e sindical, com as três congéneres portuguesas temos protocolos de saúde. Quer dizer que se um dos nossos associados for a Portugal, em tratamento médico, ou o seu familiar próximo, recebe assistência hospitalar com um desconto de 34%. Devo lembrar que, em 2012, fomos os promotores.

O país foi recentemente 'sacudido' com o caso do desvio bilionário, envolvendo o major Lussati, ex-funcionário da Casa de Segurança do Presidente da República. Isso veio demonstrar as fragilidades da banca?

A banca não deve ser crucificada. A saída de valores do banco respeita a autorização de débito. E o dinheiro não foi levantado no mesmo dia. Nós, os bancários, não somos obrigados a saber para onde o cliente quer encaminhar o seu dinheiro. É uma situação que transcende a esfera bancária. Temos que colocar o sector bancário como o mau da fita? Não. Ele é apenas fiel depositário dos dinheiros dos clientes. Como se usa o dinheiro, não é da sua conta.

O Governo recorreu ao FMI para impulsionar a economia. Foi uma boa opção?

Como sindicalista, devo dizer que a aliança com o Fundo Monetário Internacional é um casamento que não dá frutos, porque, da minha leitura em quase todos os países onde foram aplicadas as medidas do FMI, houve agravamento da situação económica e social.

1.9 INE atira desempregados para população inactiva e taxa de desemprego cai 0,1 pp para 30,5%

Jornal Expansão

18 De Junho de 2021

Texto: Joaquim José Reis

A taxa de desemprego em Angola caiu 0,1 pontos percentuais para 30,5% no I trimestre de 2021, de acordo com o relatório sobre os Indicadores de Emprego e Desemprego em Angola do Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgado esta semana com quase um mês de atraso e cuja credibilidade é posta em causa por vários especialistas. Tudo porque o INE publicou o relatório com quase um mês de atraso e 'atirou' para população inactiva pessoas que nos inquéritos anteriores estavam registadas como desempregadas.

"Os indicadores sobre o mercado de trabalho mostram algumas evidências marcadas pelo impacto da pandemia Covid-19. Na actual situação, pessoas nos trimestres anteriores classificadas como desempregadas e pessoas que efectivamente perderam os seus empregos devido à pandemia Covid-19 podem, neste trimestre, ser classificadas como inativas. A não disponibilidade para começar a trabalhar, por motivos relacionados com a pandemia, pode levar ao acréscimo da população inactiva", refere o relatório.

Face ao último trimestre de 2020, entre Janeiro e Março deste ano a população inactiva aumentou 91.826 (+5,7%) para 1.709.309. Já o número de desempregados baixou 3.602 pessoas para 4.744.020, enquanto o número de empregados aumentou 71.717 para 10.821.205.

Em relação aos sectores onde os angolanos estão empregados, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas' é a que mais emprega, tendo criado mais 61.876 face ao IV trimestre de 2020. Já as 'actividades administrativas pública e defesa e segurança social criaram mais 37.054, os 'transportes, armazenagem, alojamento e comunicação' registaram mais 35.261 e a 'educação' criou mais 23.722 postos de trabalho. O sector da construção, que terá ganho um novo fôlego com as obras do PIIM, só criou 1.936 novos empregos em relação ao IV trimestre de 2020. Por outro lado, o 'comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos' perdeu 51.014 trabalhos e a 'indústria, energia e águas' perderam 19.276.

Como o INE não desagrega a informação, não é possível verificar de que tipo de emprego estamos a falar, se informal ou formal, mas segundo o relatório, 80,2% dos angolanos têm trabalho na informalidade, o que é equivalente a 8.680.137, menos -5.539 que no final de 2020 (80,8%).

Se por um lado o INE registou menos trabalhadores informais no período em análise, por outro as contas do Expansão com base nos dados do inquérito revelam que foram registados mais 77.256 novos postos de trabalho formais, o que para os especialistas consultados é difícil de explicar no actual contexto de cinco recessões económicas. Até porque o PIB voltou a cair 4,0% no I trimestre deste ano, segundo anunciou há semanas o ministro da Economia, Sérgio Santos. Ainda assim o PIE não petrolífero terá subido 1,0%, o que até poderá justificar um ligeiro aumento dos empregos, mas não na quantidade apresentada, alertam.

Especialistas questionam resultados

"Existem várias razões para olhar com cautela para estes números do INE. Primeiro porque saíram muito atrasados, o que denota que alguma coisa correu mal e o INE não se dignou a dizer as razões do atraso; segundo porque a metodologia empregue parece-me pouco adequada para a nossa realidade; terceiro, porque o Governo não está interessado em admitir que a economia continua a destruir e não a criar emprego; quarto, porque não existem condições objectivas para que a taxa de desemprego reduza, no contexto de crescimento da força de trabalho acima

dos 4% e contracção do PIE", sublinha o economista Wilson Chimoco.

Também o economista António Estote revela que os "dados sobre o emprego apresentados pelo INE não são credíveis", adiantando que a instituição deve "explicar-nos quais os sectores que geraram 77.256 empregos líquidos", uma vez que os "novos empregos gerados pelo sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (sector que emprega 56,3% da população) foram insuficientes para compensar a perda de empregos" no comércio. "Tudo indica que houve uma transferência da população desempregada para população

Inactiva e ligeiramente para população empregada", admite.

"Estes dados oficiais sobre o emprego são algo questionáveis tendo em conta que a economia angolana aparentemente criou mais de 70 mil novos postos de trabalho num período marcado por uma forte contracção económica. A teoria económica sugere que um período de recessão económica normalmente resulta numa subida do desemprego (e vice-versa). Parte das discrepâncias nestes últimos dados sobre o emprego podem ser explicadas pela alteração feita na classificação para aquelas pessoas que perderam o emprego devido à pandemia da Covid-19, mas não a sua totalidade", revelou um consultor internacional, acrescentando que "a divulgação de dados credíveis e fidedigna os é fundamental para a credibilidade de um país e das suas instituições junto de investidores domésticos e internacionais".

O Expansão solicitou esclarecimentos ao INE, mas não obteve resposta até ao fecho de edição.

1.10 Jovem, mulher e residente em Luanda, este é o perfil do desempregado angolano

Jornal Expansão
18 De Junho de 2021

Jovem com idade entre os 15 e os 24 anos, sexo feminino e residente em Luanda, este é o perfil da maioria dos desempregados do país no final do I trimestre de 2021, de acordo com o Inquérito sobre o Emprego e o Desemprego do INE.

No final de Março, o INE registou 4.744.020 de desempregados, em que 53,1 % são mulheres e 46,9% são homens. Do total de desempregados, 2.945.540 são jovens entre os 15 e os 24 anos de idade, ou seja 62% do total.

Já a taxa de desemprego na área urbana (42,1 %) é cerca de três vezes superior à da área rural (14,5%), com o inquérito do INE a evidenciar que a taxa de desemprego nas zonas rurais tem vindo a cair, depois de ter fechado 2020 nos 15,6%. Mas será que se estão a criar empregos de qualidade com uma componente de estabilidade a médio e longo prazo?

Segundo o investigador Fernandes Wanda, a resposta é não: "um aumento da população empregada no meio rural é uma indicação de que se está a criar empregos precários dada as condições de vida nessas zonas".

"Sabendo que a população angolana reside maioritariamente nas cidades (censo 2014 indicou ser 62,6% urbana vs. 37,4% rural), será que está a haver uma deslocação da população dos centros urbanos para as zonas rurais (devido a crise nas cidades)? Sabemos que devido à pandemia o movimento das populações está limitado, com uma cerca sanitária em Luanda o maior centro urbano. Então concluímos que se está a haver essa deslocação da população ela poderá estar a ocorrer fora de Luanda. Estes são aspectos que precisam ser clarificados pelo INE", diz o investigador Fernandes Wanda.

Não trabalham nem estudam

O número de jovens registados como população inactiva, ou seja, que nem trabalham nem estudam, voltou a subir, mais concretamente 5,8% para 997.463 no trimestre passado. São mais 54.335 face a Dezembro de 2020, o que levanta questões como o facto de o País estar a produzir delinquentes, ou no limite uma geração ociosa sem hábitos de trabalho. São necessárias, assim, medidas para estimular o mercado de trabalho de forma a criar condições para empregar estes jovens.

O IEA é um inquérito por amostragem que contemplou um total de 10.944 agregados familiares, sendo na área urbana 6.036 e na área rural 4.908. É considerado empregada a pessoa com idade mínima de 15 anos que, no período de referência (últimos 7 dias anteriores ao inquérito), tinha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em espécie; Tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço; Tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; Estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

I.11 O desemprego em Angola e a ficção das estatísticas do INE

Jornal Expansão

18 De Junho de 2021

Surpreendentemente, no 1.º Trimestre de 2021, em ambiente da pandemia, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentou um aumento de 0,7% no número de empregos e uma redução de 0,1%, no número de desempregados. Estes dados merecem as nossas mais sérias contestações, porque, ao medirem a realidade do emprego em Angola, ao mesmo tempo servem de elementos para avaliação do alcance das políticas públicas, coordenadas pelo Ministério da Economia e Planeamento. Este, por sua vez, tutela directamente o INE que é superiormente orientado e coordenado pelo ministro da Economia e Planeamento na qualidade de presidente do Sistema Nacional Estatístico. Digamos, antes e depois da avaliação, o avaliado é o primeiro a ter acesso ao enunciado, à chave e ao resultado da prova. Estamos diante de uma verdadeira fraude.

Tal constatação tem sido sucessivamente demonstrada. A título de exemplo, em Outubro de 2019 o INE não registou o forte aumento no nível geral de preços, causado pela implementação em simultâneo do IVA e do regime de câmbio flexível. Em Janeiro de 2021, ao tentar esconder esta, dentre outras falhas, o INE corrigiu os preços da sua amostra, referente a Dezembro de 2020, e em Abril de 2021 eliminou a amostra da publicação, o que impede de aferir a correcção dos cálculos.

Neste caso em concreto, o nosso receio recai sobre os ponderadores, que têm como referência as estimativas da população. Isto é, no 1.º Trimestre verificou-se uma ligeira refracção no crescimento da população com mais de 15 anos, de pelo menos, 11.000 pessoas e, paradoxalmente, a população inactiva aumentou 5,4%, mais 91.827 indivíduos, passando de 1.617.482 no 4.º Trimestre de 2020 para 1.709.6309 no 1.º Trimestre de 2021, quando a tendência tinha sido de redução: de 98.106 pessoas entre o 4.º Trimestre de 2019 e o 1.º Trim, de 2020, 4.570 pessoas entre o 3.º Trimestre e o 4.º Trimestre de 2020. Tudo indica que houve uma transferência da população desempregada para população inactiva e para população empregada.

Outrossim, os dados apontam para uma inversão da tendência de 2020, sendo que o sector informal desempregou 5.539 e o sector formal empregou mais 77.256.

Quais foram os sectores que geraram 77.256 empregos líquidos? Os novos 52.542 empregos gerados pelo sector da agricultura' produção animal, caça, floresta e pesca (sector que emprega 56,3% da população empregada) foram insuficientes para compensar a perda de 58.314 empregos no Comércio.

Mesmo com estas omissões, a situação do emprego continua crítica, o desemprego urbano aumentou de 41,7% no 4º Trimestre de 2020 para 42,1% no 1º Trimestre de 2021, o desemprego urbano para indivíduos entre os 15-24 anos aumentou de 55,3% no 4.º Trimestre de 2020 para 56,3% no 1.º Trimestre de 2021. As condições de emprego são muito precárias, o que leva 89% dos adultos a terem de trabalhar. Portanto, os dados sobre o emprego não são credíveis e não são aceitáveis os erros de inserção/classificação ou alteração metodológica que só têm gerado mais falta de reputação para as instituições nacionais.

Para terminar, a informação estatística ocupa um lugar de realce na concepção, formulação, realização e avaliação das políticas públicas, que orientam as decisões e as acções directas e indirectas do executivo, e a sua manipulação deliberada levará a decisões e acções intuitivas desprovidas de objectividade, como uma aeronave que perde os sistemas de orientação geográfica em pleno voo nocturno.

I.12 Programa “Kwenda” não vai tirar as famílias da pobreza

Jornal Visão

18 De Junho de 2021

Texto: Simão Tunico

Trata-se de um projecto avaliado em 420 milhões de dólares, financiado pelo Banco Mundial, com 320 milhões de dólares, e pelo Tesouro Nacional, com 100 milhões de dólares.

O director da organização não-governamental SOS-Habitat, André Augusto, defende que o programa Kwenda peca por não acompanhar os constantes aumentos dos preços dos produtos que constituem a certa básica.

Aquele activista comunitário também diz haver um número das famílias pobres superior ao que foi eleito pelo programa.

"Quase 75 por cento da população angolana é pobre", lembra.

Por sua vez, o activista social Bernardo Castro diz que os resultados sociais do programa "são assustadores" pela negativa.

O também responsável da Rede de Terra Angola e Ambiente afirma que "as pessoas não estão a ver melhorias na sua vida com o programa Kwenda".

Em reacção a estas constatações, o director do Fundo de Apoio Social (FAS) e gestor do programa Kwenda, Belarmino Jelembi, reconhece que o número de pessoas eleitas para o projecto é muito inferior ao da população carente, mas assegura que existem muitos outros programas do Governo virados para o apoio comunitário e que concorrem para o mesmo fim.

"Os programas não estão isolados. Existem programas de combate à pobreza e outros ligados à agricultura", lembra.

O programa, estabelecido para quatro anos, prevê apoiar em todo o país um milhão e 608 mil agregados familiares em situação de pobreza, com uma renda trimestral de 25.500 kwanzas, à razão de 8.500 kwanzas cada mês.

O ano de 2021 está a ser marcado pelo pagamento massivo das famílias abrangidas pelo programa através da componente das transferências sociais monetárias.

O Fundo de Apoio Social (FAS) é o organismo responsável pela execução do programa, depois da fase piloto, implementada em cinco municípios, que permitiu cadastrar cerca de 10.700 famílias, 5.774 das quais já receberam dois pagamentos, correspondentes a seis meses.

Face aos resultados obtidos com esta primeira 'experiência, segundo o director do FAS, deu-se início ao processo de expansão para mais 15 municípios; totalizando 20 nesta primeira fase.

I.13 Taxa de desemprego cai para 30,5 por cento

Jornal de Angola

Dia 18 De Junho de 2021

A taxa de desemprego em Angola fixou-se em 30,5 por cento no primeiro trimestre de 2021, uma redução de 1,5 pontos percentuais face ao período homólogo, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Entre Janeiro e Março, a taxa de desemprego foi estimada em 30,5 por cento, valor inferior em 0,1 ponto percentual em relação ao do trimestre anterior (30,6) e inferior a 1,5 pontos percentuais relativamente ao trimestre homólogo (32).

No primeiro trimestre de 2021, a população desempregada, estimada em 4 744 020 pessoas com 15 ou mais anos, diminuiu em 0,1 pontos percentuais (3 602 pessoas) em relação ao trimestre anterior.

No entanto, verificou-se um aumento de 8 563 desempregados em termos homólogos, representando um acréscimo de 0,2 por cento.

A população empregada com 15 ou mais anos foi estimada em 10 821 205, ou seja, aumentou 0,7 por cento relativamente ao trimestre anterior (mais 71 717 pessoas) e 7,3 por cento em relação ao trimestre homólogo de 2020

taxa de emprego situou-se em 62,6 por cento, menos 0,3 por cento em relação ao trimestre anterior (62,8 por cento) e aumento de 3,3 relativamente ao trimestre homólogo (60,7).

O relatório do INE destaca que a situação de calamidade pública devido à Covid-19 resultou no abrandamento temporário de produção de bens e serviços, em particular os não essenciais, bem como restrições à livre circulação de pessoas, em particular no caso de Luanda que se encontra há mais de um ano sob cerca sanitária. No primeiro trimestre de 2021, o grosso das províncias trabalhava com 75 por cento da força de trabalho.

A população economicamente activa com 15 ou mais anos, aumentou em 5,0 por cento relativamente ao trimestre homólogo, o que corresponde a um aumento de 745 778 pessoas. Em Angola, a grande maioria das pessoas empregadas (80,2 por cento) tem emprego informal, num total de 8 680 137 pessoas.

I.14 Governo enuncia fim da recessão económica dos últimos sete anos

Jornal Continente
18 De Junho de 2021

Manuel Nunes Júnior fez estas afirmações durante uma conferência de imprensa da Equipa Económica a propósito dos resultados da quinta avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Programa de Financiamento Ampliado (EFF).

Conforme explicou, houve uma avaliação positiva e elogiosa de mais etapa do EFF, que dá assistência técnica e financeira ao Governo, sinalizando a confiança da comunidade financeira internacional nas reformas do país.

Nunes Júnior fez saber que as reformas em curso estão assentes em dois pilares fundamentais, designadamente o da "consolidação de um verdadeiro Estado de Direito" e a "instauração de uma economia de mercado dinâmica e eficiente".

O Estado de Direito, lembrou, visa garantir que as oportunidades sejam iguais para todos e se gere um clima de confiança necessário para atrair o investimento privado nacional e estrangeiro, enquanto, no capítulo económico, reiterou que importantes passos têm sido dados no sentido da consolidação fiscal.

"Para o corrente ano de 2021, o OGE prevê um défice de 2,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIE). Contudo, as projecções fiscais mais recentes apontam para um saldo orçamental positivo de 2,6 por cento do PIE": disse.

Manuel Nunes Júnior assumiu, por outro lado, que as perspectivas para este ano são no sentido da retoma de saldos positivos da Balança de Pagamentos, o que permite antever a recuperação das Reservas Internacionais "Líquidas que, neste momento, se situam em 8,4 mil milhões de dólares, valor que representa cerca de 10 meses de importações.

Quanto à continuidade do Programa de Assistência Técnica e Financeira com o FMI, cujo fim está previsto para Dezembro deste ano, Nunes Júnior disse, que antes do fim, o Governo vai comunicar os futuros passos e critérios sobre a continuidade desse acordo.

Acordos sobre a dívida

Angola prevê economizar 300 milhões de dólares com a aprovação da prorrogação do serviço da dívida bilateral não garantida, no período de 1 de Julho a 31 de Dezembro, junto dos parceiros do G20, de acordo-com a ministra das Finanças.

Vera Daves de Sousa disse, ontem, durante a Conferência de Imprensa da Equipa Económica sobre a 5a Avaliação do FMI ao EFF, "que essa janela de tempo de seis meses" vai servir para o país preparar-se para a retomada das "responsabilidades" em dívida. Mais técnica, a ministra das Finanças esclareceu que o EFF foi aprovado com um desembolso inicial de 3,7 mil milhões de dólares e, em função da necessidade de despesas adicionais com

a Covid-19, o valor foi elevado para 4,5 mil milhões de dólares.

Na quinta Avaliação, o Executivo recebeu um parecer positivo por ter cumprido cinco dos seis critérios de desempenho apreciados, com destaque para o processo de desempenho das reservas internacionais líquidas, o critério do tecto da base monetária, assim como foi cumprido o défice fiscal primário não petrolífero.

O critério da não acumulação de atrasados externos pelo Governo Central também foi um dos critérios aprovados. Neste caso específico, de acordo com Vera Daves, foi solicitada uma renúncia que acabou por ser cumprida com ligeiro atraso.

É, igualmente, expectativa no âmbito do programa com o FMI que o Governo e a Sonangol não se endividem usando o petróleo como garantia, objectivo até ao momento cumprido.

Em relação ao crédito do BNA ao Governo Central, houve uma renúncia de incumprimento por causa das medidas de Alívio Económico que foram conseguidas. Em justificação, Vera Daves informou que o FMI considerou como um financiamento indirecto ao Tesouro, o facto do BNA ter comprado as Obrigações para ajudar as empresas a terem mais liquidez.

O programa tem como objectivo garantir ajustes estruturais num conjunto de reformas em curso no âmbito fiscal e da política monetária cambial, com impacto no sector real para o incentivo do crescimento do Produto Interno Bruto, alinhado ao programa de desenvolvimento nacional, para uma economia "mais diversificada e inclusiva"

Emprego

Sobre os indicadores do emprego mais recente, o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio dos Santos, indicou que se assiste uma estagnação, mas que também já é um "bom sinal": embora se criam poucos empregos, também não se está a perder postos de trabalho, como ocorreu na fase inicial da pandemia da Covid-19.

Medidas "mais restritiva" foram aprovadas

As medidas mais restritivas de políticas monetária, adaptadas pelo BNA desde Setembro de 2020 mereceram aprovação do FMI no guardo da quinta avaliação do programa de Financiamento Ampliado, segundo esclareceu, ontem, em Luanda, na conferência de imprensa da Equipa Económica, o governador do Banco Nacional de Angola. José de Lima Massano disse que, no ano passado, no âmbito

das Medidas de Alívio Económico e por força dos efeitos da pandemia da Covid-19, o banco central saiu em "socorro" às Pequenas e Médias Empresas, adquirindo Títulos do Tesouro, tendo sido esta a forma prática encontrada para apoiar de forma directa as referidas empresas, com a disponibilidade do valor de 100 mil milhões de kwanzas.

"Esta acção foi considerada expansiva pelo FMI, pois através dela, o BNA libertou mais liquidez para a economia. Estávamos num cenário em que precisávamos de forma decisiva apoiar o tecido empresarial. Logo de seguida, isto em Setembro, tão logo as condições assim o permitiram, começámos a fazer uma alteração, retomando, como sublinha o fundo, à política monetária mais restritiva" disse.

De acordo com o FMI, citou o governador, a decisão das autoridades de confiar na flexibilidade cambial como um amortecedor de chiques económicos foi correcta. Sobre o tema da "Confiança nas Instituições", também parte da avaliação feita pelo FMI no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado, José de Lima Massano assegura ter sido uma das metas estruturais cumpridas.

1.15 Kwenda estreia pagamentos na Luanda-Norte com entrega de 690,9 milhões Kz no Cuango

Novo Jornal

25 De Junho de 2021

Texto: Maurício Vieira Dias

O Programa de Fortalecimento da Protecção Social denominado "Kwenda" validou, até ao dia 21 de Junho, no Cuango, Lunda-Norte, 27.095 agregados familiares de oito aldeias daquele município a Leste do País, prevendo-se que, antes do fim da primeira quinzena de Julho, aquelas famílias em condições de vulnerabilidade beneficiem das primeiras transferências sociais monetárias trimestrais de 25.500 kwanzas, a uma razão de 8.500 Kz/mês cálculos feitos pelo Novo Jornal indicam que as mais de 27 mil famílias do Cuango, na primeira tranche que se inicia em Julho, vão receber 690,9 milhões kz, representando 25.500 Kz por agregado familiar.

Sobre o início dos pagamentos, a informação foi prestada no domingo, 20, pelo director-geral do Instituto de Desenvolvimento Local (FAS), Belarmino Jelembi, no Cuango, explicando que, após o processo de validação das listas dos agregados familiares, o próximo passo será as transferências monetárias.

Naquele município do Leste do país, o responsável esclareceu que a validação das listas dos agregados familiares em situação de vulnerabilidade, cadastrados no "Kwenda", é o último acto que antecede as transferências sociais monetárias e outras componentes dessa iniciativa do Estado.

"A validação comunitária é um momento em que as famílias cadastradas, porta-a-porta, em cada aldeia e bairro, confirmam os seus nomes entre os seleccionados para as transferências sociais monetárias, através das listas afixadas pelo FAS, agência que gere o programa Kwenda", detalhou Jelembi.

O Cuango torna-se, assim, no primeiro município da Lunda-Norte a ser beneficiado, pois foi indicado pelas autoridades para o projecto-piloto e já conta com as quatro componentes do "Kwenda", nomeadamente: Transferências Sociais Monetárias, Inclusão Produtiva das Famílias Vulneráveis, Municipalização da Acção Social e o Reforço do Cadastro Social Único.

Até ao dia 21 de Junho, o Programa de Fortalecimento da Protecção Social "Kwenda" tinha pago 9.421 agregados familiares, estavam registados na sua base de dados 405.365 agregados de um conjunto de 100 comunas e 3.636 de bairros e aldeias.

O "Kwenda" é uma iniciativa do Executivo, destinada a apoiar as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, com a atribuição de uma renda de 25.500 Kz por trimestre.

O director-geral do FAS explicou que a publicação das listas foi validada por uma equipa técnica regional Leste, com integrantes das províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico, com vista a conferir maior credibilidade ao processo.

1.16 O desemprego em Angola e a ficção das estatísticas do INE

Jornal Expansão

18 De Junho de 2021

Surpreendentemente, no 1.º Trimestre de 2021, em ambiente da pandemia, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentou um aumento de 0,7% no número de empregos e uma redução de 0,1%, no número de desempregados. Estes dados merecem as nossas mais sérias contestações, porque, ao medirem a realidade do emprego em Angola, ao mesmo tempo servem de elementos para avaliação do alcance das políticas públicas, coordenadas pelo Ministério da Economia e Planeamento. Este, por sua vez, tutela

directamente o INE que é superiormente orientado e coordenado pelo ministro da Economia e Planeamento na qualidade de presidente do Sistema Nacional Estatístico. Digamos, antes e depois da avaliação, o avaliado é o primeiro a ter acesso ao enunciado, à chave e ao resultado da prova. Estamos diante de uma verdadeira fraude.

Tal constatação tem sido sucessivamente demonstrada. A título de exemplo, em Outubro de 2019 o INE não registou o forte aumento no nível geral de preços, causado pela implementação em simultâneo do IVA e do regime de câmbio flexível. Em Janeiro de 2021, ao tentar esconder esta, dentre outras falhas, o INE corrigiu os preços da sua amostra, referente a Dezembro de 2020, e em Abril de 2021 eliminou a amostra da publicação, o que impede de aferir a correcção dos cálculos.

Neste caso em concreto, o nosso receio recai sobre os ponderadores, que têm como referência as estimativas da população. Isto é, no 1.º Trimestre verificou -se uma ligeira refracção no crescimento da população com mais de 15 anos, de pelo menos, 11.000 pessoas e, paradoxalmente, a população inactiva aumentou 5,4%, mais 91.827 indivíduos, passando de 1.617.482 no 4.º Trimestre de 2020 para 1.709.6309 no 1.º Trimestre, de 2021, quando a tendência tinha sido de redução: de 98.106 pessoas entre o 4.º Trimestre, de 2019 e o 1.º Trimestre de 2020, 4.570 pessoas entre o 3.º Trimestre. e o 4.º Trimestre de 2020. Tudo indica que houve uma transferência da população desempregada para população inactiva e para população empregada.

Outrossim, os dados apontam para uma inversão da tendência de 2020, sendo que o sector informal desempregou 5.539 e o sector formal empregou mais 77.256.

Quais foram os sectores que geraram 77.256 empregos líquidos? Os novos 52.542 empregos gerados pelo sector da agricultura' produção animal, caça, floresta e pesca (sector que emprega 56,3% da população empregada) foram insuficientes para compensar a perda de 58.314 empregos no Comércio.

Mesmo com estas omissões, a situação do emprego continua crítica, o desemprego urbano aumentou de 41,7% no 4.º Trim. de 2020 para 42,1% no 1.º Trim. de 2021, o desemprego urbano para indivíduos entre os 15-24 anos aumentou de 55,3% no 4.º Trimestre. de 2020 para 56,3% no 1.º Trimestre de 2021. As condições de emprego são muito precárias, o que leva 89% dos adultos a terem de trabalhar. Portanto, os dados sobre o emprego não são credíveis e não são aceitáveis os erros de inserção/classificação ou

alteração metodológica que só têm gerado mais falta de reputação para as instituições nacionais.

Para terminar, a informação estatística ocupa um lugar de realce na concepção, formulação, realização e avaliação das políticas públicas, que orientam as decisões e as acções directas e indirectas do executivo, e a sua manipulação deliberada levará a decisões e acções intuitivas desprovidas de objectividade, como uma aeronave que perde os sistemas de orientação geográfica em pleno voo noturno.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Crédito malparado atingiu 5%

Jornal de Angola
1 De Junho 2021

Texto: Isaque Lourenço

O Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) faliu, em 2019, por acção dolosa dos integrantes do Conselho de Administração, que além dos créditos a si concedidos e do benefício próprio dos lucros obtidos, também permitiram uma carteira do malparado próxima aos 50 por cento, concluiu o Tribunal na sentença já tramitada em juízo.

Segundo soube o Jornal de Angola, os administradores adoptaram uma política de gestão que, gradualmente, degradou a solvabilidade da instituição, concederam-se créditos e investiram no imobilizado.

Também ordenaram a alteração das contas dos exercícios financeiros, falseando dados, para terem resultados positivos, registando como proveitos perdas, provado por documentos e depoimentos prestados nas audiências.

Ainda de acordo com o Tribunal, os administradores concediam créditos sem para tal observarem a possibilidade de retorno do capital e juros investidos ou com juros muito baixos e não observavam os riscos destas operações.

"Apesar de serem proibidos, pelo BNA, em 2015, para que cessassem a concessão de créditos, em face da situação financeira em que o requerido se encontrava, os administradores do BANC continuaram a conceder créditos.

Investiram em imóveis caríssimos e concederam créditos bonificados, aos colaboradores e concederam-se créditos e a terceiros, sem condições claras de retorno, ou seja, a política de créditos, adoptada pelo conselho de administração do Banco BANC, S.A, não permitia o seu crescimento, muito pelo contrário a consequência natural da política de gestão adoptada pela administração só tinha um destino; a ruína do Banco", lê-se na sentença. Indicadores do Banco Nacional de Angola avançam que o Banco Angolano de Negócios e Comércio não tinha robustez financeira para conceder os créditos que concedeu, nem para fazer o investimento no imobilizado como fez.

Crédito vencido

Os créditos concedidos pela administração do BANC, apesar de vencidos, não tiveram retorno, até à data presente, de acordo com o juízo final, uma vez que eram de má qualidade, não verificavam as regras de contabilidade, operações e compliance, com impacto nos riscos e as cautelas para tais operações.

Um facto foi que os administradores não executivos não se opuseram à política de concessão de créditos, à concessão de crédito aos administradores e a pessoas a eles ligadas, trabalhadores, clientes e o investimento no imobilizado.

Para além de não se terem oposto aos factos, acima descritos, os administradores não executivos, não aconselharam os administradores executivos e a comissão executiva a não actuar como actuaram.

Ficou provado por confissão que o administrador independente teve acesso à informação financeiro do requerido, mas não alertou os demais administradores sobre a concessão de créditos, especialmente, para o conflito de interesses, as opções políticas e de gestão do requerido, provado por confissão.

Nesse sentido, concluem, o BANC não caiu em bancarrota devido, unicamente, à falta de aumento do capital social, mas também às más opções políticas de gestão, adoptada pela administração, e daí resultou a erosão nos números, factos provados por documentos e confissão.

Entre os vários factos e que justificaram o decreto de falência do BANC, ficou suficientemente provado que o banco enquanto comerciante, em termos gerais, apresentava um balanço deficitário, cujo passivo era superior ao activo, pois, tinha um passivo superior a Kz 40 000 milhões, encerrou os seus estabelecimentos ao público, quer em Angola, quer no exterior, também cessou pagamentos e adoptou procedimentos abusivos na concessão de créditos aos administradores, a partes relacionadas e outros, além de não ter observado as regras sobre o risco e o compliance.

Deliberação do BNA

Face à situação vivenciada, o BNA deliberou na altura pela aplicação de várias medidas, entre as quais a formalização, junto dos accionistas, do término do prazo dado para o período do saneamento da instituição, bem como das constatações resultantes do diagnóstico efectuado, durante o respectivo período, estabelecendo um prazo de 10 dias, para apresentarem um plano de capitalização exequível, o qual devia ser apresentado de acordo às normas legais, dentro de um prazo não superior a 30 dias. Com a recapitalização, nos mínimos regulamentares,

o BNA estaria em condições de transformar a operação de redesconto, situada em Kz 29 351 milhões, a 30 de Junho de 2018, em financiamento, e estabelecer um prazo determinado para o reembolso de forma escalonada. Nesta fase, a recapitalização necessária fixou-se num montante de Kz 53 083 milhões.

Consequências

Concluído o processo, a sentença do Tribunal de Comarca de Luanda ditou a condenação de três dos cinco administradores do extinto Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) a pagarem "com todo o seu património" pela falência da instituição, após dar como provadas as acções que levaram aquele banco à ruína.

Para o tribunal, a conduta dos administradores produziu a "erosão nas contas, bancarrota e incumprimento das obrigações da sociedade, já que as políticas adoptadas por estes na concessão de crédito e a não observação das regras prudenciais e sobre o risco, ao investirem no imobilizado", fizeram com que, na data do fecho, o saldo do BANC fosse "negativo", ou, em duas palavras, a conduta da administração agravou a situação do banco falido.

Neste momento, de acordo com comunicados da gestão da Massa Falida, nas páginas de utilidade pública do Jornal de Angola, os detentores de direitos e obrigações (depósitos, créditos e outras dívidas) junto do BANC devem contactar a mesma para a resolução dos mesmos.

2.2 A pandemia, as empresas e o crédito malparado

Jornal de Angola
Dia 2 De Junho de 2021

O agravamento da crise económica, derivada da pandemia da Covid-19, causou graves problemas de tesouraria a inúmeras empresas de direito angolano, o que obrigou muitas delas a fechar as suas portas, resultando daí um aumento da taxa de desemprego no país.

Várias empresas contraíram dívidas junto de bancos comerciais, mas o surgimento da pandemia da Covid-19 e as medidas de biossegurança que se seguiram fizeram com que unidades de produção estivessem impossibilitadas de honrar os compromissos com instituições bancárias credoras, nos prazos acordados.

O que aconteceu em Angola ocorreu noutras partes do mundo, em que milhares de empresas tiveram de fechar as suas portas porque não tinham liquidez para

fazer face a despesas de vária ordem, nomeadamente com salários dos trabalhadores.

Numa conjuntura de pandemia, que obrigava os Estados a tomar medidas restritivas, as empresas tinham pouca margem para realizar actividade produtiva, assistindo-se a despedimentos de trabalhadores em massa.

Em vários países, nomeadamente os mais desenvolvidos, os governos criaram mecanismos para viabilizar o financiamento de empresas ou para estabelecer moratórias no que diz respeito a pagamento de impostos, tudo isso para mitigar os problemas de tesouraria das unidades produtivas.

O anúncio feito, na semana passada, pelo Banco Nacional de Angola de que as empresas de determinados sectores podiam negociar junto dos bancos comerciais moratórias de até seis meses para pagamento do crédito malparado foi uma boa notícia para muitos empresários.

Na verdade, as empresas de áreas como as da restauração e similares, hotelaria e turismo e transportes, afectadas pela pandemia da Covid-19, precisavam de um alívio em termos de prazos de pagamento de dívidas, junto de bancos comerciais, para não terem de fechar as suas portas.

As empresas são unidades essenciais em qualquer economia, e, nas condições de crise, como a que vivemos, era necessária, também em Angola, a tomada de medidas que pudessem impedir que se agravasse o problema do desemprego no país.

2.3 Crédito bancário é discriminatório

Jornal Economia & Finanças
4 De Junho de 2021

Texto: Domingos Mucuta

A concessão de crédito bancário em Angola é discriminatório" porque coloca como rimazia a apresentação de garantias em detrimento da viabilidade económica e financeira de determinado negócio, afirma o presidente da Associação Agropecuária, Comercial e Industrial (AAPCIL) da Huíla, Paulo Gaspar.

Paulo Gaspar que falava, ontem, na abertura do primeiro reencontro entre os empresários e a banca comercial na província da Huíla, disse que qualquer dos operadores no mercado angolano, ao receber o projecto de um empresário "a primeira coisa que perguntam é a garantia".

"Além da fraca capacidade de avaliação dos projectos, por falta de especialistas de diferentes áreas, os bancos não querem saber se os projectos são viáveis ou bons negócios para a banca," disse o responsável.

Para o presidente da AAP - CIL é "extremamente ridícula" a exigência de que a garantia seja equivalente ao montante do crédito sem levar em consideração se a ideia ou o projecto é bom para gerar emprego, riqueza e alargar a base tributária na economia.

"Para nós, é descabido solicitar garantia equivalente para um crédito de 100 milhões de Kwanzas. Se eu tiver 100 milhões de Kwanzas, porque razão pediria o mesmo valor a banca? Será que quero ser empregado do banco?", questionou o líder da maior associação empresarial do sul de Angola, acrescentando que parece ironia mas "infelizmente é assim" disse.

Paulo Gaspar acrescentou que normalmente, ainda que o cliente tenha uma ideia brilhante, é difícil conseguir financiamento na banca comercial por mais viável que seja o projecto. "Daí que os nossos associados acham que o crédito é bastante discriminatório", argumentou.

Excesso de burocracia '

De acordo com Paulo Gaspar os empresários associados a AAPCIL continuam a reclamar de excesso o burocracia na banca, que embora em si não é má pois permite conferir o nível de organização e evitar erros, também pode ser prejudicial e consequentemente criar vícios.

Justificou que os bancos pedem a certidão empresarial onde consta a firma e o Numero de Identificação fiscal. Mas mesmo assim pede a folha de do NIF das finanças onde constam as mesmas informações, quando na opinião do responsável, o NIF está na certidão e é mais seguro porque este documento é da conservatória.

Numa triagem feita junto dos membros, a AAPCIL constatou que para uma empresa concluir o dossier e remeter ao banco para efeitos de crédito, são necessários 32 papéis. Acrescentou que além deste dossier o outro problema prende-se com a falta de respostas atempada.

Para os membros, raramente a banca responde ao fim de 45 dias, mesmo que for para rejeitar o projecto. Asseguram que, é quase ao fim de seis ou nove meses e depois de muita insistência do empresário é que os bancos respondem para pedir mais documentos", lamentou.

AAPCIL concluiu que apesar de vários instrutivos do Bancos Nacional de Angola (BNA), a banca não está

interessado a emprestar dinheiro ao sector empresarial porque criou uma serie de dificuldades para impedir o acesso a financiamentos.

Os empresários apontam que os bancos estão praticamente a ser esforçados a disponibilizar dinheiro ao sector privados em função da exigência do banco central e da estratégia do Executivo.

Paulo Gaspar referiu como exemplo, mais da metades das páginas dos contratos apresentam obrigações dos empresários para com banca do que o contrário, "ou seja temos mais obrigações do empresário e da banca não há quase nenhuma",

Preferência pelos títulos de tesouro

No mesmo encontro, Paulo Gaspar alertou que a banca tem como preferência pelos títulos de tesouros, pela pelo facto de obter rentabilidade garantida e pelo negócios de venda de divisas em detrimento de concessão de créditos.

"É fácil perceber esta fraca aposta dos bancos aos empresários nacionais porque se a classe empresarial está descapitalizada e falida, os resultados de exercício de cada banco são positivos", referiu, ressaltando que, se os empresários estão falidos mas a banca tem resultados positivos então, alguma coisa não vai bem nesta relação.

O responsável considerou a centralização das decisões dos bancos em Luanda retira poder às decisões locais na análise de projectos bancos.

"Infelizmente, há uma ideia de que, só os gestores de Luanda é que sabem tudo e que conhecem a realidade dos empresários a nível nacional", disse, referindo que a descentralização de que muito se quer, demora a chegar. Tem sido o entrave para os gestores locais decidirem sobre projectos.

Por sua vez, o delegado da Associação Industrial de Angola (AIA), Francisco Chocolate, lamentou a postura dos bancos comerciais na Huíla que tudo fazem para inviabilizar o programa de financiamento a economia gizada pelo Executivo.

Disse que as 26 empresas financiadas até ao momento na Huíla revela "o mar de dificuldades" em que estão mergulhados os empresários, sobretudo os do sector da indústria para o acesso a crédito.

O coordenador provincial da Fórum de Jovens Empreendedores, Piedade Pena, afirmou a exigência de garantias é uma empecilho ao surgimento e desenvolvimento as micro, pequenas e micros empresas na província da Huíla.

2.4 INAPEM propõe crédito adaptado ao mercado

Jornal de Angola

Dia 11 De Junho de 2021

Texto: Hélder Jeremias

A administradora do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) Joffrana Xavier exortou, ontem, em Luanda, as administrações dos bancos comerciais a explorarem formas de financiamento diferentes das dos créditos tradicionais, para estimular o crescimento da economia por via do aumento do consumo de bens e serviços.

Joffrana Xavier falava no final do "Fórum sobre Crédito Bancário: outras Formas de Financiamento", organizado pelo Instituto Nacional de Inovação de Tecnologias Industriais (INITI), um encontro que juntou representantes de instituições bancárias e economistas para analisar as razões que levam a banca a restringir a concessão de crédito ao sector da economia real.

A administradora reconhece o papel fundamental dos bancos comerciais na materialização dos programas adoptados pelo Ministério da Economia e Planeamento, no quadro das medidas de alívio do impacto negativo dos efeitos provocados pela pandemia da Covid-19 como o Programa de Apoio ao Crédito (PAC) e outros, apesar da apreensão gerada devido à incerteza quanto às garantias de reembolso da parte dos devedores.

Os financiamentos não devem ficar restringidos à concessão do crédito puro, uma vez que os bancos dispõem de diferentes formas para financiar as pessoas que procuram pelos seus serviços, tais como o leasing e outros mecanismos que permitem que possam obter bens económicos com maior facilidade, incluindo a compra de viaturas e outros serviços", afirmou.

Joffrana Xavier garantiu a disponibilidade do INAPEM para manter o seu papel de facilitador da concessão de crédito ao sector produtivo, principalmente depois de criado um processo de averiguação dos requisitos e assistência aos devedores denominado "Funil do Crédito", dada a complexidade que envolve o financiamento de projectos.

Recuperação de microcrédito

A concessão de microcrédito regista, actualmente, uma taxa de risco de 13 por cento, com 94 por cento de taxa de recuperação, segundo dados apresentados

pelo director de Marketing do Kixicredito, Hélder Catumbela.

O responsável considera estes indicadores "positivos", apesar da diferença expressiva em comparação ao ano 2017, quando a taxa de risco era de apenas três por cento, sobretudo, devido à prevalência de um ambiente económico mais favorável do que o actual contexto.

Detentor de uma licença desde 2008, a instituição já desembolsou acima de 600 milhões de dólares, beneficiando cerca de 60 mil clientes por intermédio dos pacotes da carteira de negócios, na qual se destacam o Kixenegócio, Kixempresa, Kixivalor e Kixiagronegócio.

O kixinegócio disponibiliza microcrédito com valores situados entre os 200 mil e os sete milhões de kwanzas, com maturidades que vão dos 12 aos 18 meses, ao passo que o Kixempresas conta com financiamento mínimo de três milhões de kwanzas, tendo um limite máximo de sete milhões.

2.5 34 Cooperativas recebem crédito

Jornal Economia e Finanças

18 De Junho de 2021

Texto: Carlos Paulino

Um total de 34 cooperativas e algumas empresas de prestação de serviço da província do Cuando Cubango, beneficiaram de um crédito de mil milhões de kwanzas, do Banco Desenvolvimento de Angola (BDA), no âmbito do PRODESI.

O director do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado, Roberto Biwango, fez este anúncio durante a sessão de abertura de uma acção formativa dirigida aos representantes de nove cooperativas agrícolas dos municípios de Menongue e Cuchi, no quadro do Projecto de Modernização de Gestão das Cooperativas (PROMOVE).

Explicou que do total de beneficiários, 16 cooperativas agro-pecuárias receberam o financiamento à luz do PRODESI e 18 outras empresas prestadoras de serviço receberam o crédito do BDA no âmbito do Alívio Económico, comércio, distribuição de bens industriais e do campo. Roberto Biwango fez saber que à luz do Decreto Presidencial 98/20 de 9 de Abril, relacionado com o Alívio Económico e PRODESI/PAC, a província do Cuando Cubango apresentou 69 candidaturas das quais, 16 cooperativas já receberam o dinheiro do

BDA que varia de cinco a 50 milhões de kwanzas e 18 empresas do ramo de prestação de serviço os empréstimos que rondam de 21 a 210 milhões de kwanzas.

No quadro do Aviso 10/20 do Banco Nacional de Angola (BNA), salientou, 12 cooperativas agropecuárias da província do Cuando Cubango beneficiaram de uma linha de crédito do Banco Yetu no valor rão milhões de kwanzas.

Realçou que a sua instituição tem estado a trabalhar no acompanhamento e fiscalização das cooperativas e empresas que beneficiaram do financiamento. Lembrou que no quadro do crédito de Alívio Económico as empresas têm um período de carência de 180 dias para começar a fazer a devolução do crédito que receberam, com base a uma taxa de juros bonificada de nove por cento, ao passo que no PRODESI, o período de carência são de três anos e a taxa 3. de juros pode ser negociada entre o credor e o beneficiário.

Compra de carrinhas

20 Carrinhas

Corresponde ao números de veículos automóveis que a província do Cuando Cubango recebeu, para escoar a produção

O director do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado, Roberto Biwango disse que a província do Cuando Cubango foi contemplada com 20 carrinhas de marca Toyota Dina para o fomento do escoamento dos produtos do campo para os grandes centros de consumo, mas lamentou o facto de até agora, apenas dez candidatas tenham manifestado interesse.

A frota de 20 carrinhas Toyota Dina não se adapta ao território do Cuando Cubango, porque todos os municípios do interior da província não possuem estradas e o terreno é muito arenoso. Neste contexto, as mesmas só poderiam circular nas estradas asfaltadas que ligam Menongue, Cuito Cuanavale e Cuchi.

"É por esta razão que os operadores de transporte estão com muito receio de aderir na compra das respectivas carrinhas, cujo reembolso mensal é 200 mil kwanzas, uma vez que nesta região pelas características acima descritas, este veículo para o transporte de mercadorias, nem quatro anos de vida útil teria", disse.

2.6 PRODESI aprova projetos

Jornal Continente

18 De Junho de 2021

Falando no habitual Briefing do Ministério da Economia e Planeamento-MEP, explicou que o reduzido número se deve ao rigor da banca comercial, que neste período recusou 17 projectos por falta de conclusão dos processos que habilitam ao crédito (insuficiência de documentos).

O responsável especificou que os dois novos projectos aprovados, e 78 projectos em negociação nos instrumentos financeiros Aviso 10/20 do BNA 56, linha de crédito Deutsche Bank 1, DP 98/20 bens de origem nacional 1, e PAC 20.

Frisou que, no geral, desde 2019, os instrumentos e produtos financeiros ao dispor do PRODESI viabilizaram a aprovação de 789 projectos, perspectivando aproximadamente 51 mil postos de trabalho. Os projectos aprovados ascendem a um valor aproximado em 651 mil milhões de kwanzas.

Detalhou que os mesmos projectos integram o Aviso 10/20 do BNA (490 mil milhões), 237 projectos aprovados, 34 em 2021 (175,5 mil milhões); Linha de crédito do Deutsche Bank (82 mil milhões de kwanzas), 3 projectos aprovados em 2020, nenhum em 2021.

De acordo com o secretário de Estado constam também as Medidas de Alívio Económico (41,4 mil milhões de kwanzas), 523 projectos aprovados, 92 em 2021. PAC(35,6 mil milhões de kwanzas), 21 projectos aprovados em 2020, dois (2) projectos aprovados em 2021 (1,3 mil milhões); e Outros instrumentos e produtos financeiros da banca comercial (574 milhões), 3 projectos aprovados em 2020, nenhum novo projecto na semana em análise nem neste ano.

Explicou que os projectos aprovados desde 2019 estão distribuídos pelos sectores da Agricultura (com 362), Comércio e Distribuição (226), Indústria Transformadora (117), Pecuária (30), Aquicultura (24), Pesca Marítima (25) e Pesca Continental (5).

No geral, a província de Luanda tem 171 projectos, Benguela (61), Huambo (58), Huíla (53), Cuanza Sul (43), Cuando Cubango (40), Bengo (41), Bié (38), Uíge (36), Lunda Sul (32), Malanje (32), Cunene (30), Namibe (30), Cabinda (28), Lunda Norte (25), Zaire (24), Cuanza Norte (24) e Moxico (23), totalizando 789 projectos.

Quanto ao Programa de Reconversão da Economia Informal - PREI, na última semana foram registados 17 pedidos de crédito num valor de 79 milhões de kwanzas.

Desde a operacionalização da linha de financiamento de microcrédito das Medidas do Alívio Económico, foram registados 2.382 pedidos num valor aproximado de 5,6 mil milhões de kwanzas.

2.7 Repensar os bancos no novo paradigma

Revista Caminhos

Junho de 2021

Texto: António Pedro

País necessita de uma política bancária consistente que alinhe interesses privados com sociais. Do contrário, seremos um povo pobre com sonhos de ricos. Numa intervenção pública, recente, o ministro da Economia e Planeamento dizia que os bancos comerciais já começam a adoptar uma postura diferente que tende a ser favorável para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional. Há um histórico reportado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que explica o entrave de há anos, mas há motivos para optimismo face às políticas em execução que começam a proporcionar fôlego, ainda que paulatino e com imperfeições, com a implementação do Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI). Recuando para Novembro de 2015, é possível perceber que o FMI havia espelhado no seu relatório sobre Angola, que o cenário do sistema bancário angolano mudara de forma considerável entre 2008 e 2015. Na década em questão, o País viveu um rápido crescimento e alterou amplamente a sua estrutura, o que levou na altura alguns observadores, de acordo com o relatório, a sugerir que seria necessária uma consolidação da banca num futuro próximo, face as transformações para a consolidação da banca comercial implementadas pelo BNA. E olha que já lá estamos, no futuro apontado pelo FMI em 2015! Contudo, o FMI diz no referido relatório que a diversificação económica do País quase não avançou apesar dos diversos esforços do governo e que o sistema financeiro angolano é um dos principais impeditivos da diversificação económica, porque os bancos parecem incapazes de fornecer o financiamento necessário para que sectores não petrolíferos possam florescer. Aqui começa a nossa análise sobre os caminhos a trilhar com o lançamento do PRODESI. Em 2018 começa uma aposta forte do Executivo para inversão de marcha, rumo à

diversificação da economia e à melhoria do ambiente de negócios, com a implementação do PRODESI que é um dos principais suportes à implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022). Há décadas que a contribuição do sector bancário ao País é questionada pela classe empresarial privada, como, também, há décadas que os bancos se defendem com a ausência de garantias reais nas solicitações de financiamentos e desvio de objectivos dos dinheiros concedidos. É importante um denominador comum, senão é o País que perde no seu desenvolvimento. Analisando os argumentos da classe empresarial privada, CAMINHOS resgatou dados do Banco Mundial, que é actualmente consultor do governo, sobre a relação crédito interno (da banca comercial) para o sector privado em relação ao PIB nos principais mercados de destino das exportações de Angola. O crédito interno para o sector privado refere-se a recursos financeiros fornecido pela banca através de empréstimos, compras de títulos não representativos de capital, créditos comerciais, etc., embora para alguns países, esses pedidos incluam crédito para empresas públicas. Nos principais mercados de destino das exportações de Angola, a relação: crédito/PIB é a seguinte: Singapura (121,9%), Israel (66,5%), Brasil (61,78%), África do Sul (138,79%), França (104,72%), República Democrática do Congo (5,85%), Bélgica (68,12%), República do Congo (17,06%), Estados Unidos da América (187,22%), Portugal (97,6%), Reino Unido (134,72%), Colômbia (50,04%), Emirados Árabes Unido (78,7%), China (161,14%) e Hong Kong (219,33%), ao passo que em Angola é de 14,71%. De 25 bancos que financiam o PRODESI, apenas BDA, BPC, BAI e ATLÂNTICO aceitaram falar para CAMINHOS do contributo que prestam à economia via PRODESI. Os demais, num período de espera de dois meses, não responderam. O presidente-executivo do BAI, Luís Létis, diz que o banco se ajustou à realidade da PMEs nacionais, com operações até os 500 milhões de kwanzas criou um subproduto denominado PAC Express, com condições mais: flexíveis criando pacotes compatíveis para cooperativas agrícolas. O administrador executivo do BOA para área de negócios, Clemente Paulo, anunciou que o banco deixou de financiar apenas grandes projectos e segmentou os clientes em micro, pequeno, médio e grande. Vivemos tempos em que só queríamos desenvolver grandes projectos: sem capacidade para o efeito e os resultados não foram bons. Melhor é o começo com micro e pequenos projectos, para então seguirmos crescendo gradualmente. Quanto a defesa dos bancos sobre projectos não financiados, não é aceitável que uma empresa peça crédito equivalente a um milhão de dólares norte-americanos e não tenha sequer reservas de 10% do montante solicitado, neste caso 100 mi

dólares, seja em títulos do tesouro, seja em aplicações em produto: financeiros dos bancos ou ainda noutras formas. Como também não é aceitável que uma empresa queira crédito equivalente a 100 mi dólares norte-americanos e não tenha sequer 10% desse valor (10 mil dólares) em reservas. Em nenhuma banca comercial do Ocidente Ásia e mundo afora é aceitável. É importante um denominador comum para que a relação crédito/PIB cresça visando o desenvolvimento de Angola. O PRODESI pode ser o ponto de partida, porque caminho continua a ser longo.

'Coordenador Editorial do Suplemento CAMINHO e Jornalista formado em Banking, pela Fundação Instituto de Pesquisas Económicas de São Paulo (Brasil):

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Obras em Ondjiva estão paralisadas

Jornal Economia & Finanças

4 De Junho de 2021

Texto: Domingo Calucipa

Os elevados preços dos materiais de construção civil praticados nos mercados e estabelecimentos de venda, na cidade de Ondjiva (Cunene), estão a travar o arranque ou continuidade de inúmeras obras privadas, principalmente as viradas para o sector habitacional.

Numa ronda pelos principais locais de venda da cidade, o JE apurou que um saco de cimento que há quatro meses era vendido a 3.200 kwanzas, agora custa 4 mil. O bloco de cimento está a ser comercializada 165,00 kwanzas, a chapa de cobertura de seis metros está a 10.500, o varão de aço de 12 milímetros custa 8.500 kwanzas, enquanto o de dez mil metros sai a 7 mil kwanzas. O tubo metálico, de seis metros, em formato retangular, usado para a cobertura é comercializado entre 10.900 e 11.100 kwanzas, uma caixa de mosaico de quatro peças custa 7.500 kwanzas, o pacote de cimento-cola de dois quilogramas fica em 1.700 kwanzas uma sanita simples 25 mil, ao passo que uma resma de tecto-falso do tipo PVC que contém dez folhas de seis metro cada está a ser vendida a 27 mil.

Os preços são igualmente estrondosos em portas e janelas. Uma porta de caixilharia, por exemplo, custa 93.500 kwanzas e uma janela de vidro de um metro quadrado vende-se a 53.000 kz. Já as portas de chapa metálica feitas nas serralharias ou em casa custam entre 50 e 60 mil kwanzas.

Artur Castigo, que atende numa loja gerida por um cidadão mauritaniano, disse que a vendas caíram bastante nos últimos tempos. Explicou que grande parte dos clientes que visitam o espaço apenas informam-se dos preços e se retiram. Poucos são aqueles que compram material.

A actual realidade de preço no mercado local está a impedir a materialização do sonho da "casa própria" de muitos jovens e não só dado o fraco poder de compra cada vez mais acentuado.

Terrenos e escombros

Na cidade de Ondjiva observa-se hoje em vários bairros um maranhão de obras inacabadas e abandonadas. Outrossim é a existência de numerosos terrenos apenas com amontoados de pedras ou blocos de cimento como sinal de ocupação.

No bairro Caxila III, por exemplo, proliferam alicerces e paredes de casas por concluir no projecto habitacional de 2.500 fogos do . Governo distribuídas a funcionários públicos há três anos, depois que faltou financiamento para a sua conclusão.

José Tyleinge, funcionário de uma instituição do Estado, beneficiário de paredes no projecto habitacional da Caxila III, mas vivendo em casa arrendada, disse que desde que recebeu a sua estrutura, há quase três anos, não consegue subir com as paredes para concluir a casa, e diz estar a aguardar até um dia os preços dos materiais baixarem. Olivia Ndalyataelao, outra beneficiária, confessou também estar a encontrar grandes dificuldades de colocar a cobertura na casa e dar passos com outros acabamentos, depois que conseguiu subir com as paredes com muito sacrifício.

Para Patrício Castro, um jovem empreendedor no ramo de comércio de materiais escolares e de escritório, considerou ser mais fácil aguardar para concorrer por uma habitação na futura Centralidade do que construir por meios próprios.

3.2 Pesca ilegal preocupa autoridades municipais do Lobito

Novo Jornal

4 De Junho de 2021

Texto: Hortêncio Sebastião

O administrador municipal do Lobito, Carlos Vasconcelos, alertou que a actividade de pesca ilegal que se regista na baía do Lobito preocupa as autoridades da circunscrição, por atentar contra a existência das espécies marinhas.

Segundo Vasconcelos, dentro da baía do Lobito não pode haver nenhum tipo de pesca, não só pelo facto de ser viveiro de peixes, mas também, sobretudo, por perigar o trânsito e o movimento de navios que escalam o Porto do Lobito.

O alerta foi feito recentemente em declarações ao NJ, antes de o responsável reunir-se com responsáveis da Inspecção provincial das Pescas, da Capitania do Porto e da Polícia local, com o intuito de se

encontrarem soluções para ultrapassar a situação da pesca ilegal na baía.

"O grave problema é que essa pesca dentro da baía pode perigar até a existência do próprio porto, porque volta e meia os pescadores abandonam as cordas que rebentam e as redes ficam encalhadas no meio do mar", alerta o administrador, referindo que vários barcos já ficaram presos nas redes abandonadas.

"Se um dia um navio de grande porte encalhar ou partir ali uma hélice, poderá ser um problema maior ainda do que aquilo que se pensa", sublinhou o responsável.

O gestor disse ainda que "se assiste, nos últimos tempos, a uma pesca desenfreada, sem medidas e sem olhar às consequências, e isso preocupa-nos, porque sabemos e temos consciência de que uma baía é onde os peixes vão desovar para se transformar num viveiro, para depois dispormos de muito mais peixe", observou.

De acordo com Carlos Vasconcelos, a preocupação das autoridades recai para aquele lugar por ser também ali onde os peixes mais nascem e mais morrem ao nascer, levantando inquietações do lado das autoridades.

"Este problema não só afecta o Lobito, mas também o País inteiro", salientou o administrador do Lobito, adiantando que a baía do Lobito dispõe de um viveiro que não só alimenta o mar local, como através das correntes marítimas se transformam em viveiro internacional, uma vez que esse mesmo peixe emigra para lugares mais recônditos.

Interrogado sobre as medidas previstas para o combate à pesca ilegal, Carlos Vasconcelos reconheceu existirem enormes dificuldades, com incidência para a falta de barcos de fiscalização que permitiriam que fossem realizadas operações de policiamento da baía, já que abundam pescadores que atiram redes ao mar e as puxam para terra, a fim de capturarem peixe de forma artesanal.

Covid-19 baixa nível de arrecadação das empresas

Do lado económico, o administrador municipal do Lobito disse que a municipalidade não difere de outras regiões do país, em que a crise financeira agravada pela pandemia da Covid-19 baixou os níveis de arrecadação de receitas de várias empresas.

Em contrapartida, o gestor assegurou que "o Lobito está firme e as empresas continuam cada vez melhores, porque puderam aguentar-se nesta crise".

Carlos Vasconcelos especificou que, quanto ao sector da hotelaria e restauração, foram profundamente afectados, não obstante ter registado saltos qualitativos no período que antecedeu a pandemia, tendo como ponto turístico dos visitantes, sobretudo em épocas de sucessivos feriados prolongados.

"A restauração no Lobito deu um pulo muito qualitativo. Significa haver um potencial para explorar em turismo", sublinhou, acrescentando ser necessário "criar as condições para se efectivarem outros passos".

"Temos alguns problemas. Temos estado a dialogar muito com os empresários. Eles sentem-se muito afogados às vezes com acções de fiscalização e, então, temos de estar aqui a mediar para fazer a manutenção do próprio empresário, porque senão não haverá empresário que consegue.

Por dentro

O Lobito é um dos 10 municípios da província de Benguela, situado a 30 quilómetros da sede capital provincial, com uma extensão de 2.700 quilómetros quadrados, correspondentes a 7% do território da província, dispõe de mais de 300 mil habitantes.

Do ponto de vista económico, a região é marcada pela presença do Caminho-de-Ferro de Benguela e do Porto Comercial do Lobito, empresas de dimensão internacional, nas quais desponta o corredor do Lobito, em franco desenvolvimento.

Para além de uma pujante indústria que emerge nesta urbe, Lobito é também, potencialmente, uma região agrícola, com as comunas de Egipto Praia, Canjala e a vila de Hanha, que concentram áreas de lavoura permanente e temporária, principalmente utilizando águas do rio Balombo para a irrigação.

A sua produção gera excedentes para atender igualmente à zona metropolitana de Benguela e a outras regiões do País.

hortencio.sebastiao",novojornal.co.ao

3.3 Preços elevados retraem clientes

Jornal Economia & Finanças
4 De Junho de 2021
Texto: António Eugénio

O preço do cimento, principal material para a construção civil, no mercado formal e informal em Luanda, registou uma subida acima de 100 por cento,

em relação ao mesmo período do ano passado devido a escassez.

A paralisação de algumas unidades industriais ligadas a produção de cimento, aliada a reduzida importação deve estar na base da elevada procura que o mercado vive, segundo apurou o Je.

Procura tímida

Por exemplo, um saco de cimento de 25 quilos custa 3.400 kwanzas, contra os 2.200 anteriores. O malhasol de seis metros, utilizado para a feitura de placas o, custa 15 mil kwanzas. Uma chapa de 3 metros é comercializada acima de 10 mil kwanzas.

Um saco de 25 quilos de areia custa 500 kwanzas, o betume 700, o tubo de metal para assegurar o tecto chega a custar 7.500 kwanzas. Um tijolo 350 kwanzas.

A nossa ronda começou no mercado 11 de Novembro, localizado no município de Bela, em Luanda. Ao contrário das épocas anteriores, o cenário é bem diferente, com bancadas quase que vazias.

A jovem Maria Catanha faz parte do grupo de vendedoras de cimento. No local, há vários contentores que servem de armazéns do produto. Em conversa, destaca que no negócio apenas tem lucro de 200 kwanzas por cada saco de cimento.

Para ela, o dinheiro é insuficiente para compensar os gastos com a operação na transportação, armazenamento, carga e descarga.

A procura nos últimos dias é tímida. Ainda assim, ganha algum dinheiro para o sustento da família. "Ficamos a vender para não ficar em casa. Não temos lucros altos como antigamente. Também não podemos reduzir o preço, compramos muito caro. A salvação aqui é a kixiquila", conta.

Ao lado está Jorge Barros, que pretende comprar chapa de zinco, cimento, e vigotas. Porém, o custo alto desencoraja o cliente.

"Está muito caro senhora!"

Definitivamente, opta pela compra de um dos produtos. Os recursos são insuficientes para cumprir com o programa.

Conta que pretende erguer uma casa de dois dormitórios e uma sala de estar. Feitas as contas, no mínimo terá que investir mais de 2 milhões de kwanzas, sem incluir o material de acabamento.

A praça da madeira, localizada nas imediações da Avenida 21 de Janeiro, município da Maianga, fez

parte do nosso roteiro. Já não se regista o frenesim do passado.

As prateleiras e bancadas estão cheias de material, mas o preço não difere das outras áreas onde vendem o material. Vendem também material de apoio para o construtor como o andaime no valor de 30 mil kwanzas, extensor 5 mil e outros meios de trabalho.

Encontramos no local Agnelo Kicunda, revela que está terminando de construir uma vivenda de dois andares. Já lá vão seis anos desde que começou a obra. Perdeu a conta do investimento, feito e não traça o horizonte para o fim da obra.

"O material de construção está muito caro, fica difícil estabelecer o tempo que vou acabar a obra. Só o preço do bloco subiu a dobrar", disse.

Alguns especialistas apontam que desde o surgimento da pandemia, o sector da Construção enfrenta dificuldades, cuja recuperação poderá durar algum tempo.

3.4 Taxistas começam a ser inseridos na Segurança Social

Jornal de Angola

7 De Junho de 2021

Texto: André da Costa

A Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) começou o processo de inscrição, de forma paulatina e faseada, dos filiados no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). O presidente da ANATA, Francisco Paciente, frisou que o objectivo é assegurar uma reforma condigna aos taxistas quando deixarem de exercer a actividade. O processo começou com os filiados de Luanda e depois será extensivo às demais províncias. Por outro lado, reconhece que a relação entre o taxista e os agentes da Polícia Nacional melhorou bastante e pediu maior simplicidade e compreensão aos efectivos do Serviço de Investigação Criminal

Quantos associados tem a Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA)?

A nível nacional, temos mais de 22 mil filiados e mais de três mil "lotadores".

Como está a decorrer o processo de inscrição dos filiados da ANATA no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)?

Nesta altura, estamos na fase de pré-inscrição, com o preenchimento dos formulários por todos aqueles associados que manifestaram interesse em estarem

inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Quantos já fizeram a pré-inscrição?

O processo está na fase inicial. Já temos mais de mil pré-inscritos, que nos próximos dias darão entrada dos processos no INSS. Numa primeira fase, estão a ser inscritos os taxistas de Luanda, para depois ser extensivo às demais províncias.

Qual é a faixa etária dos taxistas que circulam pelo país e que estão a ser inscritos na Segurança Social?

Somos maioritariamente jovens, com idades compreendidas entre 20 e 35 anos. Temos, também, uma minoria de membros com idades entre 40 e 50 anos. Todos têm carta de condução, até porque constitui uma obrigação no processo de inscrição para a Segurança Social.

Que formação é dada aos associados com vista a sua adaptação ao sistema electrónico do INSS?

Tivemos, em Abril, um encontro com o vice-governador de Luanda, Lino Kienda, que convocou especialistas do INSS, para abordar alguns aspectos decorrentes do Decreto 42/8 e 295/20, sobre os diferentes regimes de protecção de trabalhadores por conta própria e com baixos rendimentos. Vimos também aprovado um cronograma de actividades formativas dirigidas aos associados para se adaptarem ao formulário electrónico, lançado em Abril.

Sente que a actividade de táxi já é valorizada pelas autoridades competentes?

Apesar da importância que este segmento de actividade tem para o desenvolvimento económico e social do país, o serviço de táxi e os taxistas ainda são menosprezados. É uma actividade que emprega milhões de jovens, mas o Estado, que tem a obrigação de apoiar iniciativas privadas, nos termos da Constituição, faz ouvidos de mercador, deixando a mercê os taxistas por muitos anos, sem a devida inclusão no sistema de protecção social. É como se não existissem.

Como tem sido a relação com o Governo da Província de Luanda?

Temos mantido vários encontros para abordar várias preocupações. São preocupações relacionadas com o mau estado das vias, processo de licenciamento, bem como a exiguidade de paragens de táxis.

Há união entre os taxistas, já que são filiados a três organizações diferentes?

Os taxistas são mais unidos se comparados com qualquer outro grupo de trabalhadores. Até aqueles que não estão inscritos oficialmente na ANATA cumprem com as nossas orientações.

Pode citar alguns exemplos?

Quando decretámos a paralisação dos serviços de táxi ou apelámos à solidariedade para com um taxista doente, todos participam.

Quantas "staffs" controla a ANATA?

Só em Luanda, controlamos mais de 400 "staffs". As "staffs" são pequenas sub-associações informais que congregam entre 30 a 100 taxistas. Têm um espaço denominado "placa", que funciona como "escritório", onde se reúnem para abordar algumas preocupações vividas na via pública, desde o comportamento dos próprios taxistas, dos agentes reguladores de trânsito e da ordem pública, entre outros assuntos. Depois, essas preocupações são apresentadas à ANATA, que as remete aos órgãos de direito, no sentido de resolverem ou influenciar a criação de políticas direccionadas aos taxistas. Por outro lado, as "staffs" servem, também, para identificar os diferentes grupos de taxistas nos municípios, através do nome exibido no vidro traseiro do veículo. Apesar dessas vantagens, a ANATA não aceita o registo de "staffs" cujo nome contém palavras ou termos que ofendem a moral pública e os bons hábitos e costumes do nosso povo.

A ANATA está representada em todo o país?

Apesar das dificuldades com o arrendamento de escritórios, a ANATA está representada em 12 províncias do país. Em Luanda, estamos representados em todos os municípios. Somos uma associação extremamente dinâmica, que sempre adequou os seus projectos de acordo com a realidade social, económica e política do país.

Vocês têm algum apoio financeiro do Estado, para materializar os vossos projectos ou contam apenas com a contribuição dos associados?

Apesar de não termos apoio financeiro do Estado, temos um grande número de associados, que nos dá o direito de sermos considerados uma instituição de utilidade pública, pois temos vários projectos em benefício dos taxistas, das comunidades e do Governo.

Que projectos são esses?

Temos o projecto "Taxista Legal", que visa a sensibilização permanente dos taxistas na via pública, sobre a importância do seguro automóvel, da licença

de transporte e de todos documentos e equipamentos que uma viatura deve ter para o exercício legal da actividade de táxi. Temos, também, o projecto "Stop Covid-19", que visa a sensibilização e fiscalização do cumprimento das medidas de prevenção contra a pandemia. Igualmente, existe a iniciativa "Táxi estudante", que permite buscar os estudantes próximo da zona de residência e levá-los para a escola e vice-versa, mediante o pagamento mensal ajustado ao preço oficial de táxi.

Além desses, existem outros projectos?

Sim. Temos o projecto "Taxista solidário", que visa a recolha de bens não perecíveis para ajudar as comunidades carenciadas e taxistas desempregados, por motivos de avaria da viatura. "Sinistralidade zero" é uma campanha de sensibilização e palestras realizada com a Direcção de Trânsito e Segurança Rodoviária da Polícia Nacional.

Fale-nos do projecto "Táxi meu emprego, meu futuro"...

O projecto "Táxi meu Emprego, meu futuro" visa a formação de todos os taxistas sobre educação financeira e empreendedorismo, permitindo assim criar poupanças para a Segurança Social e a carteira profissional de taxista. Temos ainda formação relacionada com a mecânica, diagnóstico electrónico e outros ofícios visando colocar o taxista em pé de igualdade com outros profissionais. Temos ainda as Brigadas de apoio às administrações municipais para a limpeza e tapa-buracos nas vias de difícil acesso, pinturas e plantação de árvores.

A profissionalização da actividade de táxi no país é uma luta antiga?

Sim. Apesar de o Ministério dos Transportes ter dado o primeiro passo, em 2019, com o novo regulamento dos transportes rodoviários ocasionais, os outros departamentos ministeriais só começaram a fazer alguma coisa depois de apresentarmos as preocupações no encontro com o Presidente da República, no dia 26 de Novembro de 2020.

Quais são vossos passos com a profissionalização da actividade de táxi?

A actividade de táxi carece de um regime jurídico próprio. Precisamos que haja diferença entre condutor doméstico/particular e condutor ao serviço de táxi. Já apresentámos as nossas contribuições aos órgãos competentes, porque não estamos satisfeitos com o modelo de carteira profissional que o Governo preparou para os diferentes profissionais.

Estão insatisfeitos?

Sim. Achamos que não traz aspectos de rigor, segurança, nem controlo estatístico. Mas é um ponto de partida, por isso vamos dialogar com as autoridades até que um dia reconheçam as nossas ideias. Já se nota alguma valorização da actividade pelo Governo, mas ainda temos muito por fazer em termos de pressão.

Além dos taxistas, os outros colaboradores da ANATA têm beneficiado dos programas de formação?

Temos os cobradores e os "lotadores" que têm acesso a todos os programas de formação, realizados por diversas instituições do Estado, como os ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), através do Instituto Nacional de Emprego e de Formação Profissional (INEFOP) e o Centro de Formação Tecnológica (CINFOTEC), e da Juventude e Desportos (MINJUD), onde consta formação específica para cobradores. Temos também trabalhado no registo em massa dos "lotadores" para a obtenção do Bilhete de Identidade, uma vez que muitos não têm este documento.

A lotação dos táxis está regularizada, em função do actual Estado de Calamidade Pública?

Não está legalmente normalizada a situação da lotação dos táxis. Há sim alguma excepção ou igualdade de tratamento entre os autocarros e os hiaces, tendo em conta o défice de transportes e o custo de manutenção dos meios, uma vez que os táxis não são subvencionados pelo Estado.

Ainda se tem verificado o encurtamento de rotas?

O encurtamento de rotas ainda acontece de forma isolada. Muitos taxistas, com esse comportamento, não estão inscritos nas associações e ninguém tem dados sobre eles para a devida punição, como a retirada temporária da carteira profissional. A falta de identificação dos veículos, com o número em ponto grande, dentro e fora do veículo, faz com que eles saem impunes dessas irregularidades. Por outro lado, a não regulamentação e uniformização do rendimento diário, leva alguns taxistas e proprietários de táxis à ganância, apesar dos apelos constantes nas reuniões com patrões e "staffs".

Quais eram as razões para a paralisação da actividade de táxi em Março?

A greve foi anunciada pela ANATA devido às várias reclamações e abaixo assinados sobre o mau estado das vias em Luanda, tratamento desigual entre os autocarros e hiaces, no que diz respeito à lotação, abuso de autoridade por parte de alguns supostos

efectivos do Serviço de Investigação Criminal, falta de inclusão social dos taxistas no INSS, acesso aos projectos habitacionais do Estado para os taxistas, e a morosidade na materialização da carteira profissional.

Mas acabaram por suspender a greve?

A greve foi suspensa devido à vontade que o Governo mostrou em atender as preocupações, partindo para um encontro, ocorrido no dia 23, com o secretário do Estado dos Transportes, Jorge Bengue, ladeado de outros responsáveis dos diferentes organismos do Governo.

Até que ponto as paragens de táxi já satisfazem os vossos anseios?

Reconhecemos que o Governo Provincial de Luanda construiu muitas paragens, mas ainda não são satisfatórias, ou seja, precisamos de mais paragens em diversos pontos de Luanda.

Alguns cidadãos consideram a actividade de táxi um risco?

Não vemos nenhum perigo nesta actividade. Sentimos alguma instabilidade devido à não profissionalização da nossa actividade e à falta de atenção do Estado. Mas perigoso mesmo é estar desempregado.

A ANATA é consultada quando pretendem implementar uma medida que tem a ver com a vossa actividade?

Sim. Somos consultados na maioria das vezes antes de qualquer medida. O Ministério dos Transportes tem-nos convidado a participar nos seus conselhos consultivos. Os gabinetes provinciais de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, sobretudo em Luanda, têm dialogado connosco, dando resposta imediata aos problemas.

E a nível da Polícia Nacional?

O anterior comandante da Unidade de Trânsito de Luanda, Manuel Albano, e o actual, Simão Saulo, têm um cronograma de reuniões periódicas connosco, para analisar o comportamento dos agentes e dos taxistas na via pública. Os comandos e administrações municipais também consultam a ANATA sempre que necessário.

Como olha actualmente para relação entre o polícia e o taxista?

A relação polícia/taxista melhorou bastante. Acho que a Polícia Nacional investiu muito na formação dos agentes em matéria de direitos fundamentais e na colocação de quadros competentes nos diferentes

departamentos. Hoje, os agentes reguladores de trânsito já não constituem obstáculo ao nosso trabalho. A extorsão reduziu significativamente e só acontece naqueles casos em que o taxista está sem a documentação completa. Mas na maioria dos casos os agentes levam alguns taxistas a tribunal por tentativa de suborno.

E quanto ao Serviço de Investigação Criminal?

Hoje, a nossa maior dificuldade é com os agentes do SIC, que, em minha opinião, deviam ser exemplares uma vez que conhecem matérias sobre direito. Temos notado alguns responsáveis desse órgão antipáticos e muitos precisam melhorar a preparação em matéria processual.

Quais são os grandes desafios da ANATA?

É trabalhar de mãos dadas com o Executivo para melhorar o perfil e a situação socioeconómica do taxista, através da implementação da carteira profissional, do acesso à habitação, ao crédito automóvel, seguro de saúde e outros serviços públicos. Com base na união e no princípio de solidariedade entre membros, os taxistas afectos às associações e "staffs" cadastrados e devidamente identificados com passes não se cobram entre si.

3.5 Produção pesqueira regista queda de 19,2 %

Jornal Economia e Finanças
11 De Julho de 2021

Um total de 8.621 toneladas 'de pescado diverso, foram capturadas durante o primeiro trimestre de 2021, apresentando um decréscimo de 19,2 por cento em comparação ao período homólogo de 2020, quando se produziu 10.668,00 toneladas.

Segundo um comunicado do governo da província do Namibe a que o JE teve acesso, do total das capturas efectuadas, verificou-se que 83,3 por cento destinou-se ao consumo directo e 16,7 à congelação.

No primeiro trimestre, o sector das Pescas licenciou 435 embarcações, sendo 3 de arrasto de mersal, 24 de cerco, 5 de gaiolas de caranguejo e 401 artesanais.

Quanto a produção de sal, a fonte indica que foi de 1.961 toneladas, registando um decréscimo de 17,4 por cento comparativamente ao período homólogo de 2020.

Tômbwa destaca-se

A nível da província, o Tômbwa destaca-se nas capturas, sendo que no ano passado, o município capturou nove mil toneladas de pescado, contra as 16 mil toneladas em 2019.

Nos últimos meses, a Direcção Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca tem desenvolvido várias actividades de fiscalização.

Por exemplo, no início do ano apreendeu 13 holofotes e os seus respectivos geradores, pertencentes aos armadores que praticavam a pesca por encadeamento. Na actividade tem permitido a captura de peixe miúdo, uma prática que tem vindo a colocar em risco as espécies. em via de crescimento na região.

Balanço de 2020

Por outro lado, a indústria de transformação dos produtos derivados do mar, a nível da província do Namibe, registou em 2020 uma produção total de 42 (21,1 toneladas de pescado, diverso, verificando-se um decréscimo relativo de 3,5 por cento em comparação com o ano anterior.

No período em análise, verificou-se que 46,5 por cento da produção destinou-se ao consumo directo e 52 por cento à congelação.

Foram controladas 435 embarcações licenciadas, sendo 34 de cerco e 401 artesanais.

De acordo com o relatório anual, a produção de sal, no ano passado, foi de 1.318 toneladas, registando um decréscimo de 7,30 por cento comparativamente ao ano de 2019.

3.6 Quando o desemprego dos pais «empurra» crianças para trabalhos perigosos

Novo Jornal

11 De Junho de 2021

Texto: Dulcineia Lufua

Embora a Lei Geral do Trabalho estabeleça a proibição da labuta antes dos 14 anos, prevendo apenas raríssimos casos excepcionais, todos eles dependentes de um complexo sistema de autorização envolvendo o Estado, pais ou tutores, o País continua a registar vários atropelos à norma, pois é cada vez mais crescente o número de menores de 14 anos a trabalhar.

Logo às primeiras horas do dia 9 de Junho, Catarina José, de 12 anos, caminha em direcção ao Mercado do Asa-Branca, carregando uma bacia cor-de-rosa à cabeça, na qual estão colocadas mais de uma dezena de embalagens cheias de água fresca.

Com um olhar tímido e um corpo franzino, aliás, características de uma criança da sua idade, Cátia, como também é conhecida, além da bacia à cabeça, carregava um saco de água fresca na mão, que servia como amostra para anunciar o seu produto em vários corredores do conhecido mercado, localizado no município do Cazenga. "Tá aqui água fresca! Tá aqui água bem estaladinha", anunciava a pequena de uma voz fina e trémula.

De blusa cor branca, com uma máscara a cobrir-lhe parte do rosto, ao Novo Jornal, Catarina José admitiu que sente prazer em vender água fresca, em dias alternados, para ajudar a família a suprir algumas necessidades de casa.

"Entrei para a zunga porque, em casa, já não tínhamos o que comer. É nas vendas que conseguimos dinheiro para ajudar a mamã a comprar o jantar", disse, acrescentando que, nos dias de aulas, dá uma pausa às vendas.

Estudante da 4.ª classe, a adolescente é a terceira de quatro irmãos e diz girar boa parte do Mercado do Asa-Branca, por mais de três horas, dependendo do dia, com a bacia à cabeça, até terminar a água comercializada a 10 kwanzas cada saquinho.

"Não tenho um sítio fixo. Chego à praça às 8 horas, zungo e só saio quando a água terminar", disse, antes de sublinhar que interrompe a jornada por alguns minutos para comer.

Joana Carlos, de 13 anos, também é outra adolescente que já não tem tempo para brincar e descansar. Enquanto umas podem acordar até bem mais tarde por estarem de férias, outras, como Joana, não têm esse "privilégio", pois as eventualidades da vida são diferentes. A menina acorda às 06h00 para ir levantar o negócio em casa da sua patroa e, de seguida, vendê-lo logo à entrada do Mercado do Asa-Branca.

"Os meus pais sabem que vendo bolas de berlim aqui no Asa-Branca", é desta forma que a pequena, visivelmente acanhada, começou por responder ao Novo Jornal.

Pelo trabalho, Joana recebe um 'salário' semanal de três mil kwanzas, valores que utiliza, por exemplo, na compra de postigo, chinelas e roupas para ela, deixando o resto para outros fins: "Ajudo a minha irmã que teve o bebé recentemente", disse a pequena,

reconhecendo que a actividade que exerce é para adultos, mas é abrigada a fazê-la por necessidade.

A «engavetar» sonhos de prosseguir com os estudos

Com a promessa de estudar, José Agostinho foi retirado do seio familiar, na província de Benguela, para Luanda. Na capital do País, instalou-se na casa de uma das tias no município de Viana. Volvidos mais de um ano, José, de 13 anos, até chegou a ser matriculado num colégio, mas, por conta da Covid-19, doença responsável pelo agravamento dos já altos índices de desemprego, o sonho teve de ser adiado e substituído pela zunga.

"Ajudo a amiga da minha tia e, em troca, recebo uma gratificação de três mil kwanzas", narrou o rapaz, que se divide entre o sonho de ser médico ou polícia.

À semelhança de José, estão várias outras crianças retiradas do seio familiar com promessa de uma vida estável na capital e que, hoje, são maltratadas pelos próprios familiares que juraram perante os progenitores proteger os pequenos.

«Criança não pode trabalhar, porque o trabalho é para o adulto»

Entre Junho e Dezembro de 2020, o Instituto Nacional da Criança (INAC) recebeu mais de 14 mil denúncias da existência de crianças envolvidas em trabalho de exploração infantil. O responsável da instituição, Paulo Kalesse, numa entrevista à Angop, avançou que, além de Luanda, as Lundas Norte e Sul, o Bié, o Bengo e o Kwanza-Norte são as províncias que mais casos de exploração infantil registam.

Disse ainda que, entre os trabalhos realizados pelos menores, se destacam a venda ambulante, a exploração de inertes, o garimpo de diamantes, o fabrico de blocos, a lavagem de carros, o transporte de mercadorias e a agricultura.

"Temos de sensibilizar os pais e as famílias sobre as consequências do envolvimento de crianças no trabalho infantil. Muitas vezes, são os pais que pedem emprego para os filhos. Isso vicia-os, e estes não rendem na escola", observou.

Embora no País a lei permita que, a partir dos 14 anos, as crianças possam exercer certos trabalhos, desde que autorizadas pelos pais, o responsável do INAC defende que "a criança não pode trabalhar, porque o trabalho é para o adulto" e mostra-se crente em como a situação irá mudar.

Em 2019, de acordo com o Relatório Global da Infância, intitulado Mudando Vidas em Nossa Vida, da organização internacional não-governamental Save

The Children, Angola constava da lista dos piores países para se ser criança.

O documento enquadrou Angola entre os 15 países onde a infância está mais ameaçada. No estudo, do qual participam 176 estados, são analisados indicadores como a mortalidade infantil até aos cinco anos, a má nutrição, o trabalho infantil e o acesso à educação e aos cuidados de saúde.

3.7 Maior mercado de peças e acessórios de viaturas

Jornal Continental

18 De Junho de 2021

Texto: Luís Caetano

O mercado do Golfe, impressiona logo pelo acesso, com a rua asfaltada, lojas e armazéns tudo que é canto, pela dimensão e pronta capacidade de resposta, a dinâmica é alucinante dos vendedores e eficaz. Basta chegar ao mercado com uma viatura parar, de repente, estar envolto por muitos vendedores, que repetidamente procuram saber ao automobilista o que precisa. Se comercializa de tudo um pouco, embora sejam as peças de automóveis que "aceleram a vida do mercado. Situado no coração da comuna do Havemos de Voltar, vulgo bairro malanjino, neste espaço comercial, os automobilistas e mecânicos encontram tudo que procuram para as suas viaturas. Os vendedores e os famosos micheiros ou matocheiros (intermediários) também fazem serviços de mecânicas, conhecidos como "comprou, montou, kumbu na mão e já está'.

Para lá das vendas de peças, no mercado estão interligadas diversas actividades comerciais. Jovens com carrinhos de mão feitos de madeira, outros de estilo diferentes, conhecidos como "roboteiros", circulam no interior da praça à procura de um trabalho de momento transportando mercadorias dos vendedores.

A reportagem do Jornal Continente naquela via assistiu o surgimento de muita poeira, fumo e numerosos focos de lixo à beira do mercado dos Correios, que está a preocupar os moradores da zona e solicitam uma intervenção urgente das autoridades para inverter o triste quadro.

Os resíduos sólidos, segundo afirmaram alguns munícipes, é depositada, alegadamente, por proprietários de armazéns e estabelecimentos comerciais localizados na periferia de mercado.

Há outra coisa que nos chamou atenção, muitos dos vendedores e frequentadores do mercado, não usam

mascarás e muito menos primam pelo distanciamento, numa altura em que os casos da covid-19 aumentam diariamente no país.

O mercado começa logo no Avó Kumbi, após a chegada fomos logo rodeados por inúmeros jovens tentando convencerem a comprar algum acessório. "Kota" temos quase tudo a bom preço': falava Domingos Tomé.

Agitação são típicos no local. "Aqui, tens de lutar pelos clientes. Há vezes que tens de começar o trabalho sem mesmo autorização dele a ver se lhe convences. Mas nem sempre resulta. Já apanhei urnas porrada por ter pintado de prateado as jantes de um carro': nota André Afonso.

É complicado, cada um faz o que pode, para tentar sair do sufoco, ou minimizar um pouco a situação. Vivem-se momentos difíceis. A venda de acessórios de viaturas está dividida por áreas e nacionalidades. Logo a entrada do mercado junto ao hospital do Avó Kumbi, se encontram os vendedores do Congo Democrático, de seguida estão os malanjinos e depois finalmente os malianos, nigerianos e senegaleses que dominam o referido negócio. Mas a convivência entre si não tem sido fácil, afirma Paulo Dudas, funcionário público e nesse tempo da covid-19, consegue algum tempinho para vender peças no mercado, e faz esse ofício há 13 anos.

Nessa fase as coisas mudaram muito, confessa que as vendas já não são as mesmas devido a entradas de estrangeiros que comercializam acessórios de pouca durabilidade. Questionado onde adquire as peças, conta que compra em oficinas provenientes de carros acidentados outras adquire por intermédios de amigos.

Nigerianos lideram as vendas

Se os demais dependem das chamadas "casas de processo" para guardar o negócio, os nigerianos não precisam disso, pois os seus produtos são vendidos em Hiaces e são mesmo estes carros que servem de depósito. Parte considerável dos nacionais vende acessórios de ocasião, diversos dos estrangeiros que os comercializam novos. Vendem de tudo um pouco, em matéria de acessórios. Certificados ou não, o certo é que há centenas de carros a circular graças às peças adquiridas naquele mercado.

Preços

Há preços e descontos para todos bolsos. Filipe Miguel lamenta que o negócio tem sido prejudicado devido ao facto dos estrangeiros praticam preços muito baixos em relação dos vendedores das bancadas o que tem criado uma revolta. A situação

agudizou-se quando os proprietários de standes de automóveis começaram a frequentar o mercado com hiaces carregadas de peças e acessórios. Os nacionais alegam que, no passado os estrangeiros tinham o seu período de venda das seis às dez horas e em diante a zona das peças estava reservada aos nacionais. Hoje, segundo eles, a regra tem sido quebrada, porque os estrangeiros só se retiram às 14 horas.

Peças favoritas

A nossa reportagem apurou que as peças e os acessórios da marca Toyota, Mitsubish são as mais procuradas pelos clientes. Verificamos também que o mercado dos correios começa logo ao hospital do Avó Kumbi. terminando no campo de futebol junto antigo posto policial da 28.a esquadra, vulgo sétima esquadra. Os restantes comercializam os artigos no chão.

A única mulher no ofício, Maria Nunes, de 30 anos, conta que o seu marido montou a sua viatura, de marca Toyota Carina, peças por peças. Permanecemos cépticos diante da sua convicta afirmação, mas depois de algumas idas e vindas pelo vasto mercado, ficámos convencidos. Há portas laterais de carros, veios de transmissão, faróis, motores de arranque, pneus e jantes, depois de um tempo, ore santo de todos o carro estava pronto.

"Não sou a única mulher aqui nesse ofício, tem mais duas que também desempenham este trabalho. Por falta de trabalho e tanto vermos os homens a fazer este ofício decidimos também nos ocupar nesta área e ajudarmos os nossos maridos" disse Maria Nunes.

A escassez de acessórios e os preços altos nas casas especializadas e em algumas concessionárias justifica a procura nos Correios. Um escape para frustração.

Tiram-nas da "casa de processo" para as bancadas improvisadas todos os dias. Afonso Kalenga, natural da Ganda, tem 28 anos. Trabalha no mercado há quatro e o seu ganha-pão é o carrinho de madeira. Das 8h00 às -16h00, consegue de dois mil a 2.500 kwanzas.

"Consigno este dinheiro por ter um número fixo de vendedores a quem presto serviço. Já não estou muito frustrado como antes, pois consigo satisfazer as minhas necessidades básicas': afirmou.

Pode ir com o carro no mercado em mau estádio e sair com ele renovado, o importante é o dinheiro. Não são engenheiros e muitos deles não passaram por uma escola, mas, conseguem sempre, com produtos e peças adquiridas no próprio mercado, fazer alguma coisa para no final de cada dia levar pão à mesa.

No espantoso mercado não é apenas de peças, mas também há bancadas improvisadas de comes e bebes no lugar de restaurante e de produtos como telemóveis, acessórios, roupas, alimentos, material de construção e todo tipo de ferramentas.

3.8 Estimular a reconversão da economia informal

Jornal de Angola

Dia 22 De Junho de 2021

Texto: Juliana Evangelista Ferraz

Segundo dados recentes, existem em Angola cerca de 8.6 milhões de trabalhadores no sector informal, representando cerca de 80% das pessoas empregadas em 2020.

Nos últimos anos, a crise económica contribuiu para aumentar a informalidade no país, daí a necessidade de se reduzir a informalidade, por via da criação de empregos formais e da reconversão da economia. A informalidade é heterogénea, complexa e persistente e afecta as pessoas mais vulneráveis como crianças, jovens, mulheres, imigrantes, trabalhadores rurais e domésticos.

Os operadores informais devem aumentar os níveis de confiança no sistema financeiro e este passo deve ser iniciado com a alteração do posicionamento da banca, porque, nos últimos anos, o sistema financeiro não soube criar formas de atrair poupanças ou de financiar pequenos negócios. A taxa de bancarização em Angola está um pouco acima de 47%, por esta razão, ainda temos um caminho a trilhar neste sentido. Para se desenvolver, um país precisa de um sector financeiro forte e credível, que o ajude a criar riqueza. Uma das razões da fraca penetração dos serviços bancários prende-se com a reduzida formalização de negócios no nosso país e o fraco financiamento às PMES e aos micro empreendedores.

As políticas de promoção de desenvolvimento regional/rural devem passar pela identificação, formação, capacitação dos agentes económicos locais e por uma abordagem mais proactiva do sector financeiro, no sentido de desenvolver produtos de microcrédito e seguros para segmentos de famílias ou empreendedores de baixo rendimento. Estas políticas devem primar pela introdução de modelos de organização social mutualista, de forma a facilitar a melhor inserção dos produtos financeiros e a redução de risco de crédito com a participação dos Microseguros.

Alguns agentes do sector informal estão relutantes em ser formalizados, por não quererem pagar taxas ou pelo facto de se sentirem controlados pelas autoridades. Mas quando se apercebem que formalizar significa reduzir a exposição ao risco de exercício da actividade, novas oportunidades de negócio pelo acesso a recursos de financiamento, situações que concorrem para a expansão dos seus negócios, sentem-se mais estimulados a aderir aos processos de formalização. A reconversão da economia tem impactos muito significativos sobre os direitos dos trabalhadores informais; igualdade de género; trabalho decente para os grupos vulneráveis.

A problemática da reconversão pela sua importância deve merecer grande esforço e prioridade de todas as Instituições Públicas e os actores sociais. É certo que, sendo um projecto, deve ter um "patrocinador" que se responsabilizará pela concessão, implementação e avaliação, sendo que as diversas partes interessadas devem criar pontos de contacto com a sociedade civil. Portanto, é importante que as unidades ministeriais envolvidas neste processo estejam alinhadas ao plano de acção e ao plano de comunicação que são imprescindíveis para o sucesso do processo de reconversão.

As experiências das instituições de microcrédito em África têm sido muito interessantes, em que o crédito malparado é quase inexistente. A nível da região, África do Sul, Namíbia e Botswana são os países que apresentam índice de economia informal inferior ao de Angola, em cerca de 29%, 33% e 34% do PIB. Angola poderá seguir o exemplo destes países e definir uma meta de redução da economia informal até 30% ou ir mais longe, chegar até aos 20%. Tudo dependerá das reformas estruturais (nível Fiscal, privatizações, ambiente de negócios), assim como a alteração do perfil produtivo e diversificação da economia.

Alguns agentes informais percebem sobre as vantagens do sistema formal, outros não, daí a importância do plano de comunicação e das campanhas de sensibilização sobre as vantagens da formalização e as desvantagens de operar no sector informal como por exemplo: Acesso ao microcrédito - Novos agentes económicos poderão aceder aos diversos programas de financiamento ao microcrédito. Benefícios sociais - os contribuintes terão benefícios à luz da lei geral de trabalho, com ênfase para as prestações da segurança social e reforma.

Inserção dos grupos mais vulneráveis -Por exemplo, um agente económico já formalizado, com direito a uma reforma em caso de morte dos filhos menores de idade, pode receber o subsídio ou pensão.

Capacitação profissional de trabalhadores, de forma a melhorar o serviço que prestam ou encontrar novas oportunidades de trabalho em outros sectores. Existe em Angola um grande número de empresas, quer formais, quer informais, a actuarem em regime de economia paralela, sem qualquer tipo de obrigação tributária. Se o Estado for ao encontro desses agentes e dessas actividades aumentará a cobertura e a receita fiscal.

Economista

3.9 63% das empresas com dificuldades financeiras

Jornal Expansão
25 De Junho de 2021

Seis em cada dez pequenas e médias empresas disseram ter enfrentado dificuldades financeiras no mês de Abril por causa da pandemia da Covid-19 de acordo com um relatório do Banco Nacional de Angola (BNA).

O documento do banco central que avalia a situação destas empresas avança que 63% dessas empresas enfrentou dificuldades como falta de liquidez, que liderou a lista das principais dificuldades financeiras das pequenas e médias empresas com 21,5%, seguida de outros problemas económicos (11,3%), ausência de encomendas/clientes (10,7%) e salários em atraso (7,6%).

Relativamente às medidas para mitigar os efeitos negativos da pandemia, em Janeiro de 2021, o Inquérito Sobre o Impacto da Covid-19 nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs), avança que apenas 12,8% das empresas participantes disseram ter recebido apoios. Ou seja, 87,2% destas não terão recebido ainda nenhum apoio das autoridades e da banca, sendo estas, maioritariamente, micro e pequenas empresas.

A burocracia, falta de informação e inadequação das medidas foram as principais razões que dificultaram o acesso aos apoios das autoridades e da banca, de acordo com o inquérito do BNA.

Apesar de existir uma elevada proporção de empresas que não beneficiaram ainda das medidas de alívio para mitigação do impacto da Covid-19, segundo o documento do banco central, observou-se um crescimento do volume médio da facturação das PMEs e uma tendência de estabilização do número de trabalhadores. O Inquérito Sobre o Impacto da Covid-19 nas Pequenas e Médias Empresas, recomenda a necessidade de continuação de forma

vigorosa do processo de desburocratização dos procedimentos com vista ao maior acesso aos apoios institucionais e bancários e maior divulgação das políticas de apoios existentes.

Faustino Diogo

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Moratórias salvam Angola de incumprimento

Novo Jornal

4 De Junho de 2021

Angola evitou uma situação de incumprimento graças às moratórias internacionais sobre os pagamentos da dívida e poderá demorar mais tempo a recuperar-se economicamente do que outros países africanos, segundo um relatório publicado nesta quarta-feira, 1 de Junho, pela Fundação Mo Ibrahim.

De acordo com os autores do documento, Angola poderá ter poupado três mil milhões de dólares entre Maio de 2020 e Junho de 2021, graças à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) promovida pelo G20, que garante uma moratória sobre os pagamentos da dívida dos países mais endividados aos mais desenvolvidos e às instituições financeiras multilaterais até Dezembro de 2021.

"As moratórias de dívida salvaram temporariamente Angola de incumprimento, enquanto o Tchade, a República do Congo, a Mauritânia e o Sudão estão todos sob forte pressão financeira", refere o estudo "Covid-19 em África, um ano depois: impacto e perspectivas".

Trinta e oito dos 54 países africanos são elegíveis para usar o DSSI, mas sete optaram por sair por recearem que a participação resultasse numa descida do rating da dívida pública e dificultasse o acesso a novo financiamento em condições não-preferenciais.

A Zâmbia foi o primeiro e até agora o único país africano a entrar em incumprimento durante a pandemia da Covid-19, em Novembro de 2020, e, em Abril deste ano, a Tunísia entrou em negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para iniciar um novo programa de ajuda financeira.

Este cenário reflecte o impacto da crise pandémica no continente, que levou à revisão em baixa das perspectivas de crescimento económico até 2024, refere o estudo. Em 2021, espera-se que o produto Interno Bruto (PIB) africano cresça 4,5%, em vez de 6% projectados antes da pandemia, uma melhoria

face à contracção de 1,9% em 2020, de acordo com dados da Fundação baseados nas estimativas do FMI.

"Todos os países, excepto as Ilhas Comores, devem regressar ao crescimento em 2021, e a maioria do continente deve ver o PIB recuperar para os níveis pré-pandémicos (2019) até o final do mesmo ano", lê-se no relatório.

Porém, existem disparidades no continente, e oito países, incluindo Angola, Maurícias, Seicheles e África do Sul, poderão demorar entre três a seis anos para que o PIB volte aos níveis anteriores à pandemia, enquanto na Argélia, Líbia e Zâmbia, a recuperação poderá levar sete ou mais anos.

O estudo, que fornece uma análise abrangente do impacto da Covid-19, sob as perspectivas da saúde, sociedade, política e economia, vinca que a pandemia exacerbou problemas enfrentados no continente, nomeadamente: o desemprego.

NJ/LUSA

4.2 Mais de seis mil milhões gastos por ano no OGE

Jornal de Angola

Dia 18 De Junho de 2021

Texto: César Esteves

As 41 instituições de utilidade pública existentes no país gastam, anualmente, do Orçamento Geral do Estado (OGE) acima de seis mil milhões de kwanzas, revelou, ontem, em Luanda, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz.

Em declarações aos jornalistas, no final da primeira reunião ordinária da Comissão Interministerial para a Reforma do Estado, orientada pelo Presidente da República, Francisco Queiroz disse que aquelas instituições têm, até 60 dias, para serem submetidas a uma avaliação para se aferir se são, efectivamente, de interesse público e se estão a cumprir com o fim para o qual foram criadas.

Esta situação levou o Executivo a aprovar, ontem, no quadro das medidas tendentes à melhoria da qualidade da despesa pública, um anteprojecto de Decreto Presidencial que estabelece o Regime Geral de Concessão e de Cessão do Estatuto de Utilidade Pública.

O instrumento pretende tornar mais objectivo o processo de atribuição e manutenção dessa prerrogativa pelas entidades que dela beneficiem, através da definição de critérios de racionalidade económica e de gestão.

O documento vai, igualmente, avaliar outros objectivos, com realce para o cumprimento dos deveres e obrigações legais, a limitação temporal do referido estatuto e a rigorosa disponibilidade de recursos financeiros do OGE, em função da apresentação de projectos específicos relevantes e devidamente fundamentados.

As instituições que se negarem a atender este chamado, alertou o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, vão perder o estatuto de utilidade pública e, conseqüentemente, deixar de receber tais valores do Estado. "Passam a ser organizações normais", realçou.

Francisco Queiroz ressaltou que essas instituições terão de apresentar o relatório de contas dos exercícios dos dois últimos anos e a situação fiscal regular.

Os ministérios que acompanham essas organizações foram instadas a apresentar, no prazo de 30 dias, mapas com indicação de cada uma delas, o valor que recebem anualmente, o impacto que têm na sociedade e outras informações úteis, para que os órgãos próprios de avaliação possam aferir se devem ou não continuar com o estatuto de utilidade pública.

Há muito dinheiro do Estado a sair pela via do estatuto de utilidade pública", referiu o ministro.

Novas regras

Francisco Queiroz revelou que o anteprojecto de Decreto Presidencial que estabelece o Regime Geral de Concessão e de Cessão do Estatuto de utilidade pública determina a não atribuição deste estatuto logo a seguir à constituição da sociedade.

A instituição interessada em requerer o estatuto de utilidade pública deve, doravante, ser constituída primeiro, trabalhar durante três anos para, ao fim deste período, ser-lhe feita a avaliação para ver se reúne as condições para ter o estatuto de utilidade pública.

O estatuto também não vai ser atribuído às associações em geral. O estatuto vai ser, agora, atribuído ao programa ou projecto que a associação apresentar e não mais à instituição.

De igual modo, o estatuto de utilidade pública já não será permanente, como acontece agora. Vai ser atribuído de três em três anos. "Quer dizer, se a instituição merecer o estatuto de utilidade pública, ao fim de três anos, é avaliado e se se considerar que merece continuar com o estatuto e com ajuda do Governo, renova-se", esclareceu.

As organizações que beneficiarem do estatuto serão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório de contas ao Ministério das Finanças, para que esta instituição avalie se os resultados atingidos em função da receita fiscal que lhe foi atribuída produziram ou não resultado.

Outro tipo de fiscalização será feito pelo Tribunal de Contas, que vai avaliar se os valores entregues a essas instituições foram empregues de acordo com o fim para o qual foi destinado.

Contra-ordenações

Ainda ontem, a Comissão Interministerial para a Reforma do Estado analisou, para posterior apreciação do Conselho de Ministros, um anteprojecto de proposta de lei sobre o regime geral das contra-ordenações.

O diploma tem por objectivo sancionar as condutas ilícitas susceptíveis de serem punidas através da aplicação de uma sanção pecuniária não convertível em prisão.

Foi, igualmente, apreciado o anteprojecto de Decreto Legislativo Presidencial que aprova o Regime Geral dos Fundos Públicos. Este diploma estabelece as regras sobre a sua criação, gestão, fiscalização, avaliação e extinção.

A ideia é a criação de um quadro jurídico-legal uniforme que permita assegurar maior transparência e racionalização na gestão dos recursos financeiros afectos a esses entes, destinados à promoção do financiamento de determinadas actividades de natureza económica, social e cultural.

4.3 Valor dos Impostos

Jornal Economia e Finanças
18 De Junho de 2021

A Administração Geral Tributária (AGT) é o organismo tributário único responsabilizado pela execução das políticas fiscais e aduaneiras. Entretanto, de 15 a 17 de Junho, portanto, até ontem, este organismo pertencente ao Ministério das Finanças promoveu jornadas comemorativa, dos 10 anos, da Reforma Tributária com a realização de conferências. De outra forma, já se festeja uma década desde a institucionalização do Programa de Reformas Tributárias (PERT). Há que enaltecer os esforços feitos pelas autoridades neste quesito. Nota-se claramente que houve evolução significativa em termos de regulamentação tributária, apesar da cultura de pagamento de impostos estar ainda longe da realidade angolana. O pagamento das impostos

corresponde a um dever de cidadania e é um dever de todos os cidadãos enquanto contribuintes.

A importância do pagamento dos impostos justifica-se, pelo facto de que é através da tributação que lhe pode obter recurso financeiros para a satisfação das necessidades colectivas da população. A crise financeira e a Covid e estagnaram o processo de colecta de impostos.

A AGT tem mais de 196 mil empresas activas cadastradas e teve 84 delas infelizmente tinham fechado as portas. Para evitar situações embaraçosas às empresas, a AGT permitiu que as empresas pudessem pagar os seus impostos em prestações, por forma a continuar a desenvolver cabalmente a sua actividade diária.

No OGE 2021, sobre o regime simplificado do IVA, deduziu-se 7% de todo IVA suportado nas operações internas e importações, reembolso dos créditos em relação ao Estado e o pagamento mensal de 7% dos seus recebimentos. Ficaram excluídos ainda de pagamento do IVA de pessoas e empresas com volume de negócio inferior a 10 milhões kwanzas. Sobre as medidas de combate à evasão e planeamento fiscal abusivo, há a aplicação de uma taxa de 2,5% a título de retenção do IVA sobre as transmissões de bens e serviço por via dos TPA.

No que concerne ao Código Geral Tributário fez-se a extensão do regime de compensação de créditos tributários ao tributos aduaneiros e as dívidas ou créditos aduaneiros estão a ser compensadas com outros tributos e a dispensa de prestação de garantia idónea para os casos em que os contribuintes procedam ao pagamento da dívida tributária em prestações.

No Imposto Industrial 11, há a destacar a redução da taxa geral de 30 para 25%, redução da taxa de 15 para 10% ao sectores agrícolas, apícolas, avícolas, pecuárias, piscatórias e silvícolas, além da redução da taxa de retenção do regime de auto-facturação sobre a aquisição de bens de 2,4 para 2%. Houve ainda ao aumento do limite de amortização aplicável à viaturas ligeiras de passageiros ou mistas de sete para 20 milhões kwanzas, consagração do regime simplificado, cujo imposto é determinado através, de forma alternada, da contabilidade ou modelo de contabilidade simplificado ou livro de registo de compra e venda e serviços prestados.

No Imposto Predial, decidiu-se pela isenção das transmissões de imóveis de reduzido valor patrimonial equivalente a três milhões kwanzas, extensão do prazo de pagamento do imposto predial sobre a detenção, de Janeiro até ao fim do mês de

Março de cada ano e a redução da taxa das transmissões gratuitas de imóveis (que variava entre 10% a 30%) para 2% é um dos destaques. Há outros conjuntos de medidas que estão a ter impacto directo aos contribuintes.

A isso, adiciona-se ao facto de o executivo prever a redução das taxas de alguns impostos para sectores chave da economia, conforme assegurara, a ministra das Finanças, Vera Daves, no 5º Fórum Seguros dedicado ao tema 'A importância do sector segurador na recuperação económica do país': a objectivo do executivo é promover a arrecadação em necessidade de agravar a Taxa. Apesar de prever um défice fiscal de 2,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), o OGE prevê um crescimento das receitas fiscais não petrolíferas de mais de 30 por cento face ao OGE Revisto de 2020, algo que é conseguido por via do alargamento da base tributária.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 "Há uma correlação muito estreita entre o poder de decisão e a qualidade de vida de quem o detém

Jornal Expansão
4 De Junho de 2021

A agricultura familiar é a base da produção no País. Que papel deve ser reservados aos camponeses?

A imagem que temos hoje dos camponeses, a positiva é que eles são os guardiões de uma cultura da nossa ancestralidade, mas a negativa, é que são aqueles que menos estudaram.

Basta ver que o investimento no sector da educação nestas zonas é pouco. E onde estão as piores escolas, maiores taxas de abandono escolar, é onde estão aqueles que enchem comícios das duas principais forças políticas partidárias. Tem de haver uma mudança social. Dados do censo, embora sejam de 2014, dizem que a maior parte da população empregada com mais de 15 anos está no sector primário, embora o Orçamento Geral do Estado diga o contrário. O investimento onde se desenvolvem as actividades do sector primário também diz o contrário.

Como assim?

Essas pessoas socialmente têm um estatuto baixo. Não têm muito poder de condicionar as decisões que são tomadas, sobretudo no meio urbano, com total desrespeito pela realidade de quem vive no meio rural. Sem esquecer a mudança social em relação ao papel da mulheres. Está mais que provado que sociedades desiguais onde os direitos e as possibilidades -de acesso quando olhadas com a perspectiva de género são extremamente desequilibradas, são sociedades com menos desenvolvimento. E na vertente dos jovens, que são a maioria da sociedade, não há uma grande mudança social. E não falo apenas das condições de vidas.

Serão essas as razões para que o meio rural esteja na pobreza em que se encontra?

A pobreza e os níveis de dificuldades e privações por que passa uma parte importante dos cidadãos é um

dos lados da moeda que justifica a quantidade de recursos e dinheiros que alguns tiveram. A desigualdade infelizmente foi sempre a nossa sina. Há uma correlação muito estreita entre o poder de decisão e a qualidade de vida de quem o detém. Os angolanos com maior poder de influência sobre as decisões políticas, económicas ou sociais, têm claramente uma condição de vida melhor que aqueles que não têm. Então, a pobreza em Angola não pode ser justificada apenas na perspectiva técnica ou social. A pobreza no País também passa pela falta de poder.

Haverá falta de vontade para resolver a questão da pobreza?

Acredito que haja muita vontade de fazê-lo. O que, provavelmente, existe é que nem sempre tomamos as decisões mais assertivas. Há angolanos que defendem, ou acreditam na velha máxima de que primeiro temos de fazer a economia crescer e depois redistribuir. Eu penso que a partir do momento em que melhorarmos os mecanismos de redistribuição da riqueza, seguramente podemos até não crescer em ritmos acelerados, mas vamos crescer de forma mais harmoniosa e sustentável.

Acredita nisso?

Entre crescer e redistribuir, defendo a ideia de que primeiro devíamos redistribuir bem e aí iríamos ver que o nosso crescimento seria mais robusto e mais sustentável.

Esta má redistribuição de que fala contribui para o elevado índice de desemprego?

Creio que o elevado índice de desemprego, de pobreza, ou mau desempenho da nossa economia, resultam de uma redistribuição desigual da renda nacional. E altura dos economistas e outras ciências pensarem fora do edifício. Provavelmente com uma melhor redistribuição não teríamos prédios de 10 andares, no Talatona... Teríamos, se calhar, cidades bem mais pequenas ou menos sumptuosas, mas teríamos muito mais escolas. Não teríamos muitos carros de alta gama, mas teríamos mais ambulâncias nos hospitais e não pairavam no ar muitos casos como o do major Lussaty.

Esta não é uma visão subjectiva?

A questão está em fazer uma distribuição harmoniosa dos recursos. As sociedades que melhor redistribuíram melhoraram o acesso a educação, saúde... A longo prazo têm maiores probabilidades de ter um desempenho económico melhor.

A seca na zona sul do País repete-se todos os anos. Não há forma de melhorar a situação?

Tem de haver mudança de mentalidade. Não podemos fazer da seca o mesmo que fizemos com as chuvas em Luanda. Amílcar Cabral dizia que não podemos convencer-nos que o trovão é a fúria dos Deuses. Ou seja, não podemos convencer-nos de que chuvas significam mortes, seca significa morte. Fenómenos naturais existem, mas as suas consequências são resultado da acção ou inacção dos seres humanos. A seca resolve-se com infraestruturas e outras medidas.

Isto existe em todo o mundo.

O que falta para que não consigamos lidar com estes fenómenos que todos os anos matam centenas de cidadãos?

Em Angola, criou-se a ideia de quando há seca ou estiagem é normal as pessoas não terem água, mas isso é falso. Países como o Brasil também têm períodos de seca severa, mas criaram-se alternativas, como por exemplo a criação de cisternas, que é o que a ADRA está a tentar fazer. Hoje a tecnologia já avançou a ponto de ser previsível estes fenómenos e isso permite a adopção de medidas para mitigar os efeitos negativos. A situação no País só não é mais grave porque aquelas pessoas, historicamente, conhecem as condições em que vivem e vão se adaptando.

Falta empenho das autoridades?

Não precisamos chegar à exaustão destes mecanismos. É possível actuar e há medidas bem conhecidas. Para muitos pode ser bonito o show da recolha de comida e outros donativos de preferência com holofotes atrás, mas não é essa a solução. A solução passa por medidas que reforcem a capacidade das pessoas de lidar com a realidade climática.

Isto prejudica a agricultura que é tida como principal meio de diversificação da economia...

Falamos mais do que fizemos. A agricultura não pode ser encarada na perspectiva de que quando chega a campanha agrícola distribuir sementes... Lançam-se foguetes pela recolha de uma tonelada aqui, outra ali. Temos de pensar que do campo de cultivo à prateleira de um supermercado ou à mesa de um consumidor, há uma série de agentes que não funcionam. Temos mais engenheiros agrónomos ou médicos veterinários no edifício do Ministério da Agricultura e Pescas do que na Matala. Isso assim não funciona.

Fala-se em dinamizar a agricultura, mas o êxodo para as cidades continua. Como se consegue motivar o regresso às zonas de produção?

O fenómeno da urbanização é mundial. No caso de Angola, se no passado foi a guerra, hoje, a cidade é atractiva porque concentra os serviços sociais básicos e outros. E depois temos o mais agravante que é o acesso aos rendimentos. Os incentivos para o regresso não surgem com discursos. Os incentivos virão da colocação de condições que nos animam a pensar que é melhor viver lá do que aqui.

5.2 O combate a corrupção não perdeu o sentido, mas corre o risco de perder folego e cair no descrédito

Jornal Expansão

4 De Junho de 2021

Texto: Faustino Diogo (texto) e Lídia Onde (fotos)

Três anos passaram desde que o Governo de João Lourenço assumiu o combate à corrupção como bandeira. Que avaliação faz do processo?

E um programa que tem altos e baixos. Nos últimos três anos, temos tido casos de angolanos julgados, condenados. Outros estão a ser investigados. Antes de 2017, quase que não tivemos estas situações. Isto prova algum movimento. Mas é importante que se diga também que não estamos tão longe como se esperava. E o caso Lussaty também vem explicar isso. Estamos a falar de dinheiros retirados alegadamente com a conivência de círculos de pessoas com importantes funções à frente do Estado. Muitos deles até encarregues de auxiliar este combate à corrupção.

O processo está a perder fulgor?

O combate à corrupção não perdeu o sentido, que é o de moralizar a sociedade. Mas corre o risco, com episódios como este do major, e outros envolvendo figuras próximas ao Presidente da República, de ir perdendo fôlego e cair no descrédito. O combate à corrupção foi posto como sendo uma agenda presidencial. Obviamente que não se retira o mérito ao Presidente da República, mas provavelmente não está a ser dada a devida atenção às reivindicações de selectividade do processo.

Porquê?

Quando digo dar atenção é vir a público justificar porque é que não está a ser selectivo. O combate à corrupção não deve ser uma agenda do Presidente da República. É altura desta autoria ser partilhada com os cidadãos. A ideia que a situação era inaceitável não emergiu em 2017. No passado já existiam denúncias e a maioria era negada pelos servidores públicos. Hoje o que mais incómoda nesta luta é o silêncio ensurdecedor daquelas vozes que diziam que Angola não tinha casos de corrupção. E muitas destas vozes, de certa forma, deveriam, pelo menos do ponto de vista moral, sentir-se corresponsáveis por esta situação.

Algumas destas vozes ainda fazem parte do governo...

Esta é uma das coisas que é contraditória. Costumo chamar a essas pessoas de 'contorcionistas' devido à forma impressionante como mudam as suas posições. Acredito que para elevarmos a fasquia do combate à corrupção é altura de o Presidente pôr em campo outras cartadas.

Quais?

Aumentar significativamente os níveis de acesso dos cidadãos a informação sobre as finanças públicas. Se todos nós soubermos quanto dinheiro foi arrecadado, quanto dinheiro o Estado gasta, como e onde, com relatórios dos vários departamentos ministeriais, facilitaria a fiscalização. A disponibilização pública de informação iria permitir ou desencorajar os roubos escandalosos que foram ou vão acontecendo.

Isto chegava?

Um outro passo é aumentar os níveis de participação dos cidadãos na altura de discutir, abordar e debater essa tal estratégia. A terceira dimensão é melhorar o desempenho das instituições vocacionadas para o controlo do erário público. Um parlamento com efectivas funções de fiscalização, um Tribunal de Contas com meios e capaz de fazer o seu trabalho. Se isso acontecesse provavelmente a Inspeção Geral da Administração do Estado e a Procuradoria-Geral da República seriam a parte final do processo.

Uma Assembleia Nacional mais fiscalizadora implicaria alterar a lei...

Creio que há coisas que se resolvem com a mudança da lei e há coisas que se resolvem com mudanças de comportamento, atitudes e práticas. Por exemplo, este caso do major Lussaty não aconteceu por falta de leis ou instituições. Temos de perceber que, além de leis e instituições, há atitudes, comportamentos,

práticas. E não há lei que resista 'a isso. Podemos fazer as melhores leis, e em determinados domínios as nossas leis são comparáveis a qualquer lei do mundo, mas se não mudarmos as nossas atitudes, comportamentos e práticas, as coisas não melhoram.

O combate à corrupção está a ser selectivo?

Das pessoas que alegam estar a ser perseguidas ou com casos nos tribunais haverá inocentes? Questiono. Também não deve deixar de prestar a nossa atenção alguns casos mais flagrantes não terem o mesmo tratamento, claro que isto é preocupante. Por isso, gosto de relativizar esta história de combate selectivo. Fico mais preocupado com angolanos que inocentemente foram parar às cadeias, como aconteceu com os 15+2, e tivemos os maiores juristas da praça a justificarem o injustificável. Isso sim preocupa-me mais

O nosso sistema de justiça estará preparado para esta fase?

Não é só o sistema de justiça. O País não estava preparado para a fase que está a enfrentar. Mas não pode ser justificação para a inoperância. Quando digo que o País não estava preparado, não estou a admitir que isto seja a desculpa perfeita para a inoperância ou má abordagem. Infelizmente, nos últimos tempos, começa a aumentar o nível de pessoas decepcionadas com a governação de João Lourenço, mas quando ele 'entrou fez transformações que muitos não contavam. Infelizmente, nos últimos tempos, alega-se, devido à aproximação do pleito eleitoral, que estamos a ver retrocessos em conquistas ou avanços significativos que ele parecia ter sinalizado.

Que tipo de retrocessos?

O nível de abertura que tinha a comunicação social e hoje vai-se fechando. O nível de sensibilidade para dialogar já foi bem maior que o actual. E outras situações.

O que vem a público, que avaliação faz ao caso Lussaty?

Vejo aqui um pouco uma "tragicomédia", na medida em que se fala em transferências na ordem de 1 bilião USD! Estamos a falar de um quinto do valor do Fundo Soberano. Isto supostamente era o dinheiro de um cidadão que tinha patente de major?! É trágico, porque tivemos febre-amarela, seca e outras situações críticas e foi pedido aos angolanos compreensão porque não havia recursos. Não se entende!

Onde entra a comédia?

É engraçado ver que, durante muito tempo, quando poucos cidadãos conscientes ou por ousadia apontavam o dedo a situações que não corriam bem, outros apontavam o dedo a quem estava a apontar. Hoje, estas pessoas simplesmente desapareceram ou aparecem a bater palmas, sem se darem ao trabalho de vir publicamente dizer que estavam errados. Outra é ver pessoas que em determinado momento foram privilegiadas, agora alegam que também sofreram com as dificuldades que os cidadãos passaram. Nós estávamos a ser roubados por aqueles que tinham a missão mais sagrada de nos proteger.

Situações como a do caso Lussaty não acontecem porque determinadas instituições do Estado têm livre acesso ao sistema financeiro?

Situações como esta acontecem por causa de três elementos que são importantes para a ecologia da boa governação. Informação, participação e controlo. Hierarquia mais ou menos centralizada há um pouco por todo o mundo. O grande problema é se este poder excessivo é ou não escrutinado.

A pandemia da Covid-19 tem provocado efeitos negativos nas empresas levando ao encerramento de algumas e ao desemprego de milhares de angolanos. Que visão tem do actual momento social? Neste momento, o País tem três grandes desafios que passam pelo social, político e económico. Angola ainda não encontrou o modelo de desenvolvimento económico que tem de seguir. Até à tomada de posse de João Lourenço, a ideia muito vinculada pelo então Presidente da República era da necessidade de se alavancar o sector privado; diversificar a economia—E uma das formas de fazê-lo era a via de acumulação primitiva de capitais.

Foi a via ideal?

Temos um novo Presidente que nunca mencionou a ideia de acumulação primitiva de capital, mas também nunca ficou claro para a maioria dos cidadãos qual é o modelo de desenvolvimento económico que se quer. Obviamente que coincide com a necessidade de diversificar a economia, não podemos ser dependentes do petróleo, temos de ter um sector privado robusto, mas a forma como vamos conseguir isso não é clara.

É importante termos definido um modelo económico?

Precisamos ver qual é o modelo económico que o País quer seguir. O segundo grande desafio é o aprofundamento do processo democrático, isso tem uma grande implicação no sector social. E evidente

que o País, do ponto de vista económico e social, podia ir mais longe se houve menos concentração de poder, se houvesse processos que permitissem maior nível de participação dos cidadãos nas escolhas de quem toma decisão. Países onde os espaços formais de participação funcionam, com pluralidade de informação, onde as instituições de controlo fazem o seu papel, têm um desempenho bem maior.

E o terceiro desafio do País?

O processo de reconciliação nacional. Passados quase 20 anos do fim do conflito armado ainda há aqui aspectos a ultrapassar. Ultimamente, a oposição política governativa está ser tratada e retratada na média pública de uma forma muito injusta. Precisamos ser um País mais inclusivo, um País que melhor lida com o passado. Um legado histórico que nem sempre foi muito positivo para todas as forças políticas. Embora o Presidente da República esteja a dar sinais positivos, como, por exemplo, o enterro do general Ben-Ben, Jonas Savimbi e o mais recente pronunciamento sobre o 27 de Maio. Estas sinalizações são boas e podem contribuir para a efectiva reconciliação nacional.

Qual seria o melhor modelo económico para Angola?

Este modelo deveria ter no mínimo quatro eixos. O primeiro seria de uma economia mais moderna. Nós precisamos de inovar. Quanto de inovação tecnológica temos nos sectores da agricultura, indústria? Muito pouca. E quando falo de modernidade não falo apenas da inovação tecnológica, mas também de instituições que funcionem numa lógica muito mais moderna do que agora. Agora temos instituições extractivistas.

Estas instituições extractivistas não servem?

A segunda componente é o modelo altamente participativo e inclusivo. Tivemos durante muito tempo pouca gente a tomar decisões económicas. Hoje comparativamente ao tempo colonial, a boa notícia é que temos milionários angolanos, e a má notícia é que estes foram criados por uma instituição que é de Estado. Ou seja, o Estado facilitou a emergência de um sector empresarial diminuto de milionários em detrimento de outros, numa lógica de enriquecimento na base da pertença a uma família política e não a competências. Defendemos um modelo económico em que a participação seja uma das suas tónicas dominantes.

E os outros eixos?

A terceira dimensão do modelo económico que defendo é a defesa das ideias das questões endógenas. Ser moderno não é estar de costas viradas para muito

daquilo que é o nosso legado cultural, histórico, de acordo com particularidades do nosso território. É preciso reconhecer o potencial dos nossos valores endógenos, sem por isso deixar de reconhecer que precisamos de instituições modernas. E, finalmente, a questão da mudança social. Não podemos falar de diversificação da economia, agricultura moderna, enquanto os camponeses tiverem o papel social de que gozam.

5.3 Por onde anda a febre das autarquias?

Jornal de Angola

20 De Junho de 2021

Texto: Apusindo Nhari

Por serem tão importantes, ainda há pouco tempo só se falava das autarquias. Artigos de jornais, debates, abaixo-assinados, manifestações de rua..., expressando o agravamento das diferenças de opinião existentes na sociedade, e evidenciando o atraso histórico que o país deixou que se acumulasse sobre uma forma de organização do poder que teria aprofundado a nossa democracia, consolidando o Estado de Direito.

Mas cessou o ruído à volta das autarquias e das eleições autárquicas! Como se tivesse sido apenas um bruhah inócuo e sem continuidade, subordinado a objectivos imediatistas, esgrimindo argumentos que – mais do que as questões de fundo – apenas tivessem como intenção fazer barulho. "Agitar as massas"...

Entretanto, o foco foi facilmente dirigido para outras polémicas, e as autarquias ficaram temporariamente "esquecidas". É claro que nos referimos aqui ao ruído e ao "esquecimento" mediáticos. Estimamos que as instâncias públicas que trabalham neste assunto estejam firme e despartidariamente empenhadas em prepará-las, ainda que não seja conhecido o prazo que têm para o fazer.

No fundo, há essencialmente dois cenários possíveis. Ou se consegue, de facto, aproximar as comunidades das tomadas de decisão, permitindo-se que participem activamente na governação dos seus destinos e resolvam os seus problemas ao nível local. Ou se permite que o processo das autárquicas não seja mais do que o prolongamento do longo braço dos partidos que disputam as legislativas, transformando-as num exercício com mais umas quantas marionetas, na luta pelo poder que esses partidos travam permanentemente para o acesso ao controlo do governo a nível central.

Ou seja, a escolha é fundamental: ou se dá a possibilidade de se iniciar um processo onde os cidadãos se venham a sentir "empoderados"; ou não, mantendo-os largamente desligados das decisões que afectam as suas vidas.

É claro que tudo começa com a definição sobre que poder os representantes eleitos ao nível autárquico efectivamente terão. O que é que controlarão? Com que meios? Com que pessoas? Com que orçamento? Quão transparente será o funcionamento das autoridades autárquicas? Como dar recursos à sociedade civil e aos media locais para fazer tanto o trabalho de valorização das novas estruturas, como de vigilância do seu funcionamento? A resposta a essas perguntas definirá a verdadeira importância de todo o processo... e só assim se poderá aferir o grau de autonomia que os órgãos eleitos virão a ter.

Por outro lado, e não menos importante, é o estabelecimento das regras eleitorais que deverão ser respeitadas ao nível autárquico. Qual o tipo de cenário que será permitido montar. Pois se o mesmo não tiver regras que regulem e limitem o financiamento das campanhas dos candidatos, é claro que, mais uma vez, se estará perante uma simples réplica do que se passa a nível nacional. Com uma larga probabilidade de vencer as eleições aquele que tem acesso a mais meios para fazer a sua campanha.

Defendemos que as autárquicas deveriam ser orientadas para uma solução em que os cidadãos votassem mais nas pessoas que nos partidos. Que as listas sejam feitas mais a pensar na qualidade da equipa que a nível local se predispõe a exercer a governação e no programa que defende perante os eleitores, que à bandeira partidária que acenarem. Privilegiando a candidatura de cidadãos que conheçam e estejam enraizados na região que se propõem governar (sem necessariamente estarem filiados a algum partido). Cidadãos que apresentem um curriculum – e provas dadas no terreno – em que se destaque a honestidade, a competência e a ligação à comunidade.

As autarquias não podem ser apenas uma mera substituição de forma do poder local, tal como agora está estabelecido. Terão de ser algo novo. Que, ao seu nível, e sem nunca esquecerem que fazem parte de um edifício maior – o país – estão conscientes do compromisso com os que os elegeram, que lhes permita resolver os seus problemas essenciais: saúde, educação, protecção social, segurança pública e apoio às situações de emergência. Promovendo o desenvolvimento económico local.

Introduzir esta nova forma de administração local deveria trazer ao país uma adequada alocação e aplicação dos recursos, exercendo uma efectiva fiscalização sobre quem os administra, permitindo que os cidadãos possam ter uma palavra decisiva sobre a definição das prioridades.

Será certamente necessário que os municípios tenham acesso a parte do orçamento central. E critérios muito claros devem ser definidos sobre como serão essas partes distribuídas, de forma a criar um equilíbrio nacional. É utópico pensar que cada município possa gerar recursos suficientes para o seu pleno funcionamento e bom desempenho.

Não podemos esquecer que temos um país muito heterogéneo. Quer quanto à demografia. Quer quanto à distribuição de riqueza. Quer quanto ao potencial de cada região produzir riqueza. Se não houver regras que permitam equilibrar, proporcionalmente, o acesso aos recursos existentes, permitindo que todos possam ter o necessário em função da população que têm e dos problemas que precisam de resolver, não vamos, certamente, ter os resultados esperados.

Importa pois voltar a relançar o debate (racional e inclusivo) sobre as autarquias.

5.4 Eleger (autarquicamente) é só uma pequena parte...

Jornal de Angola

Dia 27 De Junho de 2021

Texto: Apusindo Nhari

... mais do que olhar para as situações do cidadão e do súbdito de uma forma binária, seria melhor vê-las como parte de um continuum Rajeev Bhargava

Entre ser-se súbdito e ser-se cidadão há um sem número de possibilidades e um constante movimento em ambos os sentidos.

Num extremo o súbdito, sem direitos – por vezes nem à própria vida! – e que deve submissão e vassalagem aos seus senhores, que de tudo podem dispor. O termo "súbdito" é geralmente usado em contraposição a monarca ou soberano, mas são comuns – mesmo nos nossos dias – as situações onde, embora não se usem tais termos, se detectam facilmente sinais daquele tipo de relação de poder. E no outro extremo, os cidadãos, conscientes dos seus direitos de escolha e de opinião, e do seu dever de escrutinar permanentemente aqueles por si eleitos para governar.

São milenares as lutas dos súbditos, servos ou escravos, para conquistarem direitos, o espaço de cidadania e o respeito, que todo o ser humano deveria merecer. Lutas complexas, com constantes avanços e recuos, como descobrimos repetidamente nos processos políticos contemporâneos. Lutas que podem libertar por completo, ficar a meio do caminho ou até resultar na regressão e limitação de direitos conquistados, puxando cidadãos outrora livres para condições que os aproximam, de novo, da servidão. Mesmo em países bem mais "avançados" que o nosso, não é raro assistirmos a tais regressões.

O processo autárquico ganharia em ser visto como um dos campos onde este tipo de luta se poderia travar. Pois oferece uma enorme oportunidade para acelerar a emancipação dos indivíduos no sentido de serem mais cidadãos e menos súbditos. Sabemos, no entanto, que pode ser um terrível logro pensar-se que a mera colocação de uma cruz numa folha de papel, dando a alguém o mandato para gerir, por um certo período, os interesses públicos de uma determinada região garanta, só por si, o controlo cidadão desse poder local.

O risco reside – pelos hábitos cultivados historicamente – na facilidade com que permitimos que uns poucos possam manipular os eleitos e os cidadãos, perpetuando a sua posição de poder, por serem de famílias ou linhagens privilegiadas, por serem mais ricos, ou por terem a ambição de conquistar a pulso a posição de "senhores", empurrando os outros para a posição de "seguidores", cachicos ou bajús, recorrendo a designações que localmente usamos.

E até porque pelo exemplo da transformação conseguida no passado em que muitos vivíamos como indígenas, escravos, assimilados ou outros servos (hoje "independentizados", ainda que não necessariamente libertados) temos a obrigação de continuar a luta e de clamar: tenhamos esperança! Continuar uma luta que não garante por si só a vitória, onde pode sempre haver recuos, se formos passivos, não tivermos a coragem necessária, e não estivermos esclarecidos e atentos.

Luta que só em parte pode ser travada no campo legal. A evolução das leis no sentido de alargar os espaços que permitam nivelar e controlar o poder, é indispensável. Mas é um erro profundo ignorar que há muito mais a fazer do que criar as bases legais...

Promover e desenvolver a cultura cidadã, assente na igualdade de direitos, na participação, na partilha de poder, na limitação e regulação do poder individual, e na vigilância para evitar a concentração de poder (es) nas mãos de uns poucos... seja na base da

acumulação de riqueza, na ascensão a posições políticas ou militares, ou outras formas de influência decisiva no controlo da sociedade, é fundamental.

As escolas onde somos formatados, os locais onde trabalhamos, as associações ou igrejas que frequentamos, os partidos ou grupos onde militamos – todas elas, hoje, peças de uma engrenagem que propicia a criação de súbditos – deviam ser essencialmente espaços de aprendizagem, pela prática, do jogo que regerá a forma de fazermos política ao nível local e nacional. Se dessa prática resultar alteração da forma como se tomam decisões que afectam o colectivo, poderemos melhor regular e limitar o exercício do poder por quem para tal for mandatado.

A Assembleia Nacional acabou por aprovar as alterações propostas de revisão constitucional. No que toca às autarquias –além de termos aceite mais uma vez a restrição do debate aos "especialistas" – ainda não se dá a suficiente importância a estas questões de cidadania.

Poderão as autarquias vir a ser um espaço que nos ajude à transformação da "cultura" que prevalece na nossa sociedade? Poderão elas, pelo menos, limitar a prática tão tolerada e reinante das elites de Luanda de terem a prerrogativa – como se suseranos fossem – de distribuir ducados e condados nas suas coutadas?

De uma coisa estamos seguros: não devemos esperar pelas autarquias para o reforço da cidadania e o combate aos traços de servilismo. Podemos começar já amanhã a envolver-nos, juntamente com quem tenhamos afinidade, na transformação do que nos rodeia: no local de trabalho, no bairro, no quarteirão ou na vizinhança próxima. E porque não em casa?

(exergue tirado de "Súbditos, Cidadãos e Marajás", em "The Hindu", 2018)

Académico angolano independente

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 “A falta gritante de equipamentos sociais públicos tem muito a ver com políticas urbanísticas erradas”

Jornal de Angola

Dia 15 De Junho de 2021

Texto: Natacha Roberto

Apesar da idade, o engenheiro António Venâncio ainda tem vários desafios no campo profissional, um dos quais é a materialização do projecto Rio Luanda, concebido para ser o início de uma “revolução sanitária” em Luanda. E, se ainda for a tempo, desenhar ou participar na construção da primeira grande auto-estrada de Angola para fazer, como diz, “arrancar a nova economia de Angola”. António Venâncio, que completa, no próximo mês, 66 anos, foi abordado pelo Jornal de Angola para uma entrevista, tendo como assunto principal os projectos habitacionais construídos pelo Estado.

Do ponto de vista técnico e de habitabilidade, há diferença estrutural entre centralidade, cidade e urbanização?

Sim, há uma diferença significativa nestes conceitos. As centralidades distinguem-se das cidades, assim como uma fruta se distingue de um pomar pelas grandezas em causa. As cidades produzem centralidades e estas resultam de fluxos humanos e dos movimentos resultantes das deslocações terrestres, localizadas num dado centro, de pessoas que para aí se deslocam com a finalidade de aí desenvolverem actividades humanas de vária índole: comercial, cultural, turística ou mesmo desportiva, por exemplo. A centralidade não se constrói administrativamente. Ela surge por si, em função da importância urbanística que dado espaço, dentro de uma cidade, gera para os seus habitantes e visitantes, produzindo memórias e factos que marcam a história da vida das cidades e dos próprios cidadãos. Lá onde há centralidades, há recordações e histórias por contar, de geração em geração, de pais para filhos e assim vai com o andar dos tempos. As urbanizações, também chamadas cidades ou vilas, podem apresentar dimensões variadas e, por isso, são classificadas em pequenas, médias ou grandes cidades, as designadas metrópoles, em função do número de habitantes ou da importância económica ou política que ostentem. É dentro delas que surgem

as centralidades. Numa cidade se podem reproduzir várias centralidades, com características específicas. Isto só acontece com o andar dos tempos, habitualmente devido aos movimentos rodoviários e deslocações pedestres pendulares que perduram no tempo, sobretudo, quando as acessibilidades são bem desenhadas e facilitadoras dos intensos intercâmbios culturais ou comerciais no espaço urbano considerado.

Como avalia a qualidade construtiva dos projectos habitacionais construídos pelo Estado?

A minha avaliação compreende dois parâmetros: no plano político-económico, na base das políticas públicas de oferta de habitações - para atender às necessidades dos cidadãos interessados - e, no plano técnico, para atender ao desenvolvimento no sector imobiliário e na construção civil. Se a oferta de mais habitações é sempre bem-vinda, por ajudar a reduzir o enorme défice existente, já não posso concordar com o modelo desta política, quando descure a necessidade da sua sustentabilidade económica. O Estado estrangulou o mercado imobiliário quando se socorreu de processos que envolveram importações gigantescas de materiais e equipamentos ou máquinas, pois prejudicou grandemente o desenvolvimento do sector da Construção Civil e do empresariado nacional da indústria dos materiais de construção. No nosso caso concreto, o Estado, não tendo cuidado do fomento do sector industrial da Construção Civil, da produção dos materiais de construção e da prestação de serviços técnicos, quase paralisou o sector imobiliário do país e inibiu os investimentos nas áreas da Engenharia Civil, da Construção, do Urbanismo e da Arquitectura.

Vi-o uma vez a sair de uma viatura, estacionada no Bloco 2, da cidade do Sequele, junto a uma agência bancária. Se disser que vive no Sequele, quero que me diga como viver numa área residencial ainda com um gritante défice de equipamentos sociais?

Na verdade, eu sou um cidadão de Luanda. Todos os dias percorro vários quilómetros no centro e nas periferias. É encantador percorrer os mais recônditos ou os mais pitorescos lugares. No Sequele, no Kilamba, no Kapari ou no Patriota, sou visto quase diariamente. No centro da Baixa de Luanda, sou visto a caminhar a pé. No Rangel, posso ser visto na Rua do Povo ou na Rua da Vaidade ou na Comissão do Rangel, em conversas amenas com contemporâneos ou curtindo a paisagem do musseque. Na Ingombota, Bairro Popular ou Prenda, idem. A falta gritante de equipamentos sociais públicos tem muito a ver com políticas urbanísticas erradas, que pretendem acudir às necessidades em habitações, deixando para trás a criação de infra-estruturas básicas urbanas. Sem infra-

estruturas urbanas para atender às necessidades de redes de saneamento, de fornecimento de água ou de construção de acessibilidades rodoviárias e outras, não é possível colmatar as necessidades de equipamentos sociais. É como pretender dotar a cidade de milhares de autocarros sem alargar o número de vias na cidade e tentar prestar o serviço sem espaços criados para paragens e terminais de autocarros. É o que está a acontecer em Luanda: estamos a tentar construir milhares de casas e apartamentos sem cuidar da água potável, sem garantias de energia de qualidade e na quantidade necessária, sem redes de saneamento nos volumes adequados. O urbanismo requer uma perfeita sincronização entre o crescimento urbano e a expansão urbana. Quando o crescimento populacional é maior que a expansão, a cidade não funciona e, quando a construção habitacional é maior que a criação de infra-estruturas e equipamentos sociais, no final teremos o caos urbano.

Os agregados familiares dos angolanos são robustos, podendo, por exemplo, um casal ter 12 filhos. Não acha que a construção de moradias no país devia ser levada em consideração esse aspecto cultural, digamos assim, para que se evite a construção de moradias com compartimentos exíguos, sobretudo, os quartos?

O Estado devia ocupar-se fundamentalmente das habitações sociais e de moradias de intervenção pública, para atender segmentos populacionais da administração pública em zonas recônditas do país mais carentes, e assim garantir a prestação de serviços públicos dos funcionários da Educação e da Saúde como sectores socialmente mais delicados. Fora disso, não vejo qualquer mérito quando o Estado constrói as ditas "centralidades" ou se propõe a construir habitações para arrendamento. Esta tarefa compete, em geral, ao sector privado da construção civil e imobiliária, ou às cooperativas habitacionais que devem receber os apoios institucionais inerentes. É deste modo que nos surgem casas com compartimentos exíguos, sem critérios urbanísticos condizentes com a cultura e costumes das famílias angolanas, sem se adaptarem às condições da habitabilidade exigíveis pelas normas técnicas e do urbanismo.

Quais são as vantagens e desvantagens das construções em altura?

A decisão, se uma dada urbanização deve ou não ser em altura, dependerá de factores económicos e de disponibilidade de território urbanizável, que, por sua vez, vai depender dos planos directores municipais. Enquanto as construções em altura poupam em infra-estruturas e redes técnicas, constituindo uma

vantagem pela maior densidade, elas, porém, não permitem a plena satisfação dos hábitos e costumes das famílias angolanas extensas, que têm na reunião familiar, na convivência social de grande proximidade e na solidariedade a sua essência de vida em comum. E isso é uma desvantagem a considerar.

Acha que não faz sentido a construção em altura por Angola ser um país territorialmente vasto?

Depende da natureza dos investimentos, se privado ou público. A construção na horizontal exigirá maior reunião de meios financeiros devido a redes técnicas mais vastas. As construções estão sempre inseridas num dado território e este território deve estar munido de acessos e infra-estruturas básicas. É por aí que depois se decide que tipo de construções adoptar para aquele espaço, se partir para maior ou menor densidade.

O engenheiro António Venâncio tem posto à prova o seu saber científico também por via da produção de textos em jornais e nas redes sociais. As verdades científicas colocadas nos seus textos têm causado desconforto ao seu partido, o MPLA?

Não acredito que os meus textos causem desconforto ao partido, o MPLA, mas estou consciente de que causa seguramente desconforto a alguns dos meus camaradas. Estou tranquilo, porque é consabido que, desde há décadas, muito venho criticando os erros que, por vezes, se vão cometendo, sobretudo, quando tais erros afectam os angolanos (sem distinção do partido a que pertençam) ou a própria organização. Não tenho tido outros foros mais privilegiados, para me tornar, também, parte da solução dos nossos problemas. Os meus textos são assim o meio privilegiado que escolhi, para me tornar numa partícula contributiva, numa pequena força de impulso para o desenvolvimento do país e do próprio MPLA, apesar de, algumas vezes, ela se possa tornar incómoda, sobretudo em vésperas de eleições. O que me importa é colocar sempre o desenvolvimento de Angola em primeiro lugar. Já estamos muito atrasados no tempo. Temos de ser mais exigentes para com o desenvolvimento e isso pode parecer um prejuízo para o partido, mas não é. O contraditório ajuda e acelera o progresso.

Qual é a sua visão técnica sobre a resolução definitiva do problema habitacional em Angola, sobretudo, na província de Luanda, a mais populosa no país?

Entendo que temos de repensar, nos tempos próximos, toda a política pública habitacional do Estado. Ela contém fortes indícios de uma mente centralizadora, excessivamente virada para o imediatismo, descarta a sustentabilidade económica e

não fomenta o surgimento de um verdadeiro sector da construção civil e da imobiliária, inibindo investimentos mais sérios no sector da produção e indústria dos materiais de construção. Luanda alberga cerca de um terço de toda a população de Angola. É em Luanda que a política habitacional devia ser exemplar. E é em Luanda onde se verificam as maiores distorções, e até incongruências, onde apartamentos e habitações são vistos vazios a degradarem-se incompreensível e penosamente em quantidades espantosas. Há que se mexer, também, nos projectos e cadernos de encargos, para um melhor aproveitamento das capacidades internas, na transformação dos recursos naturais e materiais disponíveis na natureza rumo à industrialização ou manufactura do que for possível.

Uma vez que é uma verdade absoluta a existência, em apartamentos de edifícios das centralidades de Luanda, de infiltração, vazamento e outros defeitos de construção, o que pode afectar a salubridade da moradia e até provocar risco de ruína, as construtoras chinesas podem ser levadas pelo Estado a tribunal para serem condenadas a executar obras necessárias à habitabilidade dos edifícios?

No caso concreto das chamadas "centralidades", que eu saiba, não foi contratada uma fiscalização tradicional e profissional como seria ideal, mais por razões legais decorrentes do modelo do financiamento. Todavia, as obras públicas beneficiam de um período de garantia que pode atingir vários anos, sendo que, no silêncio do contrato, ele será de dois anos. Se neste período se verificarem deficiências ou se detectarem vícios ocultos, o empreiteiro é obrigado a refazer a deficiência sem custos para o Estado, nem para o inquilino. Mas isto só seria possível se fosse contratada uma fiscalização técnica, para, na hora certa, notificar o construtor, dando-lhe um prazo para corrigir as deficiências. De forma a garantir este tipo de procedimentos, em regra são depositadas cauções para a garantia da boa execução, só libertadas com a emissão de um auto de entrega definitiva. Não sei se este procedimento de garantias foi respeitado para as ditas "centralidades".

Existe um equilíbrio entre o que foi feito, urbanisticamente falando, nos projectos habitacionais do Estado e o seu impacte ambiental?

Raramente temos prestado atenção aos estudos de impacto ambiental para o sector do urbanismo ou das engenharias. No caso concreto da cidade do Kilamba, é possível que estes estudos não tiveram lugar, já que as infra-estruturas de saneamento funcionam deficientemente e não existem pontos de destinatários finais para os esgotos nem está

assegurada a manutenção do sistema de tratamento prévio como mandam as regras.

Num "post" colocado no Facebook, com data de 14 de Maio de 2021, o engenheiro António Venâncio escreveu que, em Angola, há muito ruído quando se trata de usar termos técnicos, chegando, às vezes, a prevalecer a linguagem dos políticos e não a linguagem técnica. A sua opinião mantém-se?

Sim, a utilização de termos técnicos da forma mais atabalhoada ainda é um facto no nosso país. Conceitos de auto-estrada, de zonas de risco e de centralidade foram introduzidos no léxico nacional com todas as deturpações possíveis e, quer os órgãos de comunicação social, quer os diversos analistas e políticos, utilizam estes termos sem a devida consulta aos especialistas. Os técnicos, neste ínterim, foram muitas vezes ultrapassados pelos políticos e estes fazem prevalecer tais conceitos, com a força administrativa legal que detêm.

Para aquelas situações que comprometam, de forma séria, a segurança e a solidez dos edifícios, quem deve assumir a garantia obrigatória para obras na construção civil - o empreiteiro, o Estado ou os moradores?

Deve ser o Estado como dono da obra, se o tempo de garantia se esgotou e se o Estado não promover acções de manutenção ou fizer mau uso da construção. Será o empreiteiro, se a obra estiver em tempo de garantia e houver sido constatado que houve deficiências de execução. Mas será dos moradores, se houver negligências na utilização da construção, o chamado mau uso.

"A contratação de serviços a estrangeiros representou uma grave falta de patriotismo"

Tendo a cidade do Kilamba apenas nove anos de existência, como compreender a existência de problemas na rede de esgotos sanitários, podendo até já entrar em colapso?

Poderá ser por falta de acções de manutenção preventiva e regular. Em regra, os utentes de edificações urbanas não cultivam o hábito de manutenção e preferem actuar com acções de reparação quando as coisas já fugiram do controlo ou há iminência de algum desastre anómalo. Do que eu saiba, o Kilamba não tem um programa de manutenção periódica, assim como não têm as demais cidades recentemente construídas. Isso é um tema que nos levaria muito tempo a abordar. Isto envolve uma nova forma de gestão de edifícios urbanos que deveria envolver os Seguros, o seguro

habitacional. Infelizmente, estamos muito atrasados nesta matéria da manutenção dos edifícios.

Uma vez escreveu, no Facebook, que pensar Angola exige concentração. O seu pensamento pode ser discutível, a partir do princípio de que se pode pensar Angola facilmente se o Governo aproveitar, como deve ser, os técnicos altamente qualificados e as potencialidades do país. Falei mal?

Eu tenho ouvido dizer que o país não tem técnicos, não tem quadros, desde mais ou menos há 40 anos. Este discurso passou a ser uma canção nacional mais conhecida até que o Hino Nacional, o que é de lamentar! Na verdade, era tanto o desejo de se contratarem serviços aos estrangeiros, que acabaram por utilizar como isca os especialistas e técnicos angolanos, passando-lhes, injustamente, uma carta de incompetência. Isto representou uma grave falta de patriotismo. Foi assim, por exemplo, com a água e saneamento, foi assim com as estradas e foi assim com as construções habitacionais, áreas onde foram utilizadas verbas milionárias para contratar serviços, muitos dos quais estão arrumados nas prateleiras há séculos e já sem qualquer valor por estarem ultrapassados no tempo. E isso dói! Dói imenso. Por isso, pensar Angola exige muita coragem, concentração, ponderação e ter coração grande para perdoar.

Pode dar um exemplo de uma antiga centralidade que desapareceu com a expansão urbana e o crescimento populacional?

A área envolvente da antiga Gajageira; a Mutamba; a área dos Congolenses com todo o seu equipamento social desportivo, social, comercial, de recreação e até cinema; a Biker, no centro da cidade. No Marçal, por exemplo, havia a área do senhor Moreira, com o seu campo de futebol, lagoa e espaços que atraíam os cidadãos para encontros e conversas de bairro, no Suba. No Bairro Operário, na envoltória do campo do Bangu; na "Estalagem", em Viana; na Tourada, no bairro da Calemba; na zona do Matupá do Cazenga ou no Triângulo da avenida Brasil; a Rua do Povo, no Rangel, todas elas, com todas as suas envoltórias, de periferia ou de centro, já foram pequenas centralidades, onde fluxos pedestres ou em veículos (permanentes, pendulares ou não) dos cidadãos proporcionavam, com regularidade e interesse, estes encontros de trocas culturais, de recreação, de informação e "mujimbos", brigas de amigos ou simplesmente encontros marcados que produziram, ao longo dos tempos, muitas memórias e recordações marcantes que ficam para a história da cidade e dos próprios habitantes.

Por que razão considera que o projectado Rio Luanda pode vir a ser o início de uma "revolução sanitária" em Luanda?

O Rio Luanda é a deslocação do manancial de água bruta para dentro dos territórios carentes de água e vai conferir autonomia hídrica necessária para desencadear a tal revolução. A ideia procura a municipalização dos serviços, visando o abandono da excessiva centralização na distribuição de água e na gestão do saneamento. O mundo actual tem como novo desafio planetário o Aproveitamento Racional dos Recursos Hídricos (ARRH). Este desafio é extensivo a todos os países, e Angola não o pode ignorar. Cada vez mais a humanidade se prepara para a racionalização da água e o Rio Luanda é exactamente o despertar das consciências para essa nova abordagem sobre saneamento. É isto, a nível de todo o país. Luanda pode rapidamente dar solução ao problema da escassez de água potável; encontrar a saída para a drenagem das águas pluviais; resolver o problema dos esgotos, e tudo isso, partindo de novos conceitos e de novas abordagens de engenharia sanitária, assunto que tem no Rio Luanda a peça estruturante mais importante. O desafio deve ser o de uma discussão ampla e sem paixões sobre o tema "Saneamento", através de uma verdadeira "revolução" no modo de pensar, rejeitando as teorias antigas hoje não mais aceites como até aqui o eram.

Pode dar, pelo menos, um exemplo de um crime ambiental que está à vista desarmada, no que toca aos sistemas de saneamento básico?

Actualmente, o destinatário final dos sistemas de drenagem e de grande parte dos esgotos tem sido o mar, sem qualquer política de aproveitamento ou reutilização. Ora, isto hoje constitui um crime ambiental e um desperdício enorme! Os habitantes lançam águas residuais para os solos, contaminando-os de forma gravosa. Há muita insalubridade na cidade. Em Luanda, estão garantidos apenas 450 mil metros cúbicos de água diários, quando nós precisamos de três vezes mais do que isso. O fornecimento de água potável em Luanda não será possível, nem mesmo nas próximas seis ou sete décadas com o actual modelo de captação, tratamento e distribuição, por ser conceptualmente de natureza reactiva. Sempre estaríamos a correr atrás do prejuízo como até agora. O índice de crescimento populacional, empresarial e industrial não permitiria que corresse água nas nossas torneiras 24/24 horas antes dos próximos 60 ou 70 anos, e nem garantiria água para a indústria, para os serviços públicos ou para a manutenção de áreas verdes.

Não acompanharia o desenvolvimento do turismo e de outras actividades conexas. Ora, sendo a água potável parte do sistema de saneamento básico e a drenagem das águas da chuva e esgotos componentes que entram na equação do ciclo do saneamento urbano, é fácil concluir que, sem o Rio Luanda, não teremos saneamento. A revolução sanitária para Luanda começa com a mudança de paradigma na forma de pensar saneamento e na forma de resolver o problema da água.

"Nenhum estrangeiro iria dar-se ao trabalho de pensar num projecto como o Rio Luanda que quase não dá lucros a ninguém"

Para que haja uma "revolução sanitária" é preciso que tenhamos mesmo um rio artificial?

No caso de Luanda, bafejada pela sorte com dois rios perenes, o Rio Luanda pode servir como um reservatório gigante de água bruta, pode servir como destinatário das águas pluviais e pode garantir o reaproveitamento racional dos recursos hídricos, incluindo a reutilização de águas antes tidas como residuais. Tudo isto vai implicar na aprovação de leis do saneamento mais actualizadas para a defesa do ambiente, e vai ajudar a definir que tipo de sistemas teremos para o saneamento das cidades. O modelo para dar água às populações em Luanda muda radicalmente, e o raciocínio antigo (infinitas tubagens quilométricas limitativas) dará lugar a uma nova forma de encarar a problemática do saneamento em todo o país, passando os angolanos a aproveitar melhor os seus recursos hídricos e poupando milhões com uma solução de engenharia sanitária mais avançada e mais eficaz. É isto que chamamos de revolução sanitária!

O projecto, acredito eu, só vai ter pernas para andar se houver, na prática, o comprometimento do Governo. Como estamos a este nível?

A nós, enquanto engenheiros, não importa se o actual Governo aprova ou não aprova. Isto é um problema político, que não nos cabe sequer discutir. Não sei ainda se o mesmo já terá sido apresentado ao Chefe do Executivo angolano. As expectativas são grandes. Temos paciência infundável. A par disso, temos trabalhado para fazer entender aos angolanos, aos mais jovens especialistas e alunos da engenharia qual é o caminho mais acertado para que tenhamos água potável em abundância e possamos resolver, com eficácia, economia e rapidez os problemas do saneamento básico e do meio com que iremos melhorar a qualidade de vida das populações e oferecer condições para garantir melhorias no capítulo da saúde pública em Luanda. A nossa missão é técnica. Os escritos ficarão depois de nós, a solução

será do conhecimento público e a nova geração, a que nos seguir, terá em mãos o nosso pensamento técnico e económico desta engenharia sanitária invulgar e revolucionária. Esta missão está praticamente cumprida.

O partido a que pertence, o MPLA, tem escutado, e com seriedade, os idealizadores do projecto Rio Luanda?

O projecto Rio Luanda é do conhecimento público e já tem repercussão internacional, pelo menos no que toca ao pensamento filosófico da sua implantação, sugerindo um rio "mesopotâmico". Olhando para os dois rios, o Kwanza e o Zenza, que desaguam no oceano Atlântico, a solução deste rio colhe, até pela própria história da civilização. É uma obra capaz de revolucionar tudo em Luanda, em pouco tempo e com custos comparativamente muito abonatórios. O MPLA e demais partidos sabem-no, faltando apenas o seu detalhamento apresentado em ambiente mais restrito, acção de que tomamos a iniciativa para uma apresentação aos seus deputados, que pode vir a ter lugar já nos próximos dias. O partido UNITA, por via do seu grupo parlamentar, já tem conhecimento do projecto da forma mais detalhada. Outros partidos já receberam a nossa comunicação, predispondo-nos para esta apresentação e esclarecimentos adicionais logo que quiserem nos receber.

Ainda não ficou desapontado, até ao ponto de pensar que, se o projecto fosse criado por estrangeiros, o seu acolhimento teria sido diferente?

Eu acho que nenhum estrangeiro iria dar-se ao trabalho de pensar num projecto como o Rio Luanda, que quase não dá lucros a ninguém e pode ser ele feito quase todo em kwanzas. Em regra, a iniciativa estrangeira para investimentos em Angola é sempre uma iniciativa para ganhar rios de dinheiro. O que mais tenho visto são projectos de lucros milionários. Ora, o Rio Luanda não dá lá assim tanto dinheiro, embora seja um soberbo projecto de valência extraordinária. Pode até ser feito com recurso simples ao Tesouro Nacional, em moeda nacional, para suportar mais de 90 por cento dos custos! Talvez instituições internacionais, multilaterais de saúde pública e de protecção do ambiente possam ajudar-nos nessa matéria, mas, para tal, teriam de aceitar a solução técnica angolana. O nosso projecto está na prática pronto para arrancar com as obras preliminares.

"Os edifícios devem estar sujeitos a acções de manutenção"

Se o engenheiro António Venâncio estivesse envolvido nas equipas que projectaram as

centralidades construídas com fundos públicos, que contribuições daria, a nível do que devia ser evitado e do que devia ser incorporado?

Eu jamais optaria por estas centralidades se não tivesse a garantia de construção das acessibilidades rodoviárias para ligar Kilamba-Benfica-Futungo-Samba e o centro de Luanda numa via de comunicação moderna, com características de auto-estrada. Infalivelmente! Quanto à cidade do Sequele, um outro acesso rápido seria garantido para ligar Kilamba-Km25-Sequele, em auto-estrada, sem cruzamentos ao mesmo nível e de alta velocidade de projecto. Esta seria a minha condição "sine-qua-non" para construir esta cidade. Ao mesmo tempo, numa visão holística e de desenvolvimento, este processo teria de ter uma componente de sustentabilidade inequívoca, virada para a produção de materiais de construção e produtos de incorporação em obra. Com isso, estaria garantida a continuidade do processo de criação de habitações no tempo e no espaço. Do mesmo modo, seria para a pequena cidade do Kapari. A condição de ligar Kapari com Panguila, Kifangondo, Cacucaco, Petrangol e o centro de Luanda, por uma auto-estrada de grande velocidade de projecto, seria uma exigência inegociável. Sem estas ligações rápidas, não faz sentido construir Kilamba, nem Sequele, nem Kapari. Estaria eu a cometer um "suicídio" urbanístico, provocando sérios problemas de saúde aos seus moradores. Os acessos rápidos, nestes casos, é um assunto sagrado! Em Luanda, é fundamental a conurbação (união de duas ou mais cidades, em consequência do alto índice de crescimento urbano. Geralmente, esse processo dá origem à formação de regiões metropolitanas). As "centralidades" e o centro da cidade devem estar conurbadas por acessibilidades altamente funcionais.

Parece-me que não é defensor das centralidades, já que coloca este conceito entre aspas, quando o cita nas respostas ao questionário que enviei para o seu e-mail.

Não sou muito por "centralidades". Vejo aqui uma espécie de desperdícios financeiros que podiam ser melhor aproveitados, para garantir mais habitações aos cidadãos, casas economicamente mais acessíveis, gerar milhares de empregos e desenvolver as indústrias de materiais de construção e do sector imobiliário do país. Vejo-me um pouco deslocado da política do Governo, legitimamente sufragado nas eleições, mas não me incomoda pensar dentro de uma minoria. O mais importante é que haja respeito mútuo e tolerância nas apreciações ou avaliações que fazemos. Eu não construiria "centralidades", dinamizaria o fomento ao desenvolvimento do sector imobiliário e à indústria dos materiais de construção

para garantir continuidade e mais urbanismo, e com isso oferecer o acesso massivo à habitação para os cidadãos necessitados. Isto faria surgir pequenas novas cidades e vilas pelo país inteiro. A construção de habitações sociais e moradias para professores e pessoal da Saúde transferidos para zonas difíceis, seria a excepção. De resto, os esforços seriam sempre de grandes apoios à classe dos construtores e dos industriais do ramo da construção civil e engenharia, a facilitação bancária e o incentivo prático às cooperativas e fundos habitacionais para que não cessasse nunca a construção de casas para os angolanos em todo o país. O crescimento populacional é imparável. Logo, construir habitação deve ser, igualmente, imparável. Daí a sustentabilidade e continuidade.

Informações já públicas apontam para um período de 50 anos como tempo de vida útil dos edifícios dos projectos habitacionais construídos pelo Estado. Se, por acaso, o Estado decidir demolir um edifício por detecção de problemas estruturais graves, antes ou depois de 50 anos, o realojamento dos seus moradores deve ser feito sem custos adicionais para os bolsos dos realojados?

Os edifícios devem estar sujeitos a acções de manutenção preventiva, e preditiva, quando mais sofisticados do ponto de vista da sua complexidade em redes técnicas. O tempo padrão adoptado é de 50 anos, mas um edifício pode perdurar por séculos se for atendida a sua componente de manutenção preventiva. A chegar à fase de demolição, por atingir a fase de Estado Último de Utilização de forma prematura, estaríamos perante uma negligência que deve ser assacada a quem tinha o direito de assegurar a sua manutenção: o proprietário, o inquilino ou quem quer que fosse. Nesse caso, o custo do realojamento das pessoas deve ser incluído nos custos gerais do processo.

Que canal foi utilizado para que o projecto "Rio Luanda" chegue às mãos do Presidente João Lourenço?

Ainda não perdemos, totalmente, a esperança de vermos a ser recebidos pelo Chefe do Executivo. Só posso dizer isso. Este, a ser aprovado e implementado, será o mais ousado projecto de significativa valência económica, social e política jamais levado a cabo desde a Independência do país. A sua repercussão directa na melhoria da qualidade de vida de mais de 10 milhões de angolanos e o seu decisivo papel na mitigação dos efeitos negativos para a saúde pública em Angola causados pela falta de água potável, falta de tratamento de águas residuais, de charcos, insalubridade e cíclicas catástrofes, que ceifam vidas por falta de saneamento, não tem rival

de entre as maiores obras públicas já realizadas no nosso país. A esperança é a última a morrer.

Admitindo que possa existir "algum bloqueio", como aparente razão de ainda não ter chegado o projecto ao Presidente da República, o melhor caminho não seria um pedido de audiência ao Chefe de Estado?

Sim, se houver necessidade, vamos requerer uma audiência ao Chefe de Estado e do Executivo para o apoio à equipa do Rio Luanda. O presidente tem sido bastante aberto para as questões do desenvolvimento e temos muito para lhe transmitir, dados e informação, e alguns dos dados poderão ser surpreendentes.

6.2 Cariango ganha quadra desportiva

Jornal Continete

18 De Junho de 2021

No âmbito do projecto de reabilitação de infraestruturas comunitárias que permitam as boas práticas desportivas e culturais, a Premier Projectos entregou o seu segundo projecto, e que se baseou na requalificação, restauro e reabilitação da quadra desportiva do Cariango, no Distrito Urbano do Tala Hady, no Município do Cazenga.

O evento de entrega deste complexo desportivo à comunidade local, teve a actuação de um Grupo de Capoeira FICAG do Tala Hady, bem como do humorista Kotingo que colocou ainda mais sorrisos nos rostos de todos os que assistiram à sua actuação. Após a cerimónia de entrega do complexo, feita pelo Diretor Geral da Premier Bet, Sr. Achi Hussein ao Administrador do Distrito Urbano do Tala Hady, Simão Ferreira Neto, e presenciada pelos técnicos representantes do Instituto de Supervisão de Jogos (ISJ) Dala Linha e Tereza Mateus, além da comunidade local e por outros ilustres convidados, deu-se então lugar a um jogo de demonstração de Basquetebol, disputado por duas equipas locais, num evento que demonstrou também que estes complexos não servem apenas para o desporto mas também para a cultura.

Com sob o lema "Desporto para Todos", a Premier Projectos não ficará por aqui, e desafia os vários bairros de Luanda a candidatarem os seus complexos para reabilitação, através da página de Facebook da Premier Bet, onde podem consultar as condições e regulamento para candidatura. Nos próximos tempos vai ser anunciado mais um complexo que será reabilitado, no caso um complexo escolar, pois é objectivo contemplar várias tipologias e necessidades

de reabilitação para que os jovens em particular e a sociedade em geral tenham mais e melhores condições de vida e práticas desportivas.

Raimundo Ngunza

6.3 Grupo Veleiro inaugura o Condomínio de Fútila

Jornal de Angola

4 De Junho de 2021

Texto: Victorino Joaquim

O presidente do Grupo Veleiro, anunciou, ontem, em Luanda, que a primeira fase do Condomínio Fútila, em construção na região com mesmo nome, em Cabinda, é inaugurada em Setembro, depois de absorver investimentos de mais de 201 milhões de dólares.

Pedro Godinho disse, em declarações ao Jornal de Angola, que, até ao momento, a obra atingiu os 99 por cento de execução, estando concluídos 11 edifícios, além de arruamentos e outras infraestruturas.

"Apesar das dificuldades encontradas devido a vários factores, incluindo a situação da pandemia, conseguimos concluir a primeira fase da obra. Agora, se não acontecer mais nada, vamos inaugurar a primeira fase em Setembro deste ano", declarou à nossa reportagem o presidente do Grupo Veleiro.

De acordo com o empresário, a execução do projecto contempla duas fases e, neste momento, tem a primeira fase concluída. Inicialmente, uma etapa que deveria levar à inauguração em Março do ano passado, mas foi adiada devido a vários factores.

O Condomínio Futila estava orçado em 173 milhões de dólares, mas acabou por se fixar nos 201 milhões, como consequência da depreciação do kwanza, acrescentou Pedro Godinho.

O grupo também projecta a construção de um hotel de cinco estrelas à entrada da Ilha do Cabo, em Luanda, que poderá vir a ser gerido pela cadeia internacional Radisson, com a qual já havia sido celebrado um acordo, tendo, até, acompanhado a concepção do projecto do ponto de vista técnico, adequando-o aos padrões com os quais opera.

O projecto está a ser reestruturado para adaptá-lo à realidade actual, uma vez que havia sido concebido, há já alguns anos, num contexto socioeconómico e financeiro diferente do actual, notou o empresário.

Na altura da concepção técnica e operacional do projecto, há cerca de seis anos, previa-se empregar na construção da unidade hoteleira cerca de 195 milhões de dólares.

6.4 Moradores sobrevivem à base da produção artesanal de carvão

Novo Jornal

4 De Junho de 2021

Desempregados e sem qualquer empreendimento que lhes pudesse gerar algum biscoite, os moradores dos Cabrais sobrevivem do derrube de árvores para a produção artesanal de carvão. Rodrigues António tem 25 anos e é técnico médio de Enfermagem. Sem ocupação laboral, o jovem dedica-se a ajudar a mãe na produção de carvão. Os dois levantam-se às primeiras horas do dia para percorrer por cinco quilómetros a pé até ao "local de trabalho". "O único meio de sobrevivência aqui é ir na mata cortar árvores para fazer carvão", lamenta Rodrigues António, antes de acrescentar que, nos últimos tempos, tem sido difícil, porque as árvores são cada vez mais escassas e, por conseguinte, estão mais distantes.

Contudo, os 'apertos' de hoje não impedem Rodrigues de sonhar com um amanhã melhor e exercer enfermagem, a sua grande paixão.

Nos Cabrais, a produção de carvão é abraçada por grande parte das mulheres, como Cecília Tiago, que se queixa da dureza desta actividade: "Não é fácil cortar os paus e depois preparar o forno para queimar e produzir carvão".

Apesar do esforço, a mulher, que é "o pai e a mãe" para os oito filhos, lamenta que o dinheiro seja insuficiente.

Já José Maria explica que recentemente uma empresa, com a autorização da Administração da Catumbela, município que acolhe o bairro, derrubou muitas árvores na zona onde os moradores produzem o carvão, para alegadamente instalar painéis solares com a promessa de garantir empregos para alguns moradores. "A empresa já começou a construir os tais painéis e, até gora, não vimos o tal emprego para os nossos jovens", lamenta.

Em Angola, a queima de capins para a produção de carvão é considerada ilegal.

6.5 Sobreviventes da tragédia de 2015 no Lobito vivem na penúria

Novo Jornal

4 De Junho de 2021

Texto: Teresa Fukiady (textos) e

Quintillano Dos Santos (fotos)

Pelo menos duas pessoas já morreram de fome e dezenas outras foram picadas por cobras e escorpiões este ano no bairro dos Cabrais, zona que acolhe as centenas de famílias afectadas pelas enxurradas de Março de 2015, que mataram cerca de 100 pessoas e deixaram rastros de destruição com prejuízos incalculáveis.

O espaço, localizado a cerca de 30 quilómetros da cidade do Lobito, junto à estrada que liga a cidade portuária à Canjala, é descrito pelos moradores como um local onde reina a penúria e o sofrimento.

Seis anos depois, conforme apurou o Novo Jornal, após uma visita ao local, as famílias continuam a viver em casas inacabadas (sem chão, janelas, nem portas) e tendas dadas pelo Governo, num bairro onde não há água potável, energia eléctrica, transporte e nenhum outro tipo de serviço básico. o acesso ao bairro é sofrível e faz-se através de uma rua de terra batida e coberta de capim, como constatou o NJ, que teve de dar várias voltas para conseguir chegar ao local, que tem como vizinhos apenas o capim e o gado que por aí pasta.

Entre tristeza e lamentações, devido à extrema pobreza há quem se diga "esquecido em condições desumanas" pelas autoridades, quando até houvera promessas de casas condignas.

"Estamos a passar muito mal, numa situação muito difícil", lamenta Doroteia Chivila, de 35 anos. A magreza indisfarçável, o olhar cansado e pálido e os peitos secos de Doroteia mostram como é cruel ser mãe num bairro como o os Cabrais, onde falta de quase tudo. Enquanto consola o filho recém-nascido, Doroteia clama por melhores condições de vida. "os seios até já me estão a doer. Não como nada e, mesmo assim, preciso de amamentar a criança", lamenta, apelando, por isso, para a ajuda do Governo na conclusão das obras ou empregos.

Mãe de quatro filhos, antes da tragédia de há seis anos, Doroteia Chivila tinha a zunga como fonte de sustento. Actualmente, encontra-se em casa sem saber o que fazer para dar de comer à família.

"Dependo do negócio de kupapata (mototáxi) do marido, mas há dias em que a família não tem nada para comer". O relógio marcava meio-dia, e Doroteia conta que ainda não tinha colocado nada no estômago. "Não tenho o que cozinhar", desabafa.

A vida nos Cabrais é definida pela pobreza. Por exemplo, na casa de Silvina, à semelhança do lar de outras mais de 300 famílias, os dias são difíceis. Enquanto conversávamos, a senhora explicou que tinha apenas 200 Kz para comprar a refeição para os cinco filhos e oitos netos, sendo que, entre estes últimos, o mais novo não tinha sequer uma semana de vida, aquando da visita do NJ, no passado dia 21 de Maio.

Atirados para mais de 20 quilómetros do centro de Lobito, e sem transporte para as compras, os moradores dependem da boa vontade dos vizinhos kupapatas que saem de manhã para o trabalho e só regressam à noite. Para se chegar à cidade, é preciso desembolsar mil kwanzas para a viagem de ida e volta.

Alguns dos sinistrados, mesmo com falta de recursos financeiros, tentam, a todo o custo, concluir as obras. É o caso, por exemplo, de José Maria, reformado e com uma pensão de 30 mil kwanzas. "A minha casa só tem 11 fiadas. Cederam-me cinco chapas e não consigo fazer nada. Por isso, vivo numa tenda com a família, enquanto luto para subir as paredes", desabafa o ancião, de 62 anos, que também exerce a função de secretário do soba.

José Maria revela que, algumas vezes, para terem o que comer, dependem da boa-fé, ainda que esporádica, de grupos voluntários. "Aqui há muita fome e há até pessoas a morrerem", lamenta.

Já para Luzia Nguève, 38 anos, que ainda tem na memória o fatídico dia 11 de Março, a vida nos Cabrais resume-se numa única palavra: desilusão. Naquela noite, Nguève perdeu quase tudo: a casa, as roupas, a mobília e um filho de três anos, cujo corpo foi encontrado dias depois numa vala por bombeiros. Depois da tragédia, esperava encontrar tranquilidade para recomeçar a vida num local seguro.

O terreno onde as famílias foram realojadas foi adquirido pelo Governo Provincial de Benguela, na altura liderado por Isaac dos Anjos, com a garantia de um realojamento condigno com a conclusão das casas. Apesar da proximidade a uma pequena barragem, na comuna do Biópio, apenas algumas casas do bairro têm luz eléctrica.

O grupo gerador que ali foi colocado deixou de funcionar por falta de combustível. A pouca água

potável que chega ao terreno é levada por cisternas. Quando falha, o que é frequência, a população é obrigada a desembolsar 100 Kz por um bidão de 20 litros.

No meio do mato, as casas são constantemente invadidas por cobras e escorpiões, que mensalmente fazem, em média, pelo menos quatro vítimas. Uma das vítimas foi uma criança de quatro anos. A pequena foi picada nos olhos enquanto dormia dentro de casa. Aliás, os répteis forçaram, por exemplo, Cecília Tiago a fugir de casa com os filhos para se abrigar na residência da irmã".

6.6 Centralidades no epicentro de vendas ilícitas e burlas

Jornal Folha 8

5 De Maio de 2021

Texto: André Mavungo

O burlado encontra-se em prisão preventiva, já confirmada pelo Ministério Público, que acredita se outra medida fosse aplicada o agente não só continuaria com 11 actividades delituosas, como manteria contacto com cúmplices, capazes de desvirtuar os dados ainda sob investigação, em instrução preparatória. Neste momento impende sobre Durão António que, nesta fase do processo, goza do princípio de presunção de inocência, acusações da prática dos seguintes crimes: burla, venda ilícita de moradias, com maior incidência, em jovens mulheres, seu principal alvo.

Juliana Domingas, 50 anos, vendedora ambulante é das vítimas que está profundamente abalada, pelo facto de não conseguir materializar o sonho de casa própria, depois de ter entregue 6 milhões de kwanzas, para um imóvel, no Zango 8000, ficou a saber ter sido enganada, pelo burlador, que neste momento, não tem sequer valores para devolver, constituindo a situação, "um golpe duro" que afecta todo universo familiar. "Eu' e a minha família, estamos muito abalados, perdidos e sem rumo, devido a este roubo praticado pelo Durão que afinal é um burlador. Oigo muitas histórias, mas era impensável que fosse ocorrer connosco. A minha filha, uma das pessoas importantes na compra da referida moradia, não pára de chorar", lamentou, solicitando, que "se faça justiça com celeridade, para podermos receber o nosso dinheiro, pois temos um documento do primeiro pagamento respeitante ao contrato de compra de um T3, feito no dia 26 de Março de 2020 e o último aos 26 de Março de 2021, pensando com isso que teríamos resolvido a situação, mas ao saber que fomos burladas pelo Durão foi uma situação muito triste", esclarece Juliana acrescentando que o autor do

crime, foi um autêntico" matreiro sobretudo pela forma como soube ludibriar as pessoas, para que lhe pudessem acreditar, mas afinal os seus feitos são criminosos", concluiu.

Júlio Almeida, outra vítima da burla, investiu 14 milhões de Kwz, para a compra de uma residência tipo TC 4, na urbanização do Zango, não acredita na capacidade de puder vir a ser ressarcido por Durão António que, na sua opinião, não agia sozinho. "É difícil aceitar que tenha sido, somente, ele a causar este dissabor que deixa muitas mágoas, pois ser burlado num montante tão elevado: 14 milhões kwz é muito dinheiro para mim porque foi ganho com muito esforço através de trabalho árduo para comprar a "residência", concluiu, afirmando que "O Durão aparentemente parecia ser um homem com credibilidade e prestígio na sociedade e nunca um grande burlador, que até foi capaz, dizem, de corromper um oficial do tribunal, a quem pagou um curso de informática, precisamente, para desviar os seus processos. Tudo bandidagem da alta", finalizou.

Manuel Halaiwa, porta-voz da SIC instado a falar sobre a detenção de Durão António, alegado autor de vários crimes de burla, na venda de moradias nas centralidades considerou, tratar-se de uma acção criminosa, apelando aos cidadãos, para não entregarem valores a qualquer pessoa, quando em causa estão instituições, como no caso a IMOGESTIN, "que deveriam os cidadãos dirigir-se aos seus escritórios, ao invés de optarem por negociar na porta de cavalo, com gente sem escrúpulos". Para o superintendente, a SIC não irá dar tréguas a ninguém que esteja envolvido em crimes de natureza diversa, porque: "a nossa missão é servir o cidadão e fazer cumprir a lei. Continuaremos a redobrar as acções em qualquer lugar da cidade de Luanda, como neste caso, em que foram apreendidos na posse do cidadão Durão António, vários artigos em sua posse, como documentos, carimbos, cópias de ofícios com assinaturas de contratos falsos, tudo avaliado em cerca de 60 milhões de Kwz concluiu.

6.7 Descartado perdão do Imposto Predial

Jornal de Angola

10 De Junho de 2021

Texto: Isaque Lourenço

O presidente do Conselho da Administração Geral Tributária (AGT), Cláudio Paulino dos Santos, descartou, na terça-feira, em Luanda, qualquer perdão fiscal em vista, sugerindo sim os acordos entre as partes para a redução e pagamento diferenciado por parcelas menores dos valores apurados como dívidas

dos contribuintes e num tempo mais alargado, sobretudo os ligados ao Imposto Predial.

Para o gestor, o perdão é pernicioso, pois desincentiva quem cumpre com as obrigações e pode relaxar os incumpridores a ficarem sempre a aguardar por esta opção, além do facto de ser contrassenso o Estado querer aumentar a receita fiscal, mas avançar com o perdão.

Cláudio Paulino dos Santos, na entrevista que concedeu à Televisão Pública de Angola (TPA), disse, por outro lado, que com maior envolvimento das administrações, dos governos provinciais, dos cartórios e notários, é possível inverter-se o peso das actuais contribuições fiscais, ainda a favor do sector dos derivados de petróleo.

De acordo com o PCA da AGT, é expectável que, daqui há dois ou três anos, os impostos internos (não petrolíferos) fiquem com a maior fasquia da contribuição, que actualmente é ainda em 55 por cento dominada pela receita petrolífera.

"Estamos a caminhar bem. Saímos de uma realidade em que 80 por cento era de receita petrolífera e já só estamos em 55 por cento para o petrolífero e 45 por cento para o não petrolífero. Estamos quase ao meio e em situação de equilíbrio.

Portanto, todo este processo iniciado em 2014 visou promover a mudança da dependência ao petróleo pela sua volatilidade. A tendência é fazermos esta alteração e isso sem aumentar a carga fiscal dos contribuintes", disse. Nesse sentido, sugeriu o cadastro agressivo de imóveis, pessoas e veículos, uma maior fiscalização da conformidade e o alargamento da presença da administração fiscal junto dos contribuintes como o caminho para que rapidamente se dê a reviravolta na receita em dois ou três anos o mais tardar.

Reforma reduz evasão

A evasão fiscal em Angola era, até 2014, muito acentuada, resultando que apenas 5 de cada 100 contribuintes cadastrados pagavam os impostos devidos ao Estado, segundo fez saber o presidente do Conselho de Administração da AGT.

Cláudio Paulino dos Santos reafirmou que a Administração Geral Tributária (AGT) está, neste momento, mais organizada e capaz para cumprir com a missão de arrecadar tributo e chegar ali onde está o contribuinte cadastrado, fruto do processo de reforma em curso no domínio fiscal.

Números avançados pelo gestor dão conta da existência, no momento, de cinco milhões, setecentos

e cinquenta e cinco mil contribuintes (5 755 000) na base de dados. Deste número, 200 000 são empresas, 300 000 agentes comerciais com actividade lucrativa, 5 000 instituições e 5 250 000 pessoas singulares sem actividade comercial.

"Nem toda a população está em condições de contribuir. Há um esforço no aumento do cadastro. Todavia, os menores e as pessoas que não exercem actividades rentáveis estão isentas de qualquer contribuição", afirmou.

De momento, a AGT está a cadastrar novos contribuintes, num processo contínuo para reduzir a informalidade. Nisso, a base de dados do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de emissão do Bilhete de Identidade vai ajudar.

O programa de Educação e Cidadania Fiscal em curso visa consciencializar sobre as vantagens de ter um Número de Identificação Fiscal (NIF) e da necessidade futura deste registo para quaisquer finalidades oficiais.

IVA representa 23 por cento das receitas

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) representa, no global, 23 por cento das receitas da Administração Geral Tributária (AGT), só superada pelo Imposto Industrial.

Conforme fez saber o presidente do Conselho de Administração, Cláudio Paulino dos Santos, em termos de arrecadação pelos postos fronteiriços, Santa Clara e Luvo destacam-se, razão pela qual nestes locais vai ser em breve, iniciado o processo-piloto de Postos Fronteiriços de Paragem Único, que vai facilitar o ambiente de negócios e o processo de importação e exportação.

"Santa Clara e Luvo por serem os postos de maior arrecadação serão também neles onde vai-se iniciar com o processo de construção dos Postos Fronteiriços de Paragem Única, no âmbito da Reforma Tributária em curso, que consiste em facilitar e simplificar a relação dos importadores nos despachos aduaneiros e com isso reduzir o tempo de espera e os custos envolvidos", detalhou.

6.8 "Condomínio Aida Cristina" abre as portas em breve

Jornal Angola Magazine
16 De Junho de 2021

Há agora um novo conceito de viver com harmonia e conforto no Zango. Surgiu o imponente condomínio

Aida Cristina, situado na primeira paragem do Zango 3, no município de Viana.

o condomínio Aida Cristina é constituído por mais de 350 residências, de tipologias T2, T2 mais 1, T3 e T4 R-C e primeiro andar com ruas betonadas e iluminadas, água e luz disponível.

No Condomínio Aida Cristina encontra-se também diversas estruturas sociais, como uma clínica geral para assistência médica e medicamentosa, piscina para lazer, uma universidade para formação de quadros, um Shopping com três salas de cinema, clube noturno com três salões de festas.

6.9 Governo constrói mais 19 mil habitações

Jornal de Angola

Dia 17 De Junho de 2021

Texto: Ana Paulo

O Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território tem em curso a construção de 19 mil habitações em sete centralidades do país, comunicou, terça-feira, em Luanda, o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, António Morais, no Fórum Económico de Cooperação Angola-Indonésia, no qual apresentou os dois programas fundamentais do Executivo para os sectores Rodoviário e Habitacional.

Segundo o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território concluiu, até ao momento, cerca de 68 mil habitações em 16 centralidades.

António Morais disse ter sido, recentemente, aprovada a construção de mais cinco mil casas, no âmbito do programa municipal de fogos a serem erguidos nas províncias do Bengo, Cabinda e Cunene.

No âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, foram iniciadas obras para a construção de 35 centralidades em todo o país.

Quanto aos projectos do Governo para o sector da Construção, António Morais reconheceu que estes acarretam despesas elevadas e nem sempre são acompanhados das respectivas disponibilidades quer em termos financeiros como orçamentais.

O Programa está a ser desenvolvido para garantir o direito universal dos cidadãos à habitação condigna.

Para o director do GEPE, o financiamento é fundamental para a conclusão de algumas infra-

estruturas externas de urbanizações e habitações, que já se iniciaram e que não estavam concluídas.

Para que tal facto se concretize, reconheceu António Morais, é necessário que seja adoptado um novo modelo de financiamento por meio de parcerias público-privadas, como é o caso do empresariado indonésio e de outros países, no sentido de não sobrecarregar o Orçamento Geral do Estado.

O sector das Obras Públicas e Ordenamento do Território está aberto para contactos directos de parcerias público-privadas com o empresariado indonésio, de modo a traçar as metas preconizadas pelo Executivo angolano", apelou.

Plano das estradas

Está em execução um Plano de Salvação de Estradas, que visa repor as características técnicas dos projectos e de estradas já asfaltadas, acção fundamental para o restabelecimento das condições de tráfego da rede nacional, de acordo com António Morais.

Quanto às infra-estruturas rodoviárias, a rede comporta cerca de 76 mil quilómetros de extensão em diferentes estágios de desenvolvimento.

O director do GEPE disse, ainda, que a principal malha rodoviária que compõe as estradas nacionais é de 26 mil quilómetros, das quais 15 mil estão asfaltadas.

No caso da rede complementar, acrescentou, traduz-se nas estradas terciárias e secundárias com cerca de 50 mil quilómetros.

António Morais apontou a mobilidade rodoviária em Angola como sendo suportada pelas estradas nacionais, com particular importância para os eixos estruturantes, que compõem corredores regionais, fazendo a ligação da África Austral.

Estes corredores, segundo o director do GEPE, são cerca de seis mil quilómetros, dos quais 4.600 já estão asfaltados.

O sector das Obras Públicas e Ordenamento do Território tem contribuído significativamente não só para desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias do país, como também na geração de emprego, contribuindo nos últimos cinco anos com cerca de 32 mil novos empregos", garantiu.

6.10 19 Mil casas estão em construção

Jornal Economia e Finanças

18 De Junho de 2021

Texto: Ana Paulo

Cerca de 19 mil habitações em sete centralidades do país, estão a ser construídas pelo Governo, disse, na passada terça-feira, em Luanda, o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, António Morais, no Fórum Económico de Cooperação Angola-Indonésia, no qual apresentou os dois programas fundamentais do Executivo para os sectores Rodoviário e Habitacional. Segundo o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território concluiu, até ao momento, cerca de 68 mil habitações em 16 centralidades.

António Morais disse ter sido, recentemente, aprovada a construção de mais cinco mil casas, no âmbito do programa municipal de fogos a serem erguidos nas províncias do Bengo, Cabinda e Cunene.

No âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, foram iniciadas obras para a construção de 35 centralidades em todo o país.

Mais infra-estruturas

Quanto aos projectos do Governo para o sector da Construção, António Morais reconheceu que estes acarretam despesas elevadas e nem sempre são acompanhados das respectivas disponibilidades quer em termos financeiros como orça mentais. O Programa está a ser desenvolvido para garantir o direito universal dos cidadãos à habitação condigna.

Para o director do GEPE, o financiamento é fundamental para a conclusão de algumas infra-estruturas externas de urbanizações e habitações, que já se iniciaram e que não estavam concluídas.

Para que tal facto se concretize, reconheceu António Morais, é necessário que seja adoptado um novo modelo de financiamento por meio de parcerias público-privadas, como é o caso do empresariado indonésio e de outros países, no sentido de não sobrecarregar o Orçamento Geral do Estado.

"O sector das Obras Públicas e Ordenamento do Território está aberto para contactos directos de parcerias público-privadas com o empresariado indonésio, de modo a traçarem as metas preconizadas pelo Executivo angolano ", apelou.

6.11 Isenções do IVA no Imposto Predial levantam dúvidas sobre a sua aplicação nas rendas

Jornal Expansão

18 De Junho de 2021

Texto: Isabel Costa Bordalo

O novo Código do Imposto Predial, que entrou em vigor este ano e instituiu um imposto único sobre o património imobiliário, veio isentar de IVA a "alocação de quaisquer bens imóveis", mas esta isenção "suscita diversas dúvidas", entre as quais a extensão da isenção e a sua aplicação na cobrança das rendas. A advertência é feita por Mariana Gouveia de Oliveira, coordenadora do livro "O Código do IVA Angolano - Anotado e Comentado", lançado no final de Maio.

O livro, prefaciado por Wilson Donge, director dos Serviços do IVA, compila toda a legislação do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, dispersa por vários diplomas, contribuindo para uma "boa implementação e compreensão" do imposto que entrou em vigor em Outubro de 2019 e que veio revolucionar o sistema tributário nacional, como refere a fiscalista ao Expansão (ver entrevista ao lado).

Além de aumentar a tributação, o IVA impôs novas formas de reporte, que contribuíram para reduzir a economia informal e melhorar a "capacidade de fiscalização dos contribuintes" por parte da AGT, mas também trouxe novos desafios para as empresas e dúvidas que só são resolvidas com a prática.

Uma delas está relacionada com a Lei que aprovou o novo Código do Imposto Predial e que veio isentar do IVA a alocação de quaisquer bens imóveis. "Esta regra suscita diversas dúvidas, entre as quais a extensão da isenção. Isto porque sabemos que o conceito de renda em sede de Imposto Predial abrange todos os montantes recebidos pelo senhorio, neles se incluindo os serviços prestados e a locação de bens móveis", refere Mariana Oliveira, defendendo que "estes valores não devem estar abrangidos pela isenção do IVA, desde que individualizados na factura". A Reforma Tributária angolana, realizada em 2019, deu "um passo decisivo na mudança do paradigma de tributação sobre o

consumo, implementando um novo sistema IVA a par da imposição de novas regras de facturação e reporte tributário que conferiram à AGT uma maior capacidade de assegurar um sistema tributário mais justo", lê-se na sinopse do livro.

O legislador criou um Código do IVA, que se pretendeu simples e com soluções inovadoras, adaptado à realidade do país. "São exemplos do seu carácter inovador a inclusão de regimes como o da cativação e, mais recentemente, o regime de retenção nos pagamentos por TPA", são aspectos realçados por Mariana Gouveia. Não obstante, o IVA angolano comunga dos princípios fundamentais e estruturantes de qualquer sistema de IVA

O livro visa, pois, contribuir para uma boa implementação e correcta interpretação do IVA em Angola, identificando as dúvidas interpretativas suscitadas e antecipando as dificuldades práticas com que se defrontaram os sujeitos passivos, propondo soluções interpretativas assentes em sólidos argumentos técnicos resultantes de vasta experiência em direito comparado. Neste trabalho, os autores procuraram ainda expor, de forma clara e acessível, os aspectos fundamentais do sistema do IVA, tornando a obra imprescindível também para aqueles que trabalham com um imposto desta natureza pela primeira vez.

6.12 Sorteio para a aquisição de residências acontece hoje

Jornal de Angola

Dia 23 De Junho de 2021

Texto: João Upale

Mais de 110 mil candidatos concorrem para a aquisição das 531 residências nas centralidades 5 de Abril e Praia Amélia, situadas na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, através do sistema de renda resolúvel e compra a pronto pagamento. O sorteio dos candidatos apurados realiza-se hoje.

O director do Instituto Nacional da Habitação no Namibe, Marcolino Víctor, assegurou que o processo de inscrições foi "um sucesso, por se terem enquadrado todos os candidatos que manifestaram interesse de se inscrever". " O sorteio será acompanhado por uma equipa da Instituição proveniente de Luanda", disse.

6.13 Panguila Desalojados da Chicala partilham' há 12 anos residências com famílias «estranhas»

Novo Jornal

25 De Junho de 2021

Texto: Dulcineia Lafua (textos)

Quintillano Dos Santos (fotos)

Há sensivelmente 12 anos que o Governo da província de Luanda transferiu da zona da Chicala para o Panguila, actual província do Bengo, centenas de famílias que viviam em condições precárias nos casebres da Praia do Bispo, na capital.

Na altura, segundo os moradores, a promessa era a de se atribuir uma casa a cada um deles. Porém, no Panguila, que na época era território de Luanda, o plano foi alterado: uma casa tem de ser dividida por três a cinco famílias, situação que tem causado brigas e discussões entre os moradores, que se dizem esquecidos pelas autoridades e, por isso, clamam com urgência por habitações "condignas".

As moradias em que foram "confinados" os mais de 700 ex-moradores da Chicala estão localizadas no Sector 9, que fica há mais de dois quilómetros do mercado do Panguila, numa zona com apenas uma escola pública e com as vias de acesso esburacadas, como constatou o Novo jornal.

As casas pré-fabricadas são de paredes metalizadas e revestidas de esferovite no seu interior. Cada habitação é constituída por três pequenos quartos, uma sala, cozinha, despensa e casa de banho externa. O chão é de cimento bruto e o tecto avermelhado, aliás, é daí onde surge o nome dado ao bairro: Tecto Vermelho. A cada família foi atribuído um compartimento da casa, o que corresponde a um quarto por família. A sala e a casa de banho são comuns e partilhadas por todos disso, a maior parte das crianças passa o tempo deambulando de baixo para cima.

Outro problema, prossegue a mulher, que falava ao NJ enquanto lavava roupa à mão, é a falta de um hospital público.

"O único centro privado, devido ao número de pessoas que procuram pelos serviços diariamente, quase sempre regista falta de materiais gastáveis", lamenta Eva Domingos, que se queixa também do acesso à cidade, porquanto, diariamente, uma única pessoa chega a gastar mais de 1000 kwanzas. "No tempo chuvoso andamos a pé", finaliza.

"Estamos cansados de viver nessas condições, sem privacidade. Não posso deixar comida no fogão com medo de que outro vizinho tire e acabe comendo. Temos uma única casa de banho para mais de 10 pessoas. Isso é lastimável", desabafa valdemar da Conceição, que partilha o apartamento com mais duas famílias.

Sentado no sofá do seu quarto - que, durante a noite, é usado como cama onde dormem mais três pessoas-, valdemar da Conceição define a situação da zona em que se encontra a viver como "um lugar de castigo". "Na chicala, vivíamos em casebres, mas cada um tinha o seu espaço. Aqui; vivemos mal. Dividimos, o sofá com a esposa e mais dois filhos. É lastimável e, ao mesmo tempo, vergonhoso", lamenta, afirmando que o Governo da Província de Luanda (GPL) falhou e não honrou com os seus compromissos.

"Quinze dias foi o tempo prometido para se regularizar a situação, mas já lá vão mais de 10 anos e continuamos na mesma miséria e jogados à própria sorte, com desconhecidos na mesma casa", reclama o electricista, que partilha a casa com 12 elementos.

Sem hospital público, bairro só possui uma escola primária Eva Domingas, na companhia de mais duas mulheres, juntando-se à conversa, alarga o leque das reclamações, revelando, por exemplo, que a maior parte das crianças naquele local, além de não possuir registo de nascimento, se encontra fora do sistema de ensino. "Na zona, só temos uma escola do ensino primário com um número limitado de vagas. Matricular a criança não é fácil", explica, acrescentando que, por conta

Chegou ao Panguila adolescente e, hoje, é mãe de dois filhos Pessoas há que chegaram àquela parcela do Bengo na condição de menores e, hoje, constituíram as suas próprias famílias. Esperança Caterça é uma delas. Aos 5 anos, pisou pela primeira vez o solo do bairro Tecto Vermelho ou Projecto Modelar, como também é conhecido. Hoje, com 27, Esperança é mãe de dois filhos e partilha uma casa T3 com 17 pessoas.

Vendedora-ambulante, Caterça tem o mesmo discurso que os demais moradores. "viver aqui é um retrocesso. É muito tempo à espera de melhores condições", lamenta, sublinhando que, mesmo para os momentos de intimidade com o parceiro, é obrigada a sujeitar-se a sacrifícios diversos, como aguardar que os filhos adormeçam.

Junto à porta de casa, a jovem relata o medo transversal a todos os moradores, visto que, nestes tempos de Covid-19, os pequenos 'apartamentos' não permitem sequer pensar em isolamento. A

preocupação é ainda maior quando a necessidade se prende com o acesso aos equipamentos de biossegurança e de higiene. "Não temos água canalizada para a lavagem regular das mãos. O saneamento básico também é precário", descreve.

Violações, assaltos e mortes

Na zona do Tecto vermelho, a maioria das pessoas que lá se encontra não trabalha, tal como confirmou um dos responsáveis do bairro, Agostinho Lino. O ancião, de 69 anos, lamenta as situações que vivem e mostra-se cansado de falar sobre o assunto aos órgãos de comunicação social, uma vez que nada tem sido resolvido, apesar de o assunto não ser novo em rádios e jornais. Lino revelou, no entanto, que o bairro regista vários relatos de violações e roubos.

Ate ao fecho desta edição, madrugada de quinta-feira, 24, o GPL, que tinha prometido prenunciar-se sobre o assunto, não emitiu qualquer posição sobre as queixas dos ex-moradores da Chicala,

Entretanto, ao NJ, uma fonte da administração do Panguila, que preferiu o anonimato, garantiu que, após a visita do Presidente da República ao Bengo, foi alegadamente cedido um local para que, nos próximos dias, se comece a construção das moradias para albergar as famílias do Tecto Vermelho que ainda partilham casas com desconhecidos.

6.14 Programa visa criar apere as famílias mais pobres do País

Novo Jornal

25 De Junho de 2021

O Programa de Fortalecimento da Protecção Social Kwenda" é um projecto do Governo que visa criar políticas de apoio às famílias mais pobres e em situação de vulnerabilidade no País.

O plano está avaliado em 420 milhões de dólares. sendo financiado em 320 milhões de dólares pelo Banco Mundial. enquanto os outros 100 milhões são provenientes do Tesouro Nacional.

A abrangência do programa está previsto alcançar 1.608.000 de famílias até 2023 em cerca de 40 municípios seleccionados. O "Kwenda" custa menos de 2% dos 14.7 biliões de kwanzas previstos de despesas no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2021.

7. TERRA

7.1 Conflitos de terras

Jornal de Angola
1 De Junho de 2021

Questiona muito actual nas principais regiões agrícolas, sobretudo no Norte, na província do Cuanza-Sul, as autoridades confirmam, também, a existência de "conflitos de terras», embora em dimensões que se não conhecem com exactidão. Nessa província, foi desencadeado um processo de levantamento do estado actual dos espaços cedidos a diversos entes, para a prática agrícola, confirmação feita pelo director da Agricultura.

Laurindo Ladeira foi directo na resposta: "Sim, temos, também, esse problema de terras, se calhar até em números de que se não tem noção, mas o governo provincial lançou, em 2020, uma iniciativa justamente para fazer-se um levantamento dos terrenos ócios agricultáveis e que deve terminar brevemente!":

O que se pretende dessa iniciativa governamental é que, no final, sejam identificados os proprietários dos terrenos, em que áreas, de jurisdição se encontram (município, comuna ou aldeia), para a apresentação pública.

Os donos (se é que existem) serão chamados, para explicarem o porquê do não aproveitamento de terras cedidas para fins agrícolas, antes de se partir para o devido procedimento legal, como explicou o engenheiro Laurindo Ladeira.

Perguntámos ao engenheiro Laurindo Ladeira sobre dados preliminares de terrenos aptos para a agricultura.

A resposta não poderia ser mais assertiva: "Ora, sem esse levantamento, fica praticamente impossível saber a quantidade de terras disponíveis para a agricultura. Os números que tínhamos anteriormente poderiam ser referência há cinco anos, mas hoje são espaços assoreados. Estão praticamente inundados", disse.

Conflitos de terra

Para dar o devido aproveitamento a vastos terrenos, cedidos para a agricultura e que se encontram ociosos, está a ser feito o recadastramento dos donos

Onde, também, ainda não há dados preliminares, é no RAPP "Recenseamento Agro-Pecuário e Pescas",

um processo que decorre em todo o país, para se saber a estrutura de cada província nesses domínios.

No Cuanza-Sul, o processo é descrito como estando a decorrer com normalidade, apesar de algumas dificuldades de acesso dos recenseadores a algumas áreas, mas já ultrapassadas, como referiu o director da Agricultura, que acrescentou que o mesmo atingiu, agora, a fase das explorações familiares e empresariais.

"Estamos bem, as equipas receberam a devida formação e esperamos obter resultados que sejam um grande ganho para a província", disse.

Potencial à espera por investidores, Cuanza-Sul é, seguramente, das províncias com maior potencial agrícola do país, a olhar, como vimos, pela sua diversidade de culturas. Desde as tradicionais às mais comuns, como cereais, leguminosas, café, até as consideradas mediterrânicas, como a maca, uva, entre outros.

Qualquer um desses sectores é um chamariz para investidores, quer nacionais como estrangeiros, disse fonte governamental no Cuanza-Sul, referindo-se à abundância de recursos hídricos, uma vasta costa e uma diversidade climática e a fertilidade dos solos.

Quatro dos 12 municípios, nomeadamente Conda, Amboim, Seles e Libolo são tradicionais produtores de café arábica e robusta, enquanto na Quibala e Cela, que concentram algumas das maiores fazendas do país, sobressai a produção de cereais e leguminosas.

Na Cela, no passado sede de uma importante bacia leiteira, regista-se, há já alguns anos, uma notável dinâmica na criação de gado leiteiro, actividade que partilha com o município de Porto Amboim, mesmo que aqui seja mais gado para abate.

Em toda a província, há o registo de 50 mil famílias que se dedicam directamente à actividade agro-pecuária e mais de 1.000 empresas privadas, que colocam significativas quantidades de bens no mercado, sobretudo de Luanda, como se diz noutra espaço dessa incursão à agricultura no Cuanza-Sul.

"Temos um sector privado, com empresas que, também, produzem muito, ainda que não forneçam muito os seus dados", adiantou Laurindo Ladeira, assegurando que na safra de 2019-2020, a produção do sector familiar situou-se à volta das 600 mil toneladas, que entraram para o mercado local e mesmo de outras províncias.

Dados disponibilizados pelo director da Agricultura mostram que a estrutura de produção nas zonas rurais do Cuanza-Sul é composta por 50 mil famílias e mais de 500 cooperativas e associações.

"As associações têm, em média, 30 membros, sendo que cada um pode representar uma família, mas há cooperativas com 300 membros. A média ronda entre os 30 e 50 membros por cooperativa", explicou Laurindo Ladeira.

7.2 Há burocracia na entrega de títulos de concessão de terras

Jornal Economia & Finanças
4 De Junho de 2021

O produtor Sebastião Manuel Dala criticou a morosidade que disse constatar na tramitação administrativa até a obtenção do título de concessão de terras que é emitido em Luanda.

Para ele, essa situação impede muitos agricultores de aceder aos créditos que o Governo programa para os mesmos.

Quando há perspectivas financiamento para os agricultores, segundo afirmou, aparecem pessoas que nunca tinham mantido contacto com a terra a serem os primeiros a receberem os financiamentos.

"Criam empresas às pressas e ocupam os lugares dos verdadeiros agricultores, ao fim e ao cabo a província continua na estaca das dificuldades dos agricultores para aumentarem as suas produções", revelou.

Mais facilidade no crédito Defendeu também que os bancos deveriam ter em conta a existência de um determinado produtor na altura de lhe conceder um dado crédito.

"O Banco deve deslocar os seus técnicos à região de produção de um certo pretendente ao crédito, para certificar junto das autoridades tradicionais se ele produz mesmo ou apenas tratou papéis (documentos) para receber financiamento", aponta a fonte,

De acordo com o seu entendimento, têm sido bastante curtos os prazos determinados para a liquidação dos créditos.

Sublinhou que para os que têm tido "a sorte de receber", enfrentam muitas dificuldades para o cumprimento dos prazos, que terminam muito antes de as produções começarem a dar rendimento ao devedor.

7.3 Derrube de mangais no Soyo está a atingir níveis alarmantes

Jornal de Angola
7 De Junho de 2021
Texto: Victor Mayala

O derrube indiscriminado dos mangais continua a ser uma prática que persiste no município do Soyo, província do Zaire, apesar dos apelos feitos por entidades estatais e da sociedade civil sobre necessidade da conservação destes ecossistemas naturais.

Numa ronda efectuada sábado dia mundialmente dedicado às questões ambientais, o Jornal de Angola constatou a devastação de vários perímetros dos mangais ao longo da zona costeira e dos braços do rio Zaire, para fins de construção de residências e de outros empreendimentos, cujos protagonistas provavelmente desconhecem ou, simplesmente, ignoram as consequências ambientais que advêm desta prática.

Muitos dos locais com mangais tomaram-se, também, o destino final de entulhos e esgotos e estão sujeitos à poluição de resíduos sólidos. Líquidos nocivos, entre outros químicos, pondo em perigo várias espécies existentes nestes lugares.

Nas pesquisas feitas, a nossa reportagem apurou que os mangais são considerados "ecossistemas de carbono azul", bem como ervas marinhas e pântanos de sal, porque são 10 vezes mais eficientes em absorver e armazenar grandes quantidades de carbono a longo tempo, em comparação com ecossistemas terrestres. Esta particularidade, torna-os essenciais para o combate as mudanças climáticas.

O ambientalista Félix Miguel condenou a atitude dos munícipes que sistematicamente destroem os mangais, que, como disse, têm inúmeros benefícios para a vida humana e de outras espécies, com destaque para os ecológicos e económicos.

Entre os benefícios, avançou, está o facto de os mangais servirem de locais de reprodução para milhares de espécies marinhas, funcionando como um berçário.

O interlocutor acrescentou que os mangais providenciam, também, protecção e alimentos para peixes e diversos invertebrados como crustáceos e moluscos.

"Os sistemas de raízes dos mangais ajudam a estabilizar o solo, prevenindo a erosão nas linhas costeiras. Os mangais funcionam como amortecedores costeiros naturais contra tempestades e calemas, bem como diminuem as probabilidades de inundações.

Ajudam a manter a qualidade da água e a sua claridade, filtrando poluentes e prendendo sedimentos provenientes da costa", disse.

Sublinhou que os mangais dão, ainda, suporte e protecção a muitas espécies em risco de extinção como tartarugas, manatins e algumas aves.

Alguns municípios abordados pela nossa reportagem manifestaram-se preocupados em relação à destruição massiva destes ecossistemas naturais, que, infelizmente, ocorre à luz do dia sem que haja qualquer reacção de quem de direito.

"A cidade do Soyo é como que uma ilha, por estar rodeada do mar e do rio Zaire, daí que o abate dos mangais, que impedem a progressão das águas, propicia ocorrência de fenómenos como a erosão de terra e inundações", referiu Alberto Justina, 32 anos de idade.

O jovem defendeu a necessidade de haver maior divulgação, a nível dos órgãos de Comunicação Social e não só, de informações sobre a importância da conservação dos diversos ecossistemas e da salvaguarda da biodiversidade.

A estudante universitária Joana António, 28 anos, lembrou que os sinais sobre as mudanças climáticas são cada vez mais evidentes, pelo que a sociedade deve encarar as questões ambientais com bastante seriedade.

"Precisamos de abordar as questões ligadas ao meio ambiente com um pouco mais de seriedade, porque há cada vez mais práticas que em nada contribuem para a sua conservação", rematou.

A nossa reportagem contactou os responsáveis da Direcção Municipal para o Saneamento e Ambiente do Soyo, na tentativa de obter informações sobre as acções realizadas para pôr fim a esta e outras situações que resultam na degradação do meio ambiente na região, mas sem sucesso.

7.4 Cazenga realoja 47 Famílias

Jornal Continente

18 De Junho de 2021

Iniciada a 30 de Abril último e com término previsto para Setembro, a empreitada nas respectivas lagoas visa, essencialmente, evitar inundações das residências circunvizinhas, na época chuvosa, assim como melhorar a qualidade de vida daquelas famílias. Sobre o assunto, a administradora municipal adjunta para as áreas Técnica, de Infra-estruturas e Serviços Comunitários, Madalena Fernando, avançou que as obras permitirão ainda desenvolver um projecto de aquicultura nas duas bacias.

A responsável explicou que com a criação de peixe nos referidos espaços se pretende potenciar economicamente a comunidade, com fontes de auto-subsistência para os moradores locais.

Quanto ao realojamento de famílias na Urbanização do Kalawenda, apontou a falta de Bilhete de Identidade (BI) por parte de alguns munícipes como uma das dificuldades que a Administração Municipal tem encontrado para concluir o processo.

Além disso, avançou que alguns moradores deixam de atender o telefone e recusam-se em receber as novas residências cedidas, alegando incompatibilidades ou injustiças, mesmo estando há mais de 15 anos a sofrerem com as enxurradas. "Mas a Administração continua a negociar com esses cidadãos, no sentido de se encontrar a melhor solução possível": disse Madalena Fernando, apelando os moradores das zonas de risco a terem bom senso e colaborarem com a administração.

A intenção, salientou, é concluir o mais rápido possível o processo de realojamento e a própria requalificação, visando o bem-estar das populações. Segundo apurou-se a maior parte dos desalojados nos arredores das lagoas do "Mabululu" (distrito urbano 11 de Novembro) e do "Tio Kimbundu" situado no distrito urbano do Kalawenda está a receber casas do tipo T2 (apartamentos).

Orçamento da requalificação

Na ocasião, a responsável sublinhou que para a requalificação da conhecida lagoa do "Tio Kimbundu" (bairro Grafanil) estão previstos 530 milhões 367 mil e 496 kwanzas, tendo sido utilizados já 15 por cento 79 milhões de kwanzas.

A administradora adjunta não revelou o orçamento definido para a bacia do "Mabululu", porém, informou que ambas se enquadram no Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). A empreitada contempla o reperfilamento, desassoreamento, a demolição de algumas residências ao redor da bacia, escavação, aplicação de manilhas e reaterro (terraplanagem/ nivelamento das escavações).

Segundo o encarregado geral da construtora, Francisco da Silva, com a conclusão das obras, os moradores deixarão de enfrentar as inundações que perduram há mais de 15 anos, retirando a qualidade de vida à comunidade. Na lagoa do "Tio Kimbundu" será instalado um sistema de gravidade que permitirá evacuar e ou drenar as águas pluviais de forma automática, sem transbordar para as residências ao redor.

Já na lagoa do "Mabululu", avançou Francisco da Silva, o sistema será feito por elevação, através de uma moto-bomba que irá bombear a água para fossos específicos, interligados para as manilhas de drenagem.

7.5 Unificação do livrete ao título de propriedade leva mais tempo

Jornal de Angola
18 De Junho de 2021

A unificação do livrete ao título de propriedade poderá levar um pouco mais de tempo até os resultados aparecerem, realçou o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Segundo Adão de Almeida, este processo é mais complexo, comparado, por exemplo, ao do documento que atesta a situação militar regularizada.

Ainda assim, afirmou que o facto de se ter vários departamentos responsáveis pela realização de várias actividades não deve, necessariamente, significar que o cidadão tenha que passar por eles para materializar a realização de um único acto.

"Estamos agora a começar um caminho de integração de serviços, fazendo que, com um único contacto com a Administração Pública, o cidadão possa ver a sua pretensão satisfeita, sem a necessidade de circular por várias instituições", realçou.

Adão de Almeida admitiu que todas as ambições e objectivos que o país quer alcançar, com destaque para a melhoria de um bom ambiente de negócios, não serão alcançados se a Administração Pública não estiver à altura desses desafios. "Se estivermos a falar

em melhoria de um ambiente de negócios, ela tem que ter correspondência no modo de agir da Administração Pública", considerou. "Se ela for burocrática, lenta, se não der resposta imediata em intenções de investimento, não estamos a alinhar a nossa actuação aos nossos objectivos", alertou.

O ministro de Estado considerou, também, que não se pode falar em fomento do turismo quando existe burocracia exagerada na concessão do visto ao turista. "A Administração Pública tem que ser capaz de estar à altura desses desafios", defendeu.

7.6 Governo cria janela única para os direitos fundiários

Jornal de Angola
28 De Junho de 2021
Texto: Edna Dala

Os cidadãos que pretendam tratar de questões relacionadas com os direitos fundiários vão passar a contactar uma única instituição do Estado denominada "Janela única", segundo o projecto de simplificação nos serviços da Administração Pública denominado "Simplifica 1.0".

Ao intervir no acto de apresentação pública do projecto, orientado pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil, Adão de Almeida, o secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado, Pedro Fiete, esclareceu que "a Janela é um mecanismo onde o cidadão vai tomar contacto para tratar de questões sobre direitos fundiários, em homenagem ao princípio do contacto único entre o cidadão e os serviços públicos".

Pedro Fiete assinalou que o cidadão já não vai precisar de recorrer a várias instituições públicas para tratar deste assunto. Os órgãos públicos intervenientes neste processo, disse, vão intervir entre si no plano interno, officiosamente e responder ao cidadão.

O projecto elimina a exigência dos seguintes documentos: declaração de sujeição às leis angolanas, Certificado de Registo de Investimento Privado (CRIP), Plano de Aproveitamento do Terreno, nos casos em que o mesmo tenha fins habitacionais.

Foi instituído o Requerimento Inicial único para a aquisição de direito fundiário, que integra numa única acção os actos de vistoria e demarcação provisória do terreno. Instituiu, igualmente, a título opcional, a terceirização do acto de vistoria e demarcação provisória de terreno, a municipalização do acto de vistoria e a demarcação de terreno.

O secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado esclareceu que a introdução do sector privado no domínio desta matéria visa colmatar algum défice de quadros técnicos especializados que, na maioria das vezes, a administração local não dispõe para realizar essa tarefa, uma das causas da morosidade do processo de concessão fundiária.

O "Simplifica 1.0" instituiu, igualmente, uma tabela do valor da concessão de direitos fundiários e o mecanismo de remessa oficiosa do título de concessão fundiária à conservatória para efeitos de registo.

Registo criminal deixa de ser exigido

O projecto "Simplifica 1.0" que contém 32 actos, põe termo à emissão física do Certificado de Registo Criminal para efeito para efeito na administração pública, instituindo o procedimento de solicitação e emissão oficiosa do documento.

Segundo o Secretario de estado para a reforma do estado, o Registo Criminal deixa também de ser uma exigência em caso de concurso público ou ainda em outras situações similares, continuando a existir no caso do sector privado.

Foi igualmente, descontinuado o acto de inscrição presencial dos cidadãos maiores junto das administrações municipais. Com isso deixa de existir o talão de Recenseamento Militar que passa a ser oficioso mediante urna intercomunicação entre a base de dados dos cidadãos maiores e a base de dados do Recenseamento Militar.

Deslocação ao estrangeiro

Pedro Fiete adiantou que a medida aprovada vai eliminar a declaração militar para efeitos de deslocação ao estrangeiro. Esclareceu que os motivos subjacentes a exigência deste documento consideram - se ultrapassados no actual contexto.

A declaração era exigida aos cidadãos do sexo masculino com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos, o que condicionava a viagem ou a deslocação para o estrangeiro.

Atestado de residência

Outro documento que desaparece é o atestado de residência, que vai ser substituído pelo Cartão de Município. Esta medida já vem prevista no diploma que institui o Cartão do Município, que carece apenas de concretização.

Pedro Fiete informou que depois da aprovação das 32 medidas, segue-se a fase de execução, que vai competir aos sectores e ministérios, com o acompanhamento da Comissão Executiva Interministerial para a Reforma do Estado.

Aproximar os serviços

O secretário de Estado para as Autarquias Locais, Mário Daniel, considerou o Projecto "Simplifica 1.0" o primeiro passo para aproximar os serviços aos cidadãos.

"Aproximar os serviços aos cidadãos significa que os órgãos da administração local do Estado, nomeadamente os municipais, são uma pedra angular no processo de transformação da capacidade de resposta da administração pública para as solicitações dos cidadãos", disse.

Informou que o Ministério da Administração do Território, enquanto entidade que no Executivo coordena a acção do Estado em relação aos órgãos da administração local, vê neste municipais o principal centro de protecção de serviço público aos cidadãos.

"Precisamos pôr agora a mão na massa e sentir que estamos em condições de responder positivamente ao repto que está lançado pelo Simplifica para que, nas próximas edições, consigamos integrar outros actos que não couberam agora no Projecto Simplifica 1.0", sublinhou.

Projecto de grande alcance O académico Carlos Teixeira realçou que o Projecto tem um impacto de grande alcance, por ser um programa que vai engajar todos os agentes públicos e as instituições.

O projecto, disse, vai impor que as instituições de formação, quer académica quer profissional, constituam o principal suporte do programa.

Questionado se o "Simplifica 1.0" terá o mesmo impacto nos tribunais, Carlos Teixeira, também juiz conselheiro do Tribunal Constitucional, disse que "haverá naturalmente influência deste projecto nos tribunais, porque, além dos processos específicos dos tribunais' há também um conjunto de funções materialmente administrativas que são desenvolvidas nos tribunais e que terão que acompanhar esse grande desafio".

8. GÉNERO E VIOLENCIA

8.1 Meliantes assaltam residências e lavras na comuna de Chivaulo

Jornal De Angola
Dia 2 de Junho de 2021
Texto: José Chaves

Os meliantes têm aterrorizado moradores da sede da comuna de Chivaulo, município do Andulo, província do Bié, durante a calada da noite. Disfarçados de "palhaços" assaltam residências e roubam quase tudo que encontram.

Um dos moradores da comuna, João Baptista, disse à nossa reportagem que, há uma semana, a sua casa foi assaltada e os meliantes levaram cinco porcos e três cabritos, apelando às entidades competentes para reforçarem o patrulhamento, principalmente no centro da vila e nas lavras que estão próximas da circunscrição.

Xavier Manuel, outro habitante da sede comunal de Chivaulo, afirmou que, nos últimos dias, os marginais não dão tréguas à população. Na sua residência levaram quatro cabritos e 10 galinhas. "Há numerosos assaltos, essencialmente à noite. Isto nos preocupa. A falta de iluminação pública e também o número irrisório de efectivo da Polícia que faz o patrulhamento não inibe os meliantes de fazerem o que querem".

Assaltos a campos agrícolas

A acção dos amigos do alheio estende-se aos campos de cultivo da comuna de Chivaulo. Proprietários de lavras afirmam que indivíduos desconhecidos têm estado a assaltar à luz do dia. A camponesa Maria Tchilonga disse que os produtores locais clamam pelo reforço do patrulhamento.

Na comuna de Chivaulo a maioria dos habitantes dedica-se à agricultura familiar e à criação de animais, concretamente porcos, cabras e galinhas. "Com o eclodir da crise económica no país, os assaltantes invadem as lavras e causam avultados prejuízos às famílias camponesas. Apoderam-se das lavras e retiram todos os produtos" afirmou Maria Tchilonga, que apela aos órgãos policiais "para trabalharem no sentido de devolver a segurança aos camponeses da comuna".

8.2 Bairros periféricos do Soyo assolados pela criminalidade

Jornal de Angola
Dia 14 De Junho de 2021
Texto: Victor Mayala

A onda de assaltos a residências que se regista, nos últimos tempos, nos bairros periféricos da cidade do Soyo, província do Zaire, obrigou os habitantes locais a clamarem por maior intervenção de quem de direito.

A nossa reportagem apurou que os bairros Kukala-Kiaku, Nkungu-Yenguele, Paróquia, Nona, Mbuku, Kinwica e 1º de Maio, são os mais visados.

A urbanização Kinganga Mavakala, situada a 20 quilómetros a Norte da cidade petrolífera, tem sido alvo de sucessivos assaltos, apesar de haver no local uma Esquadra policial.

Alguns munícipes relataram que os meliantes, além de invadirem residências, na maior parte das vezes na calada da noite, interpellam, igualmente, pessoas na via pública, às vezes sob ameaça de armas brancas ou de fogo.

Kumba Henriques, 52 anos de idade, é proprietário de uma loja de calçado e roupa usada no bairro 1º de Maio, que na noite de quarta-feira, sofreu um assalto dos meliantes.

O comerciante contou ao Jornal de Angola que os "amigos do alheio" arrombaram o gradeamento da porta das instalações da loja e retiraram 75 pares de calçado, 15 fatos, entre outros artigos, cujo prejuízo está por se avaliar. "Os bandidos retiraram muita coisa da minha loja. Já apresentei queixa ao Serviço de Investigação Criminal, na expectativa de que os assaltantes sejam apanhados e responsabilizados", disse.

Para Kumba Henriques, o aumento da criminalidade na região, resulta do elevado índice do desemprego, que afectam maioritariamente a juventude. "Com o surgimento da Covid-19, muitas pessoas ficaram desempregadas e passam por enormes dificuldades. Muitos jovens não resistiram a estas dificuldades e abraçaram a delinquência", sublinhou.

Outro munícipe, A. L., que preferiu o anonimato, revelou que alguns dos integrantes dos principais grupos de malfeitores, que actuam na região, estão devidamente identificados, mas não são denunciados por temor a represálias. "Alguns marginais são conhecidos, mas as pessoas têm o medo de denunciá-los, porque eles acabam por saber quem os

denunciou e, como não demoram na cadeia, quando saem retaliam”, disse.

Morador do bairro Mbuku, considerado, actualmente, como um dos principais focos da delinquência no Soyo, A. L., defendeu a necessidade de intensificação das acções de policiamento de proximidade, "no sentido de repor o sentimento de segurança e tranquilidade no seio das populações”.

O interlocutor fez saber que no interior do bairro Mbukue os meliantes fazem emboscadas no período da noite.

Jovens detidos por vandalizar escola

Sete cidadãos nacionais, entre os quais uma mulher, foram detidos, no município do Soyo, província do Zaire, pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC), por, presumivelmente, terem vandalizado uma escola no bairro Mongo-Soyo.

Segundo o chefe do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII) da Delegação Municipal do Ministério do Interior do Soyo, terceiro subchefe de migração Sérgio Afonso, que prestou a informação ao Jornal de Angola, os cidadãos em causa retiraram as portas e janelas de caixilharia de alumínio da escola.

A detenção dos acusados, acrescentou, ocorreu na sequência de uma operação denominada "Silavovo”, que está a ser realizada por efectivos do SIC, com o objectivo de combater acções criminosas na região.

Sérgio Afonso avançou que as portas e janelas foram recuperadas, encontrando-se sob a tutela do SIC, enquanto decorre a instrução do processo-crime a ser remetido junto do Ministério Público para a responsabilização criminal aos infractores.

8.3 Desmantelados grupos de supostos marginais

Jornal de Angola

17 De Junho de 2021

Texto: Victor Mayala

Dois grupos de supostos marginais, compostos por cinco elementos cada, que se dedicavam à prática de crimes diversos, no município do Soyo, província do Zaire, foram, ontem, desmantelados pelas forças de Defesa e Segurança, na sequência de uma operação denominada "Soyo tranquilo”.

Os grupos, conhecidos por "Siamau" e "os 300", considerados altamente perigosos, actuavam,

preferencialmente, nos bairros periféricos de Kukala-Kiaku e 1º de Maio.

O chefe do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Delegação Municipal do Soyo do Ministério do Interior, terceiro subchefe de migração Sérgio Afonso, informou que foram detidos, igualmente, três outros cidadãos acusados de cometimento de vários crimes.

Segundo o responsável, os detidos estão sob custódia do Serviço de Investigação Criminal (SIC), e serão encaminhados' nos próximos dias, ao Ministério Público."As forças de Defesa e Segurança não vão dar tréguas aos criminosos na região", alertou.

8.4 CISP ajuda a combater criminalidade no Huambo

Jornal De Angola

Dia 22 De Junho de 2021

Texto: Adolfo Mundombe e Júlia da Costa

O terceiro Centro Integrado de Segurança Pública instalado no país (CISP), foi inaugurado, ontem, na cidade do Huambo, pelo ministro do Interior, Eugénio Laborinho. A infra-estrutura, visa o controlo de casos de acidente rodoviários e o combate à criminalidade na região.

Na cerimónia, Eugénio Laborinho disse que o empreendimento vai servir para auxiliar o sistema de segurança, realçando, que a evolução tecnológica tem que abarcar todos os sectores da vida nacional, incluindo o da segurança pública, onde a exigência na prevenção, investigação e esclarecimento de informações penais são as que mais impõem celeridade e rigor.

O ministro explicou que o Centro Integrado de Segurança Pública é um serviço tecnológico que, na era da modernidade, preenche uma lacuna que os organismos de Defesa e Segurança se debatiam, essencialmente, nos casos em que os autores de um crime tinham de recorrer a meios electrónicos em zonas sem presença policial.

O CISP não substitui o policiamento tradicional, mas, melhora a capacidade de actuação e gestão destas actividades, através do suporte e os meios tecnológicos à sua disposição. O testemunho inaugural deste serviço, simboliza a nova Angola, que não quer ficar atrás, naquilo que diz respeito à evolução tecnológica,” afirmou.

Eugénio Laborinho disse que, anteriormente, as forças de Defesa e Segurança não actuavam de forma integrada em acidentes, crimes e entre outros incidentes, pois várias actividades eram efectuadas com alguma dificuldade, principalmente na gestão de informação, ao contrário do que poderá ser feito agora em diante. Segundo o governante, os registos na província do Huambo, apontam para a ocorrência de dez crimes por dia. Apesar de não ser um quadro crítico, têm merecido atenção dos órgãos de segurança pública, "e agora com o funcionamento do CISP, augura-se a redução desta cifra".

Apelou à população para utilizar "de forma racional" o número de chamadas de emergência 111 da Polícia, alertando que é uma plataforma preparada para identificar, localizar e bloquear os que o utilizam para fins indecorosos. Segundo o ministro, só na fase da inauguração do CISP-Huambo, em média foram registadas mil chamadas telefónicas de emergência, das quais, mais de 95 por cento não eram de interesse policial ou de emergência.

Construída numa área de 1.535.68 metros quadrados, a infra-estrutura está equipada com meios electrónicos, tecnologia de ponta, 36 câmaras de vigilância, dois pontos de checagem (checkpoints), dois veículos especiais equipados, quatro esquadras móveis e terá em breve mais oito esquadras. É assegurado por 167 efectivos, divididos em diferentes áreas, concretamente, Atendimento, Video-Vigilância, Delta Center, Análise de dados, entre outros.

Emissão dos passaportes

Durante a estadia no Huambo, o ministro anunciou a construção na província de um centro que vai permitir a emissão de passaportes electrónicos a nível da região Centro e Sul do país.

A iniciativa, disse, é deixar de se emitir somente o passaporte na capital do país, pois são estratégias gizadas para a descentralização dos serviços do Ministério do Interior. Anunciou, igualmente, a construção de infra-estruturas para as delegações municipais, comandos municipais, Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, "para acomodar adequadamente as forças da ordem e prestar-se um serviço mais eficiente e dar resposta às comunidades".

9. AMBIENTE

9.1 Bem-vindos à cidade com o melhor clima do mundo

Jornal Economia e Finanças

4 De Junho de 2021

Texto: Miguel Ângelo

De passagem pelo Huambo, Joana Lina Ramos Baptista, enquanto a primeira mulher governadora da província, criou uma maneira bastante peculiar de saudação aos visitantes: "sejam bem-vindos à cidade com o melhor clima do mundo!"

A frase, digna de um outdoor publicitário, tem, absolutamente, tudo de verdade. A cidade do Huambo, como sede da capital da província, em representação dos restantes municípios, é, fielmente, bafejada por um clima húmido fantástico, de característica tropical, o que proporciona, aos visitantes, um excelente ambiente fresco, com temperaturas médias que rondam os 18 graus centígrados, em que o calor é quase inexistente.

As condições climáticas jogam, na indústria da paz, o turismo, um papel preponderante, aliando as infra-estruturas de apoio e belezas naturais de cada localidade. Neste particular, a província do Huambo oferece, em bandeja dourada, um conjunto de encantos naturais e locais turísticos atractivos, muitos inexplorados, suficientes para atrair turistas. Lugares de cortar a respiração!

Mas, a actividade turística, nesta parcela do território nacional, está longe de se tornar um negócio rentável e ver o activo de arrecadação de receitas, para os cofres públicos, encravada que está nas condições das vias de acesso, em determinadas localidades, a falta de investimentos concretos e, sobretudo, de investidores com ideias de brilho e capacidade financeira, para despertar um sector adormecido.

Em período de pandemia da Covid-19 e de recessão económica, em que as pessoas estão limitadas nos movimentos e sem grande poder aquisitivo, os operadores do turismo, no Huambo, mesmo como portento de encantos naturais à disposição, fazem de tudo para, em nome da sobrevivência, não deixar sucumbir uma actividade que, bem explorada, gera rendimento, emprego e desenvolvimento social.

Mas há uma pergunta que a generalidade dos operadores do sector, desde pequeno, médio (sai o micro) e grande, não se cansam de fazer: como aumentar e manter o negócio, em pé, sem incentivos e

turistas? Há relatos de muitos que já deram com a porta e declararam falência. A estatística de desempregados, por este andar do turismo, tende a aumentar.

Se o Huambo é, parafrasear Joana Lina Ramos Baptista, "a cidade com o melhor clima do mundo", o mesmíssimo "chavão" não encontra no turismo produzido, localmente, a sintonia perfeita diante um esplendor de encantos, recantos e lugares turísticos de causar "inveja" à inteligências de operadores, de outros países, quando se tem tudo, à mão de semear, para se ganhar com a indústria da paz.

Na realidade, o que falta neste sector, de inúmeras oportunidades, são pessoas de verves aberta ao risco de investir. A mãe-natureza, generosamente, já terá feito a parte que lhe competia: belezas exuberantes e lugares atractivos.

Se houver medo de se investir por, permanentemente, alegada dificuldades financeiras não se terá e nem fará, com certeza, um turismo de qualidade e melhor.

É pelos meandros da actividade turística, na "província-cidade" com melhor clima do mundo", mas longe de ter o melhor turismo do mundo, que, nesta edição, vamos esmiuçar, para se ter uma noção do quão representa no desenvolvimento e crescimento do Planalto Central.

9.2 Pesca ilegal preocupa autoridades municipais do Lobito

Novo Jornal

4 De Junho de 2021

Texto: Hortêncio Sebastião

O administrador municipal do Lobito, Carlos Vasconcelos, alertou que a actividade de pesca ilegal que se regista na baía do Lobito preocupa as autoridades da circunscrição, por atentar contra a existência das espécies marinhas.

Segundo Vasconcelos, dentro da baía do Lobito não pode haver nenhum tipo de pesca, não só pelo facto de ser viveiro de peixes, mas também, sobretudo, por perigar o trânsito e o movimento de navios que escalam o Porto do Lobito.

O alerta foi feito recentemente em declarações ao NJ, antes de o responsável reunir-se com responsáveis da Inspecção provincial das Pescas, da Capitania do Porto e da Polícia local, com o intuito de se encontrarem soluções para ultrapassar a situação da pesca ilegal na baía.

"O grave problema é que essa pesca dentro da baía pode perigar até a existência do próprio porto, porque volta e meia os pescadores abandonam as cordas que rebentam e as redes ficam encalhadas no meio do mar", alerta o administrador, referindo que vários barcos já ficaram presos nas redes abandonadas.

"Se um dia um navio de grande porte encalhar ou partir ali uma hélice, poderá ser um problema maior ainda do que aquilo que se pensa", sublinhou o responsável.

O gestor disse ainda que "se assiste, nos últimos tempos, a uma pesca desenfreada, sem medidas e sem olhar às consequências, e isso preocupa-nos, porque sabemos e temos consciência de que uma baía é onde os peixes vão desovar para se transformar num viveiro, para depois dispormos de muito mais peixe", observou.

De acordo com Carlos Vasconcelos, a preocupação das autoridades recaem para aquele lugar por ser também ali onde os peixes mais nascem e mais morrem ao nascer, levantando inquietações do lado das autoridades.

"Este problema não só afecta o Lobito, mas também o País inteiro", salientou o administrador do Lobito, adiantando que a baía do Lobito dispõe de um viveiro que não só alimenta o mar local, como através das correntes marítimas se transformam em viveiro internacional, uma vez que esse mesmo peixe emigra para lugares mais recônditos.

Interrogado sobre as medidas previstas para o combate à pesca ilegal, Carlos Vasconcelos reconheceu existirem enormes dificuldades, com incidência para a falta de barcos de fiscalização que permitiriam que fossem realizadas operações de policiamento da baía, já que abundam pescadores que atiram redes ao mar e as puxam para terra, a fim de capturarem peixe de forma artesanal.

Covid-19 baixa nível de arrecadação das empresas

Do lado económico, o administrador municipal do Lobito disse que a municipalidade não difere de outras regiões do país, em que a crise financeira agravada pela pandemia da Covid-19 baixou os níveis de arrecadação de receitas de várias empresas.

Em contrapartida, o gestor assegurou que "o Lobito está firme e as empresas continuam cada vez melhores, porque puderam aguentar-se nesta crise".

Carlos Vasconcelos especificou que, quanto ao sector da hotelaria e restauração, foram profundamente afectados, não obstante ter registado saltos

qualitativos no período que antecedeu a pandemia, tendo como ponto turístico dos visitantes, sobretudo em épocas de sucessivos feriados prolongados.

"A restauração no Lobito deu um pulo muito qualitativo. Significa haver um potencial para explorar em turismo", sublinhou, acrescentando ser necessário "criar as condições para se efectivarem outros passos".

"Temos alguns problemas. Temos estado a dialogar muito com os empresários. Eles sentem-se muito afogados às vezes com acções de fiscalização e, então, temos de estar aqui a mediar para fazer a manutenção do próprio empresário, porque senão não haverá empresário que consegue.

Por dentro

O Lobito é um dos 10 municípios da província de Benguela, situado a 30 quilómetros da sede capital provincial, com uma extensão de 2.700 quilómetros quadrados, correspondentes a 7% do território da província, dispõe de mais de 300 mil habitantes.

Do ponto de vista económico, a região é marcada pela presença do Caminho-de-Ferro de Benguela e do Porto Comercial do Lobito, empresas de dimensão internacional, nas quais desponta o corredor do Lobito, em franco desenvolvimento.

Para além de uma pujante indústria que emerge nesta urbe, Lobito é também, potencialmente, uma região agrícola, com as comunas de Egipto Praia, Canjala e a vila de Hanha, que concentram áreas de lavoura permanente e temporária, principalmente utilizando águas do rio Balombo para a irrigação.

A sua produção gera excedentes para atender igualmente à zona metropolitana de Benguela e a outras regiões do País.

hortencio.sebastiaoovojornal.co.ao

9.3 UE junta -se à ECOAngola na luta por um País sem plástico.

Novo Jornal

4 De Junho de 2021

Texto: Onélio Santiago

A convite da União Europeia (UE), a EcoAngola uma organização sem fins lucrativos que promove a sustentabilidade implementa, desde Janeiro, a fase-piloto do projecto Angola sem plástico, iniciativa que se bate pela sensibilização sobre o consumo responsável do plástico descartável, particularmente os sacos de plástico.

Orçado em 19 mil euros (mais de 15 milhões de kwanzas, ao câmbio oficial de quarta-feira, 2 de Junho), o Angola sem Plástico já levou, entre outras actividades, a um encontro com empresas de distribuição e comércio (supermercados) e à realização de três inquéritos para se perceber a sensibilidade das pessoas quanto ao consumo de plásticos descartáveis, sendo um on-line e dois presenciais (nos mercados Municipal de Cacuaco e da Centralidade do Sequele).

No inquérito digital, decorrido entre Janeiro e Fevereiro, foram recolhidas 712 respostas em 31 dias. Já os inquéritos presenciais, cujo relatório final não foi ainda disponibilizado, permitiram aferir, junto de vendedores, compradores e transeuntes, que "muitos ainda deitam o lixo nas ruas por onde passam, nas valas e até mesmo na praia, tanto na areia como no mar".

"Alguns esclareceram que uma das dificuldades que têm localmente é de não haver contentores ou locais apropriados de despejo, obrigando-os a esta prática", detalha a breve apresentação disponível em www.ecoangola.com. o site no qual se podem obter informações sobre cada uma das actividades do projecto, que deve encerrar a fase-piloto em Setembro.

"Devido ao orçamento, que não é muito grande, fizemos uma acção muito focada e localizada; com um prazo curto de implementação. A ideia é propor uma acção que depois seja replicada/continuada por outras organizações angolanas", explica Noémie Sido, gestora de comunicação e cooperação da UE, segundo a qual a iniciativa exige "muita comunicação digital" e justifica da seguinte forma a escolha da EcoAngola para implementar o projecto: "Após as análises, a EcoAngola comprovou ser muito eficaz, sendo uma grande mobilizadora acerca das questões ambientais, com competências de comunicação e de diálogo político".

Já a bióloga Érica Tavares, co-fundadora e directora-executiva da EcoAngola, não tem dúvidas de que a organização tem "conseguido atingir as metas com sucesso", uma vez que o Angola sem plástico tem permitido o estabelecimento de novas colaborações que farão diferença nos próximos meses.

"Estamos a obter bastantes dados a respeito da sensibilidade das pessoas quanto à utilização de plásticos descartáveis, o que nos ajudará a traçar melhores estratégias para as nossas próximas acções e para os próximos projectos", revela a líder da EcoAngola, em breve entrevista ao Novo Jornal, antes de avançar que, em Setembro, deverão ser apresentados os indicadores de sucesso de cada meta

e o objectivo estabelecido, assim como se procederá à divulgação de todos os inquéritos.

"Acredito que tanto a EcoAngola como a União Europeia continuarão a promover o consumo responsável e a sustentabilidade", reforça Érica Tavares, que lamenta que o País tenha "pouca sensibilidade ambiental, poucas infra-estruturas, pouca fiscalização, pouca responsabilização e pouca assistência financeira (ou acesso financeiro) ao sector do ambiente".

"Acredito que, se melhorássemos estes cinco pontos, conseguiríamos melhorar a maioria dos problemas ambientais, climáticos e sociais de Angola, que não são poucos, por isso falo de forma abrangente", finaliza.

UE diz que economia verde será prioridade na relação com Angola Na cooperação com Angola, em relação à programação referente aos próximos sete anos, a União Europeia (UE) prevê que uma das áreas prioritárias seja a chamada "economia verde", avançou ao N.º Isabel Emerson, chefe-adjunta para a cooperação da UE, que explica que a ideia é aliar o crescimento económico do País à proteção do ambiente.

"Os projectos concretos ainda estão a ser definidos, mas vão incluir questões como o tipo de apoio no sector agrícola que não seja nocivo ao ambiente e a exploração sustentável na área da agricultura e das pescas. Esse é o foco da nossa programação nos próximos sete anos", revela Isabel Emerson, reconhecendo, no entanto, ser ainda "muito longo" o caminho a ser percorrido por Angola para a redução do uso de plásticos, embora considere "fazível" a substituição do plástico no que diz respeito às compras em supermercados.

"A crise recente por que Luanda passou na questão da recolha do lixo é mais uma razão para apostarmos numa Angola sem plástico", finaliza.

onelio.santiagonovojornal.co.ao

9.4 Derrube de mangais no Soyo está a atingir níveis alarmantes

Jornal de Angola

7 De Junho de 2021

Texto: Victor Mayala

O derrube indiscriminado dos mangais continua a ser uma prática que persiste no município do Soyo, província do Zaire, apesar dos apelos feitos por entidades estatais e da sociedade civil sobre

necessidade da conservação destes ecossistemas naturais.

Numa ronda efectuada sábado' dia mundialmente dedicado às questões ambientais, o Jornal de Angola constatou a devastação de vários perímetros dos mangais ao longo da zona costeira e dos braços do rio Zaire, para fins de construção de residências e de outros empreendimentos, cujos protagonistas provavelmente desconhecem ou, simplesmente, ignoram as consequências ambientais que advêm desta prática.

Muitos dos locais com mangais tomaram-se, também, o destino final de entulhos e esgotos e estão sujeitos à poluição de resíduos sólidos. Líquidos nocivos, entre outros químicos, pondo em perigo várias espécies existentes nestes lugares.

Nas pesquisas feitas, a nossa reportagem apurou que os mangais são considerados "ecossistemas de carbono azul", bem como ervas marinhas e pântanos de sal, porque são 10 vezes mais eficientes em absorver e armazenar grandes quantidades de carbono a longo tempo, em comparação com ecossistemas terrestres. Esta particularidade, torna-os essenciais para o combate as mudanças climáticas.

O ambientalista Félix Miguel condenou a atitude dos munícipes que sistematicamente destroem os mangais, que, como disse, têm inúmeros benefícios para a vida humana e de outras espécies, com destaque para os ecológicos e económicos.

Entre os benefícios, avançou, está o facto de os mangais servirem de locais de reprodução para milhares de espécies marinhas, funcionando como um berçário.

O interlocutor acrescentou que os mangais providenciam, também, protecção e alimentos para peixes e diversos invertebrados como crustáceos e moluscos.

"Os sistemas de raízes dos mangais ajudam a estabilizar o solo, prevenindo a erosão nas linhas costeiras. Os mangais funcionam como amortecedores costeiros naturais contra tempestades e caemas, bem como diminuem as probabilidades de inundações.

Ajudam a manter a qualidade da água e a sua claridade, filtrando poluentes e prendendo sedimentos provenientes da costa", disse.

Sublinhou que os mangais dão, ainda, suporte e protecção a muitas espécies em risco de extinção como tartarugas, manatins e algumas aves.

Alguns municípios abordados pela nossa reportagem manifestaram-se preocupados em relação à destruição massiva destes ecossistemas naturais, que, infelizmente, ocorre à luz do dia sem que haja qualquer reação de quem de direito.

"A cidade do Soyo é como que uma ilha, por estar rodeada do mar e do rio Zaire, daí que o abate dos mangais, que impedem a progressão das águas, propicia ocorrência de fenómenos como a erosão de terra e inundações", referiu Alberto Justina, 32 anos de idade.

O jovem defendeu a necessidade de haver maior divulgação, a nível dos órgãos de Comunicação Social e não só, de informações sobre a importância da conservação dos diversos ecossistemas e da salvaguarda da biodiversidade.

A estudante universitária Joana António, 28 anos, lembrou que os sinais sobre as mudanças climáticas são cada vez mais evidentes, pelo que a sociedade deve encarar as questões ambientais com bastante seriedade.

"Precisamos de abordar as questões ligadas ao meio ambiente com um pouco mais de seriedade, porque há cada vez mais práticas que em nada contribuem para a sua conservação", rematou.

A nossa reportagem contactou os responsáveis da Direcção Municipal para o Saneamento e Ambiente do Soyo, na tentativa de obter informações sobre as acções realizadas para pôr fim a esta e outras situações que resultam na degradação do meio ambiente na região, mas sem sucesso.

9.5 Exploração ilegal de madeira periga espécies

Economia e Finanças

11 De Junho de 2021

Texto: Valter Gomes e Silvino

Fortunato

Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Uíge está preocupado com a exploração ilegal de madeira e o abate indiscriminado de árvores nos municípios da província, situação que tem vindo a causar rupturas na economia local, a escassez da madeira bem como a desertificação.

Entre Janeiro e Maio do ano em curso, o IDF prendeu mais de 1.997 metros cúbicos de madeira de diversas espécies que foram exploradas e transportadas de forma ilegal por alguns operadores e cidadãos singulares não certificados. A madeira estava

a ser transportada na calada da noite e em camiões contentorizados.

O chefe do Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal, em exercício do Uíge, Manuel António Eliseu, disse que as detenções resultaram do patrulhamento que o IDF tem vindo a desenvolver e das denúncias que a população tem feito junto das autoridades competentes.

A província do Uíge é detentora de diversas espécies de madeira com destaque para a moreira, kitiba, pau-preto, kibaba, longui, munguba, dianuni; xinga-xinga e outras. "

Diariamente saem da província entre 30 e 60 mil metros cúbicos de madeira para outros pontos do país. Considerou ser de qualidade a madeira do Uíge por isso é consumida nas várias províncias de Angola e até mesmo fora do país. Os municípios de Kitexe, Ambuíla, Songo, Bembe, Negage e Uíge são os que possuem florestas densas com potencial de madeira.

O responsável disse que estão autorizados para exploração de madeira indivíduos singulares sendo a sua actividade sem a autorização das entidades competentes e que muitas das vezes terminam por detenção", disse.

O processo de legalização contínua, neste momento já foi encaminhado ao Ministério de tutela alguns processos de outras empresas que requereram aguardam a sua aprovação.

Impacto nas comunidades

Na província do Uíge, a exploração de madeira tem vindo a deixar várias comunidades e a província no geral sem retorno positivo na sua economia, a madeira é extraída das florestas e transportada para outros pontos do país e as zonas de exploração ficam quase sem nada, causando assim um impacto negativo na vida da população.

O responsável disse que a lei obriga que todas as empresas de exploração de madeira realizem algumas actividades de impacto social nas comunidades onde é explorada a madeira, como por exemplo a construção de pontes, a manutenção das vias de acesso, construção de salas de aulas, centros de saúde e outras infra-estruturas para compensar as comunidades locais, mas esta prática tem sido rara, as empresas exploram e levam e não deixam nada nas comunidades.

"Temos a necessidade de ter grandes fábricas de mobiliário, carpintarias e marcenarias de grande porte para que a nossa madeira seja transformada aqui, porque nota-se que os empresários vêm à província,

exploram a madeira e levam-na toda, tirando os 10 por cento da quota que os concessionários pagam ao Governo, o resto já não se faz sentir".

Se existissem empresas locais transformadoras da madeira em mobiliários, muitas instituições públicas e privadas não percorreriam longas distâncias para adquirir as mobílias.

Reflorestação

Sobre o processo de reflorescimento o responsável disse que existe algum impasse no seio das comunidades, visto que a população quando vê os concessionários a reflorestarem algumas áreas com plantas exóticas, entendem que estariam a perder as suas propriedades de terras e acabam por impedir este processo, por isso, em algumas zonas os concessionários só fazem os cortes selectivos sem reposição.

Para ele, o não reflorescimento causa a escassez da madeira, por isso, apelou a população a não impedir os concessionários a fazerem o reflorescimento para que nos próximos momentos as novas gerações possam beneficiar.

Lembrou que antigamente a madeira na província do Uíge era explorada bem perto das estradas, mas actualmente já se busca em zonas longínquas, isto demonstra que o não reflorescimento está a escassear a madeira na região.

O IDF na província enfrenta entre outras dificuldades, a degradação das infra-estruturas onde funciona a instituição, a falta de meios de transporte para o patrulhamento nas zonas florestais, bem como a exiguidade de recursos humanos.

São necessários mais de 100 novos funcionários para se criarem brigadas nos controlos, fronteiras e nas zonas de exploração. Tendo este número de funcionários e meios de transporte será possível a intensificação das acções de patrulhamento e impedir a exploração ilegal da madeira, bem como a caça furtiva.

9.6 Lei de multas sobre crimes ambientais deve ser alterada

Jornal de Angola

Dia 11 De Junho de 2021

Texto: César Esteves

O Presidente da República, João Lourenço, instruiu, ontem, em Caxito, o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, Jomo Fortunato, a propor a alteração da lei que estabelece as multas sobre os crimes

ambientais, que actualmente são da competência das estruturas centrais.

João Lourenço reagiu à preocupação apresentada pela governadora da província do Bengo, Mara Quiosa, quando detalhava, na sede do governo, o memorando sobre a situação política, social e económica da província.

A governadora disse que há localmente uma equipa de fiscalização considerada "nacional" sobre os crimes ambientais, embora no momento da aplicação da multa tenha de pedir apoio ao Ministério de tutela, frisou Mara Quiosa.

O Presidente da República pediu explicações ao ministro da Cultura, Turismo e Ambiente sobre a centralização no processo de aplicação de multas sobre crimes ambientais, tendo Jomo Fortunato atribuído a culpa à lei em vigor, que, entretanto, deverá ser actualizada, porque já não responde ao processo de descentralização em curso no país.

Se é preciso mudar a lei, tenha a iniciativa de o fazer. Não podemos, simplesmente, constatar que a lei é assim e ponto final. Que está errada está errada", disse, na ocasião, o Presidente da República.

Obras integradas de Caxito

O Presidente da República seguiu, depois, para a Fazenda Novagrolíder, localizada em Caxito, onde efectuou uma visita guiada. Outro ponto visitado pelo Presidente da República foram as Obras Infra-Estruturadas Integradas de Caxito, que está a revolucionar a imagem da cidade.

O projecto visa a melhoria do nível das infra-estruturas em Caxito, fornecendo um sistema completo e integrado de serviços infra-estruturados.

João Lourenço, que se faz acompanhar da Primeira-Dama, Ana Dias Lourenço, recebeu breves esclarecimentos sobre o projecto.

O Chefe de Estado, que se faz acompanhar de vários ministros, conclui hoje a visita à província do Bengo.

9.7 Efeitos da seca afectam mais de 34 mil famílias

Jornal de Angola

Dia 14 De Junho de 2021

Texto: Arão Martins

Mais de 34 mil famílias, que vivem no município da Chicomba, situado a 220 quilómetros da cidade do Lubango, província da Huíla, estão a passar por

enormes dificuldades devido aos efeitos da seca, informou ao Jornal de Angola o director municipal da Agricultura, Pecuária e Pescas.

Wilson Cabral disse que, o maior número de famílias nestas condições vivem nas localidades de Kutenda, comuna sede (Chicomba) e Libongue.

Segundo responsável, as consequências da estiagem estão a assolar 374 aldeias do município, onde existem cerca de 200 mil habitantes. "Estas localidades constituem o maior centro de produção de milho da província".

A Direcção Municipal da Agricultura de Chicomba, revelou, está a envidar esforços para a construção de pequenos bebedouros para o gado, junto de furos de água que as localidades têm.

Em face desta contrariedade, Wilson Cabral defende a intensificação urgente da actividade piscatória nas comunidades. "Temos de apoiar os pequenos produtores, fornecendo-lhes redes, canoas e anzóis, com vista ao fomento da actividade no município", explicou. "As famílias que vivem distante dos rios", prosseguiu, "as mais afectadas pela seca, por não terem como regar as culturas, têm de se incentivadas a desenvolverem a agricultura".

Wilson Cabral fez saber que os habitantes de Chicomba que passam por dificuldades por falta devido a falta de chuva, estão a ser organizadas em grupos para receberem apoios com mais facilidade. "Estamos a ver a hipótese de distribuir galinhas e gado de tracção animal para estas famílias, para que possa conter rendimentos e sobreviverem em grandes apertos", assegurou.

9.8 Governo vai apoiar famílias vítimas da seca no Huambo

Jornal de Angola

Dia 19 De Junho de 2021

Texto: Juliana Domingos

A governadora do Huambo, Lotti Nolika, orientou às administrações dos onze municípios da província a apoiarem, com bens alimentares de primeira necessidade, as populações das zonas afectadas pela seca, no quadro das acções do programa de combate à fome e à pobreza.

Lotti Nolika, que falava, quarta-feira, à margem da V Reunião Ordinária da Unidade de Acompanhamento e Supervisão do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate a

Pobreza, disse que o gesto visa atenuar a fome e a pobreza no seio das populações, sobretudo as do meio rural .

A governante explicou que as dificuldades das populações aumentam cada vez mais, razão pela qual foram incentivados os administradores da província do Huambo a criar um fundo financeiro para fornecer cesta básica às populações mais afectadas pela seca nos municípios.

A coordenadora provincial da UTCP (Unidade Técnica de Combate à Pobreza) explicou, por seu lado, que a intenção é melhorar o nível e a qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade, tendo em conta as políticas de inversão, de forma paulatina, do impacto negativo da pobreza.

Lotti Nolika lembrou haver no Huambo populações também afectadas em todos os municípios, aldeias e comunas.

Por isso, é urgente a implementação da assistência social, para minimizar o problema da fome das populações atingidas por este fenómeno”, disse.

O Governo da província, além das acções de carácter imediato e de assistência social, está a desenvolver programas ligados à melhoria do abastecimento de água potável, assistência médica e medicamentosa, extensão da rede escolar, agricultura, massificação do registo civil, empoderamento no género e vias rodoviárias.

10. MIGRAÇÃO

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

12.1 China continua a facturar

Jornal Folha 8
19 De Junho de 2021

Angola aprova financiamento de 70 milhões de euros com empresa estatal de defesa chinesa. Segundo um despacho presidencial, o acordo contempla "fornecimento de equipamentos, meios militares e de serviços de assistência", não especificados, ao sector da defesa nacional.

O diploma menciona a "necessidade de reforçar o controlo do espaço aéreo, bem como o terrestre, para salvaguardar os objectivos estratégicos nacionais", sem dar detalhes sobre as áreas que serão reforçadas. Compete à ministra das Finanças, em representação da República de Angola, assinar o acordo com a empresa chinesa, bem como toda a documentação necessária. A China National AeroTechnology Import & Export Corporation já está presente em Angola, e está actualmente ligada à construção do Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIJ), tendo sido anteriormente (2017) adquiridos equipamentos militares para a Força Aérea Angolana no valor de 238 milhões de dólares (196 milhões de euros).

12.2 China continua a mostrar quem... manda

Jornal Folha 8
19 De Junho de 2021

Em Fevereiro de 2020 a Procuradoria-Geral da República (PGR) angolana anunciou a apreensão de mais de mil imóveis inacabados, bem como edifícios e estaleiros construídos com fundos públicos que se encontravam na posse do China International Fund. Enquanto decorre o processo-crime, no âmbito da recuperação de activos do Estado angolano, os imóveis que se encontravam na posse do China International Fund, Limited (CIF Hong Kong) e China International Fund, Limitada (CIF Angola)

terão como fiel depositário o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

A lista de bens apreendidos a pedido do Serviço Nacional de Recuperação de Activos inclui (ou incluía, ou era para incluir) 24 edifícios, duas creches, dois clubes náuticos e três estaleiros de obras, bem como terrenos adjacentes, numa área total de 114 hectares, na urbanização Vida Pacífica (distrito urbano do Zango, município de Viana, em Luanda).

Da mesma lista faziam (será que ainda fazem?) parte 1.108 imóveis inacabados, 31 bases de construção de edifícios, 194 bases para construção de vivendas, um estaleiro e terrenos adjacentes, totalizando 266 hectares, no distrito urbano do Kilamba (município Belas, em Luanda).

Em Abril de 2019, a PGR já tinha anunciado a recuperação de 262 milhões de euros ao consórcio CIF Angola, na qualidade de entidade gestora do projecto de construção do novo Aeroporto Internacional de Luanda. O processo de inquérito foi instaurado depois de uma fiscalização das obras do novo aeroporto internacional feita pelo Ministério dos Transportes.

O novo Aeroporto Internacional de Luanda, localizado na comuna do Bom Jesus, município de Icolo e Bengo, cuja construção teve início em 2007, deveria ter entrado em funcionamento em 2017.

A CIF Limited é uma empresa privada chinesa com sede em Hong Kong e um escritório em Pequim, fundada em 2003 para financiar projectos de reconstrução nacional e desenvolvimento de infra-estruturas nos países em desenvolvimento, principalmente em África. Em Angola participou na construção de vários empreendimentos sociais e detém vários empreendimentos, incluindo uma fábrica de cimento, na localidade de Bom Jesus, em Luanda. Segundo um relatório do centro de estudos britânico Chatham House, publicado em 2009, a CIF teria ligações à China Angola Oil Stock Holding Ltd, que negociaria com o petróleo angolano através da China Sonangol International Holding.

Entre os directores da China Sonangol International Holding estaria Manuel Vicente, ex-presidente da petrolífera estatal angolana e ex-vice-presidente de Angola.

12.3 Angola quer flexibilização do Fundo de Cooperação

Jornal de Angola

Dia 21 De Junho de 2021

O embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto, defendeu a flexibilização do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento entre a China e os países de Língua Portuguesa.

O diplomata angolano, que avançou a posição durante a reunião em que o Secretariado Permanente do Fórum Macau apresentou, aos embaixadores dos Estados membros, o projecto de Declaração Conjunta, a ser assinada na reunião ministerial prevista para Outubro, em Macau justificou a flexibilização do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento de modo a torná-lo operacional no interesse das economias dos países membros.

O Fundo de Cooperação e Desenvolvimento, disse, representa um factor de extrema importância para o aumento da capacidade produtiva nos países que constituem o Fórum Macau.

João Salvador dos Santos Neto defendeu, igualmente, a necessidade de o Fórum tornar mais concreto o apoio às questões de saúde pública e da economia em prol dos estados membros.

Temos que aproximar mais as nossas intenções das realizações. Entendemos que as questões de saúde pública e da economia são extremamente importantes e o apoio para esses sectores deve ser feito de forma mais concreta”, sublinhou.

João Salvador dos Santos Neto destacou, ainda, que a reunião ministerial prevista para Outubro, em Macau, deve representar algo muito mais tangível e um salto qualitativo perante a actual conjuntura internacional, agravada pelo surgimento da pandemia do novo coronavírus.

O diplomata sugeriu também a reactivação da cooperação empresarial de forma mais inovadora, activa e concreta.

O embaixador de Angola na China defendeu também a promoção do aumento da capacidade institucional, sobretudo em termos de assessoria na concepção de projectos a serem submetidos ao Fundo de Cooperação e Desenvolvimento. "As nossas economias complementam-se, pelo que temos de interiorizar que essa cooperação é mutuamente vantajosa para todos os países que fazem parte do Fórum”, disse.

Além dos representantes dos países de expressão portuguesa, estiveram presentes na reunião, realizada em Beijing, responsáveis do Ministério do Comércio da China e da Administração da Região Especial de Macau, território chinês que domicilia o secretariado permanente do referido fórum.

O Fórum Macau é uma plataforma de cooperação económica criada em Outubro de 2003, por iniciativa do Governo da China, em coordenação com sete países de língua oficial portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, com a colaboração da Administração da Região Especial de Macau.